



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

DIEGO LOPES

**AS INJUSTIÇAS DA MERITOCRACIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ESCRITOS
DE JOHN RAWLS E MICHAEL SANDEL**

FLORIANÓPOLIS
2023

DIEGO LOPES

**AS INJUSTIÇAS DA MERITOCRACIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ESCRITOS
DE JOHN RAWLS E MICHAEL SANDEL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia. Área de concentração: Ética e Filosofia Política.

Orientador: Delamar José Volpato Dutra

Florianópolis
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC

Lopes, Diego

AS INJUSTIÇAS DA MERITOCRACIA: : UMA ANÁLISE A PARTIR DOS
ESCRITOS DE JOHN RAWLS E MICHAEL SANDEL / Diego Lopes ;
orientador, Delamar José Volpato Dutra, 2023.

112 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Filosofia, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Filosofia. 2. Filosofia Política. 3. Meritocracia. 4.
Michael Sandel . I. Dutra, Delamar José Volpato . II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-
Graduação em Filosofia. III. Título.

DIEGO LOPES

**AS INJUSTIÇAS DA MERITOCRACIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ESCRITOS DE
JOHN RAWLS E MICHAEL SANDEL**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado, em 28 de junho de 2023,
pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Delamar José Volpato Dutra

Instituição Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof. Dr. Bruno Aislã Gonçalves dos Santos

Instituição Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná - UNICENTRO

Prof^a. Dr^a. Julia Schieri Moura

Instituição Universidade Federal do Paraná - UFPR

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado
adequado para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Insira neste espaço a
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Prof. Dr. Delamar José Volpato Dutra

Orientador

Florianópolis, 2023.

A todos aqueles que sofrem cantando:

*O correr da vida embrulha tudo,
a vida é assim: esquenta e esfria,
aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem*

- Guimarães Rosa

AGRADECIMENTOS

Pai e mãe, Luciano e Adriana. tudo até aqui foi muito difícil. Mas desta vez escrevo não para contar notícias tristes ou difíceis, mas para agradecer. Nós sofremos muito em 6 anos. Vocês deram a vida para me proteger, incentivar e fornecer tudo o que eu sempre precisei e esperei. Com o tempo, vocês novinhos foram aprendendo a serem pais. E eu aprendi a ser filho. Nossa origem não esconde: Somos da luta e sempre seremos. Com vocês aprendi que nossa esperança e nossos pensamentos nunca poderão ser tirados de nós, em situação nenhuma. Hoje eu me deparo com uma grande dúvida: Será que conseguirei, caso um dia for pai, ser tão bom quanto vocês foram? Sei que não tenho sido o filho mais presente, mas meu amor por vocês anda cada vez maior e com uma saudade sem fim. Obrigado por me deixarem existir em meio ao seu colo e sua proteção. Amo vocês.

Meu amor, poço de estresse de minha vida. Finalmente posso dizer que acabei. Quero te agradecer por nunca ter desistido de mim, me amar e estar sempre comigo em todos os momentos desta divina comédia humana. As vezes penso que tudo não passa de um sonho. Um sonho bom. Eu sei que não sou um menino, mas sinto falta de apenas viver sem preocupações por um dia. Ah, minha maior preocupação? Acordar e não te ter do meu lado. Te amo lasmim, obrigado por existir e ser a melhor companheira, e mais bonita, do mundo.

Leticia, estás crescendo muito rápido. Não sei se fico feliz por estar amadurecendo ou triste por estar perdendo uma fase tão crucial de sua vida. Agradeço todo o apoio e cuidado que você tem por mim. No começo, você era apenas uma bolinha gorda e birrenta. Ainda lembro de você “cortando os ventos” de sainha para escutar uma certa banda. Nossas memórias são a minha forma de mostrar que sempre estarei conectado contigo mana. Não se esqueça, nunca um, sem o outro.

Agradeço aos meus amigos Guilherme, Suéli, João, Silvestre e Leonardo. Nossa parceria é espetacular. Vocês foram e espero que ainda sejam, pessoas especiais em minha vida, verdadeiros irmãos nascidos de uma outra mãe, cuja tarefa foi me aguentar por longos dias. Desejo tudo de melhor para cada um de vocês.

Ao Bruno por ser um orientador, amigo e irmão. Sua paciência, por mais que talvez você discorde, é maior do que tudo. Obrigado por me incentivar tanto, acreditar em mim e, mesmo falhando na missão, nunca deixar de me ensinar que vale a pena lutar para fazer a diferença.

Aos anos dourados do grupo PET-Filosofia Unicentro. Nós mudamos tanto... mesmo não sendo mais os mesmos e não estando mais unidos por força do destino, ainda tenho muitas lembranças boas e que me marcaram durante o período de graduação. Um agradecimento especial ao Prof. Gilmar, sem seu apoio e ajuda em momentos difíceis eu nem sequer teria chego ao fim do caminho.

Agradeço em especial ao Everton. Sua loucura é seu maior triunfo. Tu, indiretamente foi meu maior incentivador. Indiretamente, por que toda vez que te vejo se dedicar e estudar, cada vez mais sinto o mesmo. Sinto sua garra e fome de fazer

as coisas e isso sempre me deu um apoio para tentar também. Obrigado pela grande amizade e inspiração.

À mais perfeita das avós que já existiu, Alice. Linda do nome à alma, obrigado por ter me ensinado o que é amor desde muito cedo. Agradeço aos meus familiares, Antônia, Aura, Heloísa, Teresa, Ronaldo e Yasmin. Também aqueles que me acolheram como família, Solange, Antônio, Lucas, Fábio, Mayumi, Henrique e Ryan.

Por fim agradeço aos meus dois gatos. Sei que vocês não podem ler, mas Manga e Ernesto, amo vocês.

*Vamos, não chores...
A infância está perdida.
A mocidade está perdida.
Mas a vida não se perdeu.
O primeiro amor passou.
O segundo amor passou.
O terceiro amor passou.
Mas o coração continua.
Perdeste o melhor amigo.
Não tentaste qualquer viagem.
Não possuis casa, navio, terra.
Mas tens um cão.
Algumas palavras duras,
em voz mansa, te golpearam.
Nunca, nunca cicatrizam.
Mas, e o 'humour'?
A injustiça não se resolve.
À sombra do mundo errado
murmuraste um protesto tímido.
Mas virão outros.*

*Tudo somado, devias
precipitar-te, de vez, nas águas.
Estás nu na areia, no vento...
Dorme, meu filho.*

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

Uma meritocracia é de fato um sistema racional que propicia para os seus concidadãos uma base justa de distribuição e organização da esfera social? Buscando responder tal questão, este trabalho propõe-se a investigar na literatura disponível uma vasta gama de linhas argumentativas em defesa da tese de que a meritocracia é um sistema de pensamento ideológico viciado e que corrói a esfera social e o discurso público. Desta forma, busca-se apresentar tal ideologia como parte fundamental de um discurso e prática neoliberal, que legitima e dá sustentação para o mercado enquanto agente de comando social. Enquanto ideologia neoliberal, a meritocracia corrói o bem comum dos cidadãos, propiciando um cenário de conflito entre classes, alimentando a arrogância das elites ao mesmo tempo em que abandona as classes trabalhadoras a um sentimento de fracasso e revolta contra as elites e as instituições públicas. Alinhadas a isto, a meritocracia legitima e preserva as desigualdades já existentes, criando um sistema de manutenção das posições oriundas de fatores moralmente arbitrários como contexto e local de nascimento. A proposta geral é que a utilização do conceito de mérito pelo mercado, enquanto ideologia, transforma uma sociedade democrática em um campo de guerra cujo único objetivo é a ascensão social

Palavras-chave: Meritocracia - Michael Sandel - John Rawls.

ABSTRACT

Is a meritocracy in fact a rational system that provides its fellow citizens with a fair basis for distributing and organization the social sphere? Seeking to answer this question, this work proposes to investigate in the available literature a wide range of argumentative lines in defense of the thesis that meritocracy is a system of ideological thought that is addicted and that corrodes the social sphere and public discourse. In this way, the aim is to present this ideology as a fundamental part of a neoliberal discourse and practice, which legitimizes and supports the market as an agent of social command. As a neoliberal ideology, meritocracy corrodes the common good of citizens, providing a scenario of conflict between classes, fueling the arrogance of the elites while at the same time abandoning the working classes to a feeling of failure and revolt against the elites and public institutions. In line with this, meritocracy legitimizes and preserves existing inequalities, creating a system of maintaining positions arising from morally arbitrary factors such as context and place of birth. The general proposal is that the use of the concept of merit by the market, as an ideology, transforms a democratic society into a war field whose only objective is social ascension

Key-words: Meritocracy - Michael Sandel - John Rawls

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. BREVES APONTAMENTOS SOBRE NEOLIBERALISMO E IDEOLOGIAS: PRÉ RESQUISITOS	21
2.1 A INTERPRETAÇÃO ECONÔMICA DO FENÔMENO	24
2.2 A INTERPRETAÇÃO PELA GOVERNAMENTABILIDADE	27
2.3 A INTERPRETAÇÃO ANTROPOLÓGICA	33
2.4 IDEOLOGIA E NEOLIBERALISMO	39
3. A CRÍTICA DE RAWLS À ARBITRARIEDADE MORAL: A NEGAÇÃO DO MÉRITO COMO CRITÉRIO DE JUSTIÇA	42
3.1 MÉRITO E MERITOCRACIA: UMA RELAÇÃO NÃO NECESSÁRIA	44
3.2 A TEORIA RAWLSIANA E A MERITOCRACIA: A LOTERIA NATURAL	47
3.3 AS TRÊS INTERPRETAÇÕES DO PRINCÍPIO DA DIFERENÇA E O MÉRITO:	51
4. O BEM COMUM AMEAÇADO PELA MERITOCRACIA: A ANÁLISE DE SANDEL ACERCA DA HERANÇA DO CONCEITO DE MÉRITO NA ESFERA PÚBLICA. ..	57
4.1 A DIALÉTICA DOS MERECEDORES: A PORTA DOS FUNDOS DAS UNIVERSIDADES	59
4.2 O MÉRITO E A BONDADE: MERECEMOS A PARTIR DE QUE?	68
4.3 A RETÓRICA DA ASCENSÃO E O CREDENCIALISMO: OS ASSASSINOS DO BEM COMUM	80
4.4 AFINAL, COMO RESOLVER OS PROBLEMAS DA MERITOCRACIA?	95
5. CONCLUSÃO	107

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	110
---	------------

1. INTRODUÇÃO

Vencedores e perdedores, termos presentes em quase toda linguagem, dois lados da vida, dois valores que mesmo opostos, estão sempre reunidos. Em um mundo onde a competição é cada vez mais comum, há sempre para um vencedor, vários perdedores. Sem dúvidas um dos eventos mais prestigiosos, as Olimpíadas são grandes exemplo de uma competição onde apenas o pódio supostamente tem valor. Grandes nomes de várias competições colecionam medalhas e recordes incontáveis, como é o caso do nadador norte americano Michael Phelps. Exemplo de um grande desportista, Phelps é considerado um dos maiores atletas que já disputou uma modalidade de esporte.

Contudo, a cada vitória de Phelps, outros competidores amargavam a derrota. Por óbvio, a vitória e a derrota fazem parte do esporte, cujas regras e espírito participativo, incentiva o reconhecimento do adversário. Ainda assim, enquanto Phelps era conclamado por seus feitos, um *vencedor*, outros sujeitos eram tratados com menor valor, os *perdedores*. A um nível de competição tão acirrado e tão profissional, não é incomum encontrar atletas cujas habilidades são excepcionais, mas que, por não conquistarem a vitória, acabam por ser deixados de lado dos holofotes. É o caso de vários atletas de grandes organizações dos países que se dedicam às olimpíadas. Incentivados desde muito cedo, algumas crianças treinam sua vida toda, desenvolvendo habilidades e talentos para esportes olímpicos. Os melhores, de fato são alinhados aos grupos que irão competir. Já aqueles que possuem talento, mas não conseguiram passar nos testes são “devolvidos” para a sociedade geral. A cobrança com os atletas é tanta que, ao não conquistar medalhas ou principalmente, o ouro, são “demitidos” e substituídos por atletas mais jovens. Para onde os ex-atletas de elite que não conseguiram conquistar a glória irão?

Indo além, em sociedades onde a competição não se volta apenas para eventos esportivos ou culturais, o mesmo cenário dos atletas se repete com a população em geral. Vivendo cada vez mais apertados, com cada vez mais necessidades de mercado e menos empregos, alguns países transformam o sonho de uma boa vida, repleta de regalias econômicas e poder de compra em uma medalha de ouro para distinguir os *vencedores* dos *perdedores*. Vencer na vida não é signo de uma boa vida, feliz, repleta de momentos e lembranças de experiências marcantes,

as quais compartilhamos com pessoas que são importantes. Dentro do jogo do mercado contemporâneo, vencer na vida é conquistar e ampliar o capital econômico. A própria visão do que é ser feliz e possuir uma boa vida é intrinsecamente ligada com a posse ou não de capital. Classes mais pobres são infelizes dizem as elites. São pobres justamente porque não possuem talento ou não se esforçam o suficiente para conquistar aquilo que almejam, afinal, em uma democracia todos são iguais, logo, todos *podem tudo o que o esforço individual permitir*.

A cada ano mais emergente, o debate acerca do papel de discursos de mérito dentro do debate público vem se acalorando e adquirindo cada vez mais forma. Se no início dos anos 2000 as esperanças sobre conquista e ascensão de vida eram pelo menos mais fáceis de serem visualizadas, atualmente, fora de certos nichos, a desconfiança pública na chance real de ascender na vida é crescente. Como uma nuvem escura que paira sob o céu em uma tarde de verão, o ressentimento e o ódio assombram a forma como atualmente lidamos com problemas de uma sociedade cuja tendência é manter-se desigual. Ressentimento, pois uma série de condições psicológicas, como o desapontamento, o fracasso e a vingança, tomam conta daqueles que são deixados de lado, dos *perdedores*. Ódio, pois não somente devido a isto, mas por que todo a forma de pensamento baseado na competição de mercado, faz com que movimentos que pregam abertamente o ódio à outras classes seja ampliado e usado como válvula de escape daqueles que muitas vezes, estão buscando subsistir ao sufoco que é viver.

Grosso modo, o problema entre um mundo baseado na competição do mercado é aquele cuja distância entre os sujeitos é cada vez maior. Dentro de uma economia globalista, o 1% mais rico do planeta arrecadou em 2020 o equivalente a quase 2/3 de toda riqueza gerada no planeta (OXFAM, 2020) ¹. O que esse dado nos diz é que, se formos levar em conta que o arrecadado pertence aos ricos de fato, sobram aproximadamente 1/3 do arrecadado para que o resto da população, em termos literais, dispute e trave uma guerra por sua autosobrevivência.² Em uma sociedade onde há esta disputa desenfreada pela conquista dos objetos que o mercado

¹ Dados fornecidos pelo instituto *oxfam*. Disponível em: <https://www.oxfam.org>.

² Aceito, contudo, que dinheiro de fato não resolve os problemas sociais. Caso dividíssemos toda a renda do 1% mais rico ao resto do mundo, ainda assim não conseguiríamos suprir todas as necessidades criadas a partir de cada realidade. É preciso entender, contudo, que em sociedades onde a garantia do bem-estar tende a estar ligada com um mínimo de renda, dinheiro se torna sim um solucionador prévio de alguns problemas, como a fome por exemplo.

disponibiliza, invariavelmente, há aqueles que conquistam e os que deixam de alcançar a realização da ascensão econômica.

É verificando este cenário global de uma produção tecnológica, tecnocrática, problemas de imigração e conflitos territoriais, a diminuição do mundo do trabalho e a ascensão de movimentos baseados no ódio que este trabalho identifica um dos culpados: o papel exercido pelo conceito de mérito através de uma ideologia que ganhou forma e legitimidade, a saber, a meritocracia. Nossa questão é verificar se, todos os problemas aqui citados, se relacionam ou não à uma meritocracia. Ademais, se ela é um sistema que de forma justa, propicia para os cidadãos da sociedade em que comande, uma boa base para a distribuição e organização social.

Um fenômeno não isolado, muito menos consciente de forma a ser instruído por um manual ou série de regras, a meritocracia se tornou uma saída de pensamento para todos aqueles que, buscando valorizar sua própria luta diária, acredita que de forma igual, todos deveriam se esforçar para realizar feitos e atividades, recebendo o tratamento adequado baseado em como terá se saído em sua atividade (o quanto mereceu determinado tratamento). Isto faz parte do pensamento ocidental desde a inserção em massa das primeiras defesas da liberdade para todos os sujeitos ³.

Dentro da literatura especializada, todavia a meritocracia é conhecida já a alguns anos. Michael Young, em seu ensaio *The Rise of Meritocracy* (1958), certamente marca os debates diretos sobre o conteúdo do conceito. Young narra em sua obra uma sociedade utópica cuja ordenação social é realizada baseada no grau médio de inteligência dos sujeitos, uma vez que supostamente formas de averiguar o desempenho intelectual em potencial de cada criança foi inventada. O resultado segundo a ficção do autor, é uma aristocracia da inteligência, na qual os “melhores” governam um sistema de castas marcadamente desigual. Daí a criação do até então neologismo Meritocracia. Young esperava que, tratando-se de uma ficção, a obra sensibilizasse a população geral acerca dos perigos da ordenação meritocrata. Todavia não foi o que pode ser visto após sua publicação. Até mesmo presidentes⁴

³ Não pretendo adentrar neste trabalho nas questões relativas a culturas orientais cuja tradição é um forte incentivo de manutenção social. Defendo que, devido à ligação com o conceito de liberdade, o ocidente possui uma tendência muito maior a valorizar certos discursos e formas de pensamento que outras. No caso em questão, não pretendo discorrer ou abordar motivos segundo os quais, historicamente, o conceito de mérito adentrou ou não nas culturas orientais.

⁴ Barack Obama foi o presidente que mais vezes citou discursos meritocratas e que buscavam realçar o estilo de vida norte americano segundo Sandel (2021, p. 56)

dos EUA chegaram a citar em seus discursos tal termo, visando angariar os agora interessados na competição justa e limpa baseada apenas nos méritos individuais que o discurso meritocrata fornecia.

O mérito, enquanto um conceito, todavia possui uma história muito maior do que a de sua correlata ideológica. Neste trabalho, pretende-se apontar para os problemas que o discurso baseado no mérito individual causou e causa dentro de algumas sociedades em específico. Todavia, procurarei defender que o mérito possui seu espaço e sua importância. É totalmente racional que, alguém que possua uma carie em seus dentes procure o *melhor* dentista possível para que este realize o trabalho. Queremos também os melhores professores na rede pública de ensino, para educar e dar corpo a um projeto de educação de qualidade. Enquanto sociedade, queremos aquele bombeiro que seja o mais competente possível para a vaga. Em geral, é aceitável e o correto que se admita os profissionais mais capacitados nos cargos. Porém, a forma como o estatuto de *melhor* foi construído, quem pode e em quais condições pode-se tornar um destes profissionais mais capacitados em diversas áreas são justamente problemas que a meritocracia acaba ocasionando. De fato, aceitamos que os melhores bombeiros devem ter salários que honrem seus méritos e seus esforços, todavia, em uma sociedade de mercado, ser o melhor bombeiro possível dificilmente propiciará uma ascensão econômica. Não há problemas algum em não conquistar um apartamento no centro de Nova York com o salário recebido no trabalho de bombeiro. Todavia, há um grande problema quando, *vencedor*, feliz, digno, entre outros valores positivos são reservados apenas aqueles que conseguiram alcançar o topo da escala econômica. Em outras palavras, além da desvalorização do trabalho de um bombeiro, seu valor é dado por seu poder de compra. Para o mercado, o bombeiro não é nada quando, ao fim do mês, não pode comprar ou financiar. É o *perdedor* que não estudou e não conseguiu ir para as melhores profissões com as melhores credenciais.

Intuitivamente isto parece estar errado. Julgar uma pessoa por sua posse econômica é aparentemente um erro infantil de julgamento. Como veremos adiante, não é apenas um erro infantil. É um ataque direto às liberdades dos sujeitos e ao bem comum.

Esta dissertação tem como posicionamento: fornecer alguns argumentos contra a utilização do conceito do mérito como organizador central de uma

democracia. Uma vez que necessariamente está ligado ao mercado, também pretende-se demonstrar que o mérito, enquanto ideologia, é alinhado à mercadorização da vida, deixando de lado outros critérios que consideramos essenciais para o bem-estar, a dignidade ou ao bem comum.

Tomarei como chave de interpretação, uma definição de meritocracia enquanto uma ideologia de certos estados neoliberais que se alinham com os objetivos do mercado. A partir disso, procurarei demonstrar duas linhas argumentativas maiores contra a meritocracia, fornecendo ao fim, alguns argumentos adicionais ao que já foi exposto.

O primeiro capítulo é dedicado a expor as predefinições necessárias para o entendimento do fenômeno em questão. Desta forma, tomarei os escritos de Loic Wacquant (1960) como ponto de partida, para apresentar duas linhas de pensamento interpretativo acerca da compreensão do conceito de neoliberalismo, (i) a linha econômica, discutida na seção 2.1 e; (ii) a linha pela *governamentabilidade* verificada na seção 2.2. Argumentarei a favor de um alinhamento entre estas duas linhas de pensamento, ao decorrer da seção 2.3, buscando chamar atenção para o modo como, através do Estado, o mercado controla a vida de parte da população por meio de vários mecanismos de poder e sedução. Ao fim, na seção 2.4, dedicarei algum tempo para procurar definir o que é uma ideologia de forma ampla, apenas para fins didáticos.

O segundo capítulo é dividido em três seções, sendo voltado a explorar a obra de John Rawls (1971) e sua crítica a arbitrariedade moral. A seção 3.1 é voltada para algumas considerações iniciais acerca do tema em geral. Em 3.2 procurarei explicar a relação entre mérito e meritocracia, expondo uma parte da bibliográfica especializada acerca do conceito de mérito. Na seção 3.3, o argumento acerca da loteria natural rawlsiano será explorado, visando demonstrar que, devido às contingências naturais, o mérito enquanto critério de justiça é baseado em desigualdades não merecidas, portanto, não legítimo. Por fim, a seção 3.4 é dedicada a trabalhar os argumentos de Rawls acerca da necessidade de um segundo princípio de justiça e sua interpretação correta. Argumentarei seguindo Álvaro de Vita (2008) que, o princípio da diferença rawlsiano deve não somente mitigar as contingências naturais, mas também fornecer legitimidade contra a arbitrariedade moral que possa advir da utilização do critério de mérito como meio organizador do sistema social.

O terceiro capítulo é totalmente voltado para os argumentos e ideias publicadas recentemente por Michael Sandel (1953), em *A Tirania do Mérito*. As contribuições recentes de Sandel, apresentam um dissenso às opiniões difusas acerca das desigualdades sociais e da forma de combatê-las. A seção 4.1 é voltada a apresentar a análise do cenário político contemporâneo da cultura norte-americana, buscando demonstrar como os problemas sociais vividos nos últimos dez anos são expressão de formas de pensamento adotadas principalmente pelas elites governantes. Os problemas com a educação e a manutenção das posições sociais em território americanos, bem como os movimentos políticos que ameaçam as democracias no cenário atual também serão tema desta seção. Já 4.2 se ocupa de, brevemente contextualizar como, na visão de Sandel, o espírito do sonho norte americano, maior expressão da meritocracia, é influenciado pelo processo político e religioso de fundação, independência e manutenção da sociedade norte americana. O mérito, nas palavras de Sandel, foi fortemente incentivado e alimentado pelas raízes religiosas dos países protestantes em geral.

Na seção 4.3, apontarei para alguns problemas da retórica da ascensão utilizada pelas elites governantes. Neste sentido, buscarei chamar atenção para o papel psicológico que a meritocracia causa em boa parte da sociedade, alimentando sentimentos morais e comportamentos que ferem o bem comum, assim como eliminam a esfera pública. Em suma, os argumentos de Sandel serão oriundos destas duas teses gerais: Devemos abandonar uma meritocracia pois ela a) fere o bem comum e; b) elimina a esfera pública. Também dedicarei algumas considerações acerca de bem comum e dos limites e estabelecimento da razão e esfera pública.

Por fim, a seção 4.4 fará um resgate de argumentos adicionais aos de Rawls e Sandel contra a Meritocracia. Argumentarei a favor de uma democracia ampla e plena, cujas individualidades são manchadas em uma sociedade cuja ideologia principal é nefastamente de mercado.

2. BREVES APONTAMENTOS SOBRE NEOLIBERALISMO E IDEOLOGIA:

Ao pensarmos contemporaneamente o conceito de meritocracia, raízes modernas certamente surgem como clássicas respostas tanto ao problema quanto como solução para a utilização vasta de um conceito tão difuso. Todavia, pensar o

mérito em um espaço de construção política cujas bases e linhas são mais inconstantes e em muitos casos não definidas, se apresenta como um problema ainda maior. A transformação do *status*, anteriormente citado que, porém, será explorado no capítulo a seguir, do mérito enquanto um artifício cultural religioso para um regulador social e ferramenta de avaliação contínua, faz com que o entendimento acerca do mérito seja abalado a cada movimento vasto ocorrido no globo. Em 2019, o problema do mérito encontrava os embriões dos movimentos ultraconservadores em um duplo movimento: era criticado por aqueles que por sua vez se encontravam fora do privilégio e defendido por aqueles privilegiados. Isto segundo Sandel (2021, p. 22) é uma das marcas da tentativa de meritocracia norte-americana.

Com uma crise global como a pandemia causada pelo vírus SARS-CoV 2, a emergente crise do trabalho tomou ainda mais corpo. Milhares de trabalhadores distribuídos ao redor do planeta viram as já poucas oportunidades, se apagarem em uma velocidade incompreensível. Novas tecnologias, substituição da mão de obra, retrocessos em leis trabalhistas em alguns países, incentivo à tecnocratização⁵, são apenas alguns dos exemplos de questões que atingiram o mundo do trabalho nos últimos anos. Para aqueles cuja formação é pouca ou, voltada para atividades mais tradicionalistas, esta movimentação da globalização significou muitas vezes, se deparar frente a frente com a fome. Curiosamente e supostamente combatida em diversos países como os Estados Unidos da América, a fome deu suas caras para comprovar mais uma vez que, as classes menos abastadas precisam ser acompanhadas, não em termos de paternalismo, mas com cuidado e responsabilidade. Segundo a *Feeding America*, em 2021 aproximadamente 54 milhões de pessoas estariam em situação de não terem tido ao menos uma refeição suficiente na semana anterior à realização da pesquisa. Este dado pode apontar para um problema que atinge a todas as áreas da sociedade estadunidense: o sistema

⁵ Todavia, ressalvo que nem todos adventos de um mundo globalizado e do incentivo à tecnologia e sua ampliação nos espaços de trabalho são negativos. Agilidade com pesquisas, fornecimento e refinamento de matérias primas, acessibilidade e ampliação de conhecimento técnico especializado, aumento de limites culturais em prol da quebra de bolhas informacionais são bons exemplos de como um mundo globalizado e com um forte incentivo ao uso das tecnologias são de fato benéficos. Porém, explico o recorte realizado acerca da influência da globalização e da tecnocratização voltadas aos ambientes de trabalho e no setor de empregos. Os impactos, do ponto de vista do assalariado são devastadores e, como veremos adiante, os frutos da crise econômica marcam de forma profunda uma cultura de desprezo por empregos não tão prestigiosos ou ainda mais manuais. Tais empregos são os primeiros e mais atingidos por efeitos negativos da substituição da mão de obra sem a devida reinserção ao mercado de trabalho.

americano, baseado nos objetivos de conquista e competição sustentados pelo mercado, apresenta uma crise social nas mais diversas demandas que precisam ser urgentemente entendidas e revistas. Não manifesto como um problema de um único governo, a crise americana se refere a uma forma de ideologia e pensamento que domina não apenas um lado da moeda, mas alcança a todos os indivíduos: *o sonho americano*. Este ideal, será tratado neste trabalho como a expressão máxima e mais fiel do que concebemos como meritocracia.

De antemão, a apresentação do objetivo deste capítulo se faz mais que necessária, uma vez que buscar-se-á conectar as definições propriamente dadas aqui aos argumentos utilizados nas demais seções. Este capítulo tem como objetivo apresentar algumas definições que serão utilizadas durante toda o desenvolvimento posterior, com o intuito de apresentar uma chave de interpretação para um fenômeno contemporâneo expansivo em específico, a Meritocracia. Desta forma, tratar-se-á de algumas considerações acerca do termo neoliberalismo, buscando fundamentar uma definição ampla e não simplista, que tenta alinhar duas grandes correntes de interpretação ligadas ao termo. Também se discute o termo ideologia, uma vez que sua definição também é necessária como componente de uma visualização maior do conceito de Meritocracia, a saber: *uma ideologia de Estados tratados como neoliberais*. Em outras palavras, este capítulo se dedica a apresentar dois conceitos necessários para a compreensão de uma Meritocracia enquanto fenômeno político.

Em sociedades onde o acesso a informações e canais de debates, em especial através das redes sociais, se tornaram praticamente imediatos, não é incomum encontrar matérias, colunas de opinião, divulgação de atos coletivos ou ainda entrevistas nas quais o termo neoliberalismo é utilizado para descrever uma série de posições individuais, agendas de governos, práticas e ações políticas que, em alguns casos, acabam por não possuírem nenhuma característica em comum ou relacionadas entre si. Basta digitar o termo neoliberal em algum mecanismo de pesquisa na *internet* e clicar na aba *notícias* para ter acesso às citações ao termo, utilizados principalmente por veículos e agentes localizados mais à esquerda do aspecto político. Todavia, como todo conceito difuso, neoliberal é muitas vezes carente de definição mais objetiva e tal carência leva à algumas questões que podem e devem ser levadas em conta antes de afirmar que tal política de governo ou de Estado é neoliberal: neoliberal é uma posição política? É uma agenda de governo? É

uma ideologia de certo grupo social? É uma política de mercado? É uma posição política partidária voltada para o governo? O que defende uma posição neoliberal? Qual a diferença entre um neoliberal e um liberal propriamente dito? São estas questões que levantam o debate dentro deste texto.

Em linhas gerais, duas grandes interpretações acerca do conceito são utilizadas (WACQUANT, 2012, p. 507): (a) uma linha econômica, que interpreta o termo neoliberal como uma política estritamente econômica de mercado, vista como uma dominância do mesmo e; (b) uma visão com influência *foucaultiana*, baseada na concepção de *governamentabilidade*, que aponta como principal característica o controle da esfera social exercida pelo modo de Estado neoliberal através de uma forma de governar. O que este texto propõe, seguindo a defesa de Loïc Wacquant (2012), é uma definição que abarque aspectos de ambas as correntes, corrigindo seus problemas e buscando lançar mão de uma visão antropológica que seja conceitualmente rigorosa. Todavia, é preciso esclarecer como cada uma destas linhas compreende o conceito aqui em questão, para só então realizar a defesa da posição de Wacquant. A primeira interpretação, a saber a linha econômica, é tema da próxima seção.

2.1. A INTERPRETAÇÃO ECONÔMICA DO FENÔMENO

Apresentada por Wacquant como a concepção mais hegemônica, a interpretação econômica se fundamenta na visualização do conceito como um *império do capital* (WACQUANT, 2012, p. 507), na qual as visualizações de uma sociedade capitalista, com um mercado que se autorregula e que tenta evocar valores de liberdade e independência para os sujeitos se expressam como as principais características. Sua hegemonia se dá por uma influência de autoria neoclássica, vista por herdeiros de tradições interpretativas do liberalismo clássico e neomarxistas, baseadas na tradição dialética, voltando-se às críticas ao sistema capitalista.

Uma das características alocadas pela interpretação econômica de mercado do neoliberalismo, é o fato de que tal modo de Estado é, para além de controle expansão territorial, controle também imperial (WACQUANT, 2012. p.508), que foge de sua própria linha territorial e não se limita ao controle econômico apenas de objetos, produtos ou bases de comércio, mas de todas as atividades humanas a partir do

mecanismo de mercado. Um exemplo da expansão do controle econômico pode ser visto nos investimentos e “pré-requisitos” para a realização de um casamento. Em linhas gerais, casar-se não deveria implicar em um problema necessariamente financeiro, muito menos apresentar uma série de necessidades de mercado que são inculcadas nos noivos através de mecanismos como a própria propagação cultural. Desde a padronização de vestimentas, objetos de decoração, alimentação e ainda, certos ritos⁶, o casamento acaba por se tornar uma atividade controlada pelo capital. Por óbvio que questões culturais e gosto também dividem o espaço de decisão e influência no pensamento de alguém que pretende se casar. Mas segundo a interpretação econômica, o neoliberalismo acaba por exercer através do mercado, forças que fazem com que a realização de tal evento, não somente seja transformada em um problema econômico, como também alienará economicamente, todas as atividades dos agora então, casados.

A partir desta visão de controle do capital, tal visão hegemônica associa o neoliberalismo à concepção de *mercado autorregulador*, que controla e se autorregula em busca de um equilíbrio entre as trocas realizadas, sempre se opondo ao Estado devido suas sanções, interferências e controle (HARVEY, 2005, p. 2). Dentro da lógica de mercado neoliberal estaria a consciência de que o Estado é um problema para a eficiência do próprio mercado⁷, devendo ser reduzido ao máximo para que investimentos de capital sejam realizados de forma justa. A defesa é que uma sociedade neoliberal é aquela que minimiza o poder do Estado, reforçando o poder e autonomia do mercado. (HARVEY, 2005, p.3)

Neste sentido, defensores de um neoliberalismo de mercado, estariam apontando para a necessidade da existência e independência do mercado enquanto o meio mais eficiente de alocação de recursos e efetivação das liberdades individuais. A implicação desta tese é uma sociedade planejada onde a liberdade para ação e para as trocas do mercado são fundamentais para a efetivação dos planos de vida individuais. Portanto, é preciso reduzir o poder que o Estado possui, uma vez que é

⁶ Aqui por ritos, menciono questões como a doação de presentes, dinheiro, auto promoções de viagens, etc

⁷ Por eficiência de mercado, me refiro à relação entre o valor comercial de um produto e o custo unitário de sua produção. Desta forma a eficiência econômica aumentaria quando aumenta a relação entre o valor de um produto em relação a seu custo unitário. Ou seja, quando há produção do produto, mantendo suas características com a diminuição do custo para sua produção, há eficiência. Isto aplicado às esferas do mercado que lidam não com produtos, mas sim com sujeitos e vidas, possui muitas vezes algumas consequências desastrosas.

composto de forma autocrática, autoritária e reguladora. Esta crença no papel do mercado, é descrita por David Harvey em

O neoliberalismo é, em primeira instância, uma teoria de práticas políticas econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser alcançado mais plenamente pela emancipação das liberdades e competências empresariais individuais dentro de uma estrutura institucional caracterizada por direitos consistentes à propriedade privada, a mercados livres e ao livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a tais práticas. (HARVEY, 2005, p. 3-4)

Esta pretensão de ampliação das individualidades em prol de uma sociedade mais democrática⁸, traz consigo uma forte visão acerca da responsabilidade individual. O Estado cada vez mais reduzido, deixa a responsabilidade pela esfera social e econômica nas mãos dos sujeitos, que devem ser o mais livre possível para que suas trocas e participações nos mercados sejam em mesma medida, livres e justas (WACQUANT, 2012. p. 508).

No cerne do pensamento neoliberal estaria incutido um suposto cálculo de eficiência e liberdade, que andam juntos numa linha de expansão direta, vista como um raciocínio de forma em que

- (i) Quanto mais liberdade, mais eficiência uma sociedade apresenta.
- (ii) Quanto menos Estado, mais liberdade os indivíduos possuem.
- (iii) Quanto mais privatizações dos serviços forem feitas, menos participação do Estado na vida dos sujeitos.
- (iv) Assim, por consequência, quanto mais privatizações, mais eficiência e liberdade um Estado possui, bem como mais democrático e justo ele se apresentará.

Assim, aliado ao poder do mercado, à exaltação das liberdades, em especial a liberdade à propriedade privada e à redução da força do Estado, com ideais de privatização dos serviços públicos, a interpretação econômica visualiza, tanto para defensores quanto para críticos, uma espécie de sociedade defensora de privatizações e de um Estado fraco, que realoca no mercado e nos sujeitos, a maior parte da ordenação social.

⁸ Para defesa das sociedades capitalistas modernas democráticas, ver LIPOVETSKY, 2009; 2015.

2.2 A INTERPRETAÇÃO PELA GOVERNAMENTABILIDADE

Por sua vez, a interpretação pela *governamentabilidade*⁹ apresenta uma compreensão que se apoia na não ordenação do sistema político neoliberal em uma estrutura rígida. Isto significa que o neoliberalismo é, em linhas curtas, uma amálgama de estratégias, cálculos e noções que visam moldar a população e a esfera social (WACQUANT, 2012. p. 508.)

Neste sentido, o neoliberalismo é uma estratégia de *governamentabilidade*, manifesta como uma racionalidade global que organiza e regula as formas de ação não só de um governo, mas dos indivíduos, suas vidas, famílias e corpos, bem como as condutas dos mesmos (WACQUANT APUD DARDOT, LARVAL, p. 508).

Manifesto desta forma, o neoliberalismo é um fenômeno amorfo, múltiplo, complexo, contingente e repleto de constantes mudanças. Assim, não pode ser estudado enquanto uma estrutura, pois não há unicidade entre suas diversas manifestações. Há apenas o fato de que exercem pela *governamentabilidade* a pluralidade de domínio da vida como um todo através do governo. Também não pode ser visto como um movimento unitário pois, devido sua contingência, possui uma série de características específicas reunidas a uma hibridização que lhe permite incorporar diversas características e mudanças ao longo do tempo. As incorporações de lutas sociais, tal como a ampliação do espaço e respeito à cultura LGBTQIA+ trazida por grandes corporações e empresas com o objetivo de obter lucro através da venda de produtos a este público e o controle através da moda e estatização de padrões de beleza, inclusive a imposição de padrões de corpos para as classes não dominantes, são exemplos da hibridização do neoliberalismo em sociedades de *hipermercados*¹⁰.

⁹ Governamentabilidade é entendida como a arte de governar, ou seja, a forma e estilo adotada por um determinado sistema para realizar ações. Neoliberalismo seria apenas mais uma forma de governamentabilidade, todavia, a mais dominante na contemporaneidade na visão de autores como Foucault (1978-1979) .

¹⁰ Conceito tratado por Gilles Lipovetsky na obra *o Império de efêmero*. Diferentemente da análise tradicional da biopolítica, Lipovetsky interpreta as condições de poder na contemporaneidade como recorrentes do processo de produção, expansão e domínio da moda, figura representativa da criação da individualidade moderna e da individualização contemporânea. Em sociedades fetichistas, buscando satisfação estética e contemplação de seus modos de democraticamente se reconhecer e de fato serem, o auto consumo encontra-se com a alta oferta de individualização através da moda e seus imperativos. Os hipermercados são a expressão de uma oferta gigantesca de compra e individualização apresentados em sociedades de alto consumo. Lipovetsky acredita que o poder de sedução, exercido pelas métricas capitalistas e pela moda, executam uma tarefa e um poder muito mais dinâmico e dominante do que o poder disciplinador vigiante por exemplo. Para mais ver, LIPOVETSKY, 2009; 2019.

Dentro da cultura LGBTQIA+, grandes corporações de venda de roupas, estabilizam um padrão de corpo e vestimenta, que é imposto à toda a comunidade, controlando e regulando assim, até mesmo a vida de culturas tradicionalmente deslocadas do eixo dominante.

A diferença entre esse exemplo e o citado mais acima, se concentra no fato de que no primeiro (uma diferença de interpretação), o Estado não controla o casamento nem os planos dos noivos. E, eles são seduzidos ou pressionados pela esfera social e cultural a realizar tais ritos. Mas, é o poder do mercado através da cultura que faz com que os noivos sigam pressões econômicas do casamento. Já a padronização dos corpos dentro de grupos minoritários, é, na visão dos interpretes¹¹ da *governamentabilidade*, *incentivada* e *controlada* pelo governo¹² que através de mecanismos, impõe e controla as subjetividades dos sujeitos das classes minoritárias, tendo como base também critérios do mercado. A sutileza da diferença se manifesta na diferença entre “Estado frouxo” da primeira interpretação neoliberal para “Estado regulatório e vigilante” da segunda interpretação, ambos apoiados sob uma economia de mercado ativo.

Inspirados principalmente por Michael Foucault (1978-1979), os defensores da análise pela *governamentabilidade*, partem da concepção de controle da vida por intermédio do Estado e suas instituições. É através dos mecanismos e estratégias do governo que é possível realizar o controle do Estado e dos cidadãos¹³. Todavia, Foucault parte de uma análise histórica das condições de formação do *neoliberalismo alemão* e norte-americano para, só então, dar uma caracterização ampla para o conceito. No sentido foucaultiano, diferentemente da visão econômica do neoliberalismo, tal fenômeno é visto como uma inversão entre o problema dos liberais

¹¹ Alguns dos nomes que defendem a análise pela *governamentabilidade* estão, Dardot; Laval, 2007; E.G., Barry; Osborne, 1996; e Brown, 2005).

¹² Como principal figura representante do Estado, a ideia é de que em geral, o governo é dominado e constituído por aqueles que possuem poder dentro de uma sociedade. Autoridades religiosas, grandes latifundiários, parlamentares, membros de grandes movimentos artísticos, donos de empresas multimilionárias são exemplos daqueles que, por sua influência e poder, dominam as posições de governo. Seu poder não se visualiza apenas no sentido de dominância econômica, mas cultural, de autoridade e tradição. Tendo isto em vista, o Estado é apenas mecanismo de certas classes que estariam por meio das instituições, no controle das vidas em geral.

¹³ Em geral, Foucault (1978-1979) se refere mais ao Estado quando menciona conjuntos de regras ou instituições reguladoras, como o próprio direito ou o governo. Em alguns momentos da obra (FOUCAULT, 1978-1979), todavia, sua visão de estado se assemelha muito a uma definição enquanto governo. Nos próximos capítulos, estado e governo serão tomados como diferentes, todavia, dentro da concepção foucaultiana, Estado e governo ora são o mesmo, ora são partes um do outros.

do século XVIII, apresentando uma consideração que identifica uma presença justamente maior de controle do estado, contrário ao estado *Laissez faire*¹⁴ assumido pelo liberalismo clássico.

Foucault defende em um de seus cursos, organizados na obra nomeada de *O Nascimento da Biopolítica* (1978-1979), que o medo surgido principalmente após a Segunda Guerra, leva os objetivos do até então, não fundado, Estado Alemão¹⁵, a se preocupar com a questão de um Estado autoritário, sem regulações e de poderes infinitos. Partindo de um processo que advém desde os anos 30, o Estado neoliberal ganhou força ao supostamente cumprir os requisitos buscados pela então fragilizada comunidade política europeia, cedendo a chantagens e noções americanas de comércio. Foucault (1978-1979) argumenta que, diferentemente do liberalismo clássico¹⁶, preocupado em observar e delimitar os limites para a garantia da liberdade dos cidadãos, o Estado neoliberal está preocupado em como garantir a liberdade econômica estrita, voltando-se para o fato de que tal forma de Estado, realizou uma inversão na própria base de ordenamento social, ou seja, uma inversão na legitimação do próprio Estado.

Para o autor, as consequências das crises econômicas na Europa, elevadas a um patamar até então nunca visto com a Segunda Guerra. Objeto de estudo do autor, elas trouxeram consigo três exigências, por exemplo, para o Estado Alemão,

¹⁴ Provavelmente, esta noção nasceu do trabalho dos economistas franceses do século XVIII chamados de 'fisiocratas'. Eles defendiam, grosso modo, que a atividade econômica tinha uma espécie ordem natural e era regida por leis imutáveis, sendo assim, qualquer interferência por parte do Estado no ordenamento era condenável. Assim, os fisiocratas defendiam a máxima *laissez-faire, laissez-passer* ("deixar fazer, deixar passar") - tal máxima fora cunhada, ao que parece, por Vincent de Gournay (1712-1759), um integrante do grupo dos fisiocratas. O principal proponente dessa corrente de pensamento foi François Quesnay. O principal livro de Quesnay é o seu *Tableau économique* de 1760. Assim, tal estilo de Estado pode ser caracterizado por uma economia independente que prega a não interferência no mercado. Geralmente ligado a sociedades de estado mínimo capitalistas.

¹⁵ Faz-se o recorte de análise do Estado Alemão, uma vez que o neoliberalismo americano será tratado nos próximos capítulos com mais ênfase, principalmente devido à apresentação e argumentação de Michael Sandel.

¹⁶ Foucault compreende Liberalismo como um sistema político que visa fomentar e garantir a liberdade para seus concidadãos, mas que precisa, paradoxalmente, para garantir liberdade, impor restrições em determinados momentos para que esta possa ser proliferada. Nas palavras do autor "Com isso, embora esse liberalismo não seja tanto o imperativo da liberdade, mas a gestão e a organização das condições graças as quais podemos ser livres, vocês veem que se instaura, no cerne dessa prática liberal, uma relação problemática. (...) O liberalismo no sentido em que eu o entendo, esse liberalismo que podemos caracterizar como a nova arte de governar formada no século XVIII, implica em seu cerne uma relação de produção/destruição [com a] liberdade. É necessário de um lado, produzir a liberdade, mas esse gesto mesmo implica que, de outro lado, se estabeleçam limitações, controles, coerções, obrigações apoiadas em ameaças, etc. "(FOUCAULT, 1978-79. p. 87).

destruído com a derrota em 1945. São elas *reconstrução, planificação e ressocialização* de programas sociais. A primeira, preza por uma transformação do sistema de guerra por um sistema econômico de paz. A segunda aloca numa economia planejada a possibilidade de reconstrução do país e sua estabilidade (FOUCAULT, 1978-79, p.103). Já a última, representa as exigências tratadas como mínimas para que se evite a repetição de processos históricos como o nazismo e o fascismo. A situação global política colocou a agenda americana de comércio como parte de exigência para com os outros países, em especial para com a alemã (FOUCAULT, 1978-79, p. 108). Neste cenário foi preciso aceitar as livres trocas com o governo norte americano, pois é através das livres trocas que a reconstrução dos Estados será realizada, na mesma medida em que, uma crescente *fobia* do Estado surge, pregando cada vez mais uma presença mínima estatal¹⁷ (FOUCAULT 1978-79, p. 104).

Assim, os planos de reconstrução do Estado Alemão acabam por se direcionarem para a resposta econômica como a esperança de toda a situação política, legitimação e organização do Estado. Os responsáveis pela reconstrução alemã, ao repousar o fardo todo sobre a relação econômica, apresentam nela mesma a própria legitimação política. Dar liberdade econômica – defendido pelos responsáveis pelo Estado Alemão, como Ludwig Erhard – é dar a Alemanha a sua reconstrução, ao mesmo tempo que supostamente evita um Estado ultrapoderoso, incapaz de colapsar novamente com horrores semelhantes aos do Nazismo Alemão. Trata-se de criar e fundamentar, na liberdade econômica e como princípio de legitimidade do governo, um novo Estado cujo objetivo é garantir a liberdade econômica de seus cidadãos. Nas palavras de Foucault, a legitimação do Estado sobre a liberdade econômica é vista como

Essa ideia de uma fundação legitimadora do Estado sobre o exercício garantido de uma liberdade econômica é, de fato, a meu ver, uma coisa importante. Claro, é necessário retomar essa ideia e a formulação dessa ideia no contexto preciso em que a vemos surgir, e com isso reconheceremos facilmente uma artimanha tática e estratégica. Tratava-se de achar um paliativo jurídico para pedir a um regime econômico o que não se podia pedir diretamente nem ao direito constitucional, nem ao direito internacional, nem mesmo, simplesmente, aos parceiros políticos. Era, mais precisamente ainda,

¹⁷ Aqui, por mais estranho que pareça, ao mesmo tempo em que a fobia do Estado cresce, ela serve como justificativa para a reviravolta da justificação do próprio poder e estatal e suas instituições. Foucault (1978-1979) defende que o receio e o combate aos horrores do regime nazista são utilizados como motivo para o domínio e expansão do mercado sobre as instituições estatais.

uma habilidade em relação aos americanos e à Europa, pois, garantindo a liberdade econômica a Alemanha, à Alemanha que estava se reconstituindo – e antes de qualquer aparelho estatal –, garantia-se aos americanos, e digamos, aos diferentes lobbies americanos a certeza de que poderiam ter com essa indústria e com essa economia alemã as livres relações que quisessem escolher. (FOUCAULT, 1978-79, p. 113)

Esta artimanha utilizada para reconstruir o Estado Alemão frente à pressão econômica internacional, bem como à esperança da livre relação de comércio e seus frutos, ainda apresenta outra vantagem para o Estado alemão. Esta vantagem é o fato de que

(...) tranquilizava-se a Europa, claro, tanto a Ocidental como a Oriental, garantindo que o embrião institucional que estava se formando não apresentava em absoluto os mesmos perigos do Estado forte ou do Estado totalitário que ela havia conhecido nos anos anteriores. (FOUCAULT, 1978-79, p. 113)

Aliados à *fobia* do Estado, os estragos causados pela regência Nazista e a crise do ultranacionalismo, são razões que permitiram ao neoliberalismo encontrar o espaço perfeito para se alocar e reconstruir uma nova visão do liberalismo. As limitações à liberdade e a ação do Estado passaram a não ser mais legitimadas pelo direito público¹⁸. Agora a própria economia, ao exercer controle institucional, que exerce e produz a soberania para o Estado, produzindo por consequência o próprio direito público. A instituição econômica livre produz e fornece base para o Estado, o garantindo na visão neoliberal (FOUCAULT, 1978-79, p. 114).

A força desta inversão e fundamentação com base na legitimação da liberdade econômica dentro do Estado, é vista por Foucault, como a produção de um *consenso*. A legitimação que advém da liberdade econômica é justamente o consenso, criado pela aceitação de regras de liberdades gerais e pela não interferência ou regulação dos sistemas de troca. É fato que, é aceito inclusive por representações de partidos socialistas¹⁹ no Estado Alemão que a garantia da propriedade privada, bem como a livre concorrência seria a melhor forma de resolver os problemas do Estado Alemão, bem como a forma mais concreta de produzir legitimidade. Segundo Foucault

¹⁸ Visto como um debate que se modificou entre os séculos XVII e XVIII, a questão do direito público era antes vista como o problema acerca da legitimidade do soberano, seus direitos e seu exercício de poder, adquire forma, no século XVIII de qual a limitação da ação e poder do Estado, limites esses, em termos jurídicos.

¹⁹ Foucault cita as resoluções da social democracia alemã em 1955 e o congresso de Bad Godesberg, em 1959. Nestas resoluções o partido aceitava ideias como a ampla concorrência, a legitimidade da propriedade privada dos meios de produção e defende a busca por uma base social equitativa na medida do possível.

Essa instituição econômica, a liberdade econômica que essa instituição tem por papel, desde o início, assegurar e manter, produz algo mais real, mais concreto, mais imediato ainda, que uma legitimação de direito. Ela produz um consenso permanente, um consenso permanente de todos os que podem aparecer como agentes no interior, dentro desses processos econômicos. Agentes como investidores, agentes como operários, agentes como empresários, agentes como sindicatos. Todos esses parceiros da economia, na medida mesma em que aceitam esse jogo econômico da liberdade, produzem um consenso que é um consenso político. (...) Ou seja, a adesão a esse sistema liberal produz como subproduto, além da legitimação jurídica, o consenso, o consenso permanente, e é o crescimento econômico, é a produção do bem-estar por esse crescimento que vai, simetricamente à genealogia “instituição econômica-Estado” produzir um circuito “instituição econômica-adesão global da população a seu regime e sistema”. (FOUCAULT, 1978-79, p. 114-115)

O contraste com o liberalismo clássico é latente na visão de Foucault, uma vez que o primeiro, ainda possui em seu cerne, a problemática da possibilidade de legitimação de um Estado que ao mesmo tempo, garanta a liberdade econômica de um Estado *laissez faire*. O Estado neoliberal, por sua vez, se volta não somente a uma economia do “deixar fazer”. A estrutura econômica neoliberal, na visão de Foucault é vista como dotada de pluralidade de áreas, uma vez que, por exemplo, sua base não se concentra unicamente em um mercado definido a partir de trocas, mas também através da concorrência (FOUCAULT, 1978-79, p. 141).

É neste cenário de produção de um novo liberalismo, apoiado na legitimação do Estado através da instituição econômica e sua consequente liberdade de troca e concorrência, que o neoliberalismo ganha seus primeiros traços dentro do território alemão, mais especificamente, após os anos de 1948-49. Sua influência e sua nova forma de governar, é para Foucault (1978-1976), caracterizada diferentemente em diversos contextos, apoiado por contingências históricas, resultante de um processo de decisão histórico e por uma concorrência entre *governamentabilidades*. Neoliberalismo é, grosso modo na visão do autor, uma forma de governar que se legitima na liberdade econômica como garantidora do Estado. O que legitima a liberdade econômica? Basicamente ela mesma, uma vez que é fundamento para a criação do Estado e governa a partir de si mesma.

Vale ressaltar que diferente da interpretação econômica do neoliberalismo, a *governamentabilidade* foucaultiana afirma que tal Estado, mesmo que defenda e busque a liberdade econômica, impõe também restrições às outras formas de liberdade através do controle. Uma vez que é a própria legitimidade, qualquer ação

de limitação deve em primeira mão, basear-se na liberdade econômica, para só em seguida chegar à possibilidade de executar outras liberdades. É este justamente o ponto ao qual Foucault busca demonstrar: O impacto do controle do Estado pelo mercado é a característica fundamental do neoliberalismo, cuja limitação está no “fazer” garantir-se à liberdade econômica.

Foucault acaba por inaugurar uma corrente de interpretação, seguido por vários autores²⁰, com arranjos mais ou menos fortes da presença do Estado ou ainda da força da liberdade econômica dentro do Estado neoliberal. O ponto é que, consensualmente e partindo da análise do autor francês, para a corrente da *governamentabilidade*, pode-se identificar o neoliberalismo como uma racionalidade de Estado, que se disseminou ao ponto de estar posicionada globalmente. É também marcadamente múltipla e relega espaço de legitimação e privilégio de domínio ao sistema de mercado, principalmente no que diz respeito ao seu espaço no ordenamento jurídico, utilizado como mais uma ferramenta da sociedade do cálculo econômico.

2.3 A INTERPRETAÇÃO ANTROPOLÓGICA

Wacquant (2012), todavia, defende que ambas as interpretações, a *governamentabilidade* e a econômica, apresentam alguns problemas dos quais uma boa interpretação e principalmente, uma antropologia do neoliberalismo precisa se debruçar para responder e corrigir. Primeiramente, Wacquant aponta para os problemas da definição pela *governamentabilidade*, uma vez que as apresentações das características do neoliberalismo são não-informativas, ou seja, nos dizem muito pouco sobre o que de fato é um Estado neoliberal e como reconhece-lo, classificado como em constante mutação, construído por burocracias e tecnologias estratégicas extremamente híbridas e maleáveis (WACQUANT, 2012. p. 509).

Ao definir neoliberalismo através de um jogo de racionalidade de governo, baseado na liberdade econômica como princípio de legitimação, que lança mão de estratégias burocráticas, como cálculos econômicos, metas e métricas indicativas, padrões de referências monetários, conexões burocráticas e programas de fomento

²⁰ Para mais ver DARDOT; LARVAL, 2007; COMAROFF, J; COMAROFF J. L., 2001; GAMBLE, A. 2001; HARCOURT, B. E. 2001; MEIKSINS, W, E. 2003; MUDGE, S. L. 2008.

econômico para certos grupos, a interpretação de Foucault e seus herdeiros fazem uso de uma série de características que, mesmo presentes em outras formas de Estados, ainda assim são características fortes de um estado Neoliberal. Por exemplo um Estado liberal pode muito bem lançar mão de conexões burocráticas em seu sistema com o objetivo de tornar os processos políticos menos suscetíveis a erros. Há ainda uma possibilidade de que estas mesmas estratégias utilizadas pelo neoliberalismo sejam usadas por Estados de grande discordância com tal sistema. Wacquant cita a própria China ²¹ como uma possibilidade de contraponto

Primeiro, não está claro o que torna uma tecnologia de conduta neoliberal, mas certamente, técnicas burocráticas - tais como auditorias, indicadores de desempenho e parâmetros de referências (prediletas da antropologia neofoucaultiana do neoliberalismo) – podem ser usadas para apoiar ou fomentar outras lógicas como o fazem as técnicas atuariais. Da mesma forma, não há nada a respeito de normas de transparência, responsabilidade de prestação de contas e eficiência que as torne incentivo necessários à mercadorização; na China, por exemplo, elas foram introduzidas no intuito de perseguir metras patrimoniais e reinscrever ideais socialistas. (WACQUANT, 2012. p. 509)

Wacquant se refere a *governamentabilidade* como uma visão pobre, com potenciais a serem utilizados e explorados, mas que ao se comprometer com uma definição abstrata, não detalhada e não informativa, acaba por não apresentar ferramentas concretas para uma avaliação do impacto e da forma como o mercado passa, dentro deste Estado neoliberal, a reger a ordem social como um todo.

Porém, a tarefa analítica da interpretação econômica não dá ênfase o suficiente para os efeitos práticos e sociais que o mercado passa a exercer sobre o Estado. Visto apenas pelo regime de uma nova visão da relação mercado-Estado, a interpretação econômica não se volta para a influência cotidiana que este mercado passará a exercer sobre o poder político dentro de um Estado, ou em outras palavras, não discute o quão impactante é de fato um Estado neoliberal nos interesses, direitos e vidas dos sujeitos que constituem o meio social. Por exemplo, ao deixar de lado o quão impactante são as reformas, sejam econômicas, sejam sociais, que afetaram ou afetam, por exemplo, as alas que possuem maior idade, como os aposentados, a interpretação econômica deixa de lado os jogos discursivos que permeiam os direitos

²¹ Todavia, pode se problematizar mais acerca dos critérios e objetivos que levaram a China a rever sua forma de estruturação econômica de acordo com a agenda supostamente socialista. Mesmo que tenham sido na tentativa de reinscrever ideais socialistas, algum defensor da *governamentabilidade* ainda poderia argumentar que o mercado, como fenômeno em constante movimento e autoconstrução, tomou conta da legitimação e justificação do Estado Chinês.

da terceira idade ou a garantia de acesso à certos serviços dos quais, membros desta ala foram privados. Considere por exemplo, as diminuições na idade de acesso à serviços públicos gratuitos como o transporte público. Ao diminuir de 70 para 65 e em seguida para 60 anos, um Estado faz uso da lógica econômica para afetar a vida de milhares de pessoas, cujo impacto não é levado em conta por tal análise, uma vez que está preocupada com índices de desemprego e outras posturas de agenda econômica.

Desta forma, a proposta de Wacquant, defendida aqui, é a de uma via média entre ambas as interpretações. A tentativa analítica de compreensão dos fenômenos do neoliberalismo, bem como a análise de suas estruturas deve e pode ser aliada a concepção de um projeto neoliberal que é plural, amplo e aberto (WACQUANT, 2012, p. 509). Wacquant defende que, entre todo este caos de utilização de características multifacetadas, não ordenadas e em constante mudança devido aos fatores sociais e históricos, existe uma estrutura que permeia o neoliberalismo, quer seja em sua versão europeia ou norte-americana, a saber: um núcleo formado pela articulação entre *Estado, mercado e cidadania* (WACQUANT, 2012, p. 509-510), na qual o Estado, fornece e é aparelhado pelo mercado, que lança mão justamente da força e base do Estado para imprimir suas características, ideias e imposições à cidadania dos sujeitos.

Assim, temos uma definição de neoliberalismo tal como um sistema político, econômico e social, que, lança mão do domínio do mercado para re-centralizar o Estado. Este, enquanto peça principal, impõe sobre a esfera social, todo o conjunto de leis e regras cujo sistema econômico possui e defende. O conceito não é mais visto como um sistema de coerção econômica ou uma concepção de forma de governar. Neoliberalismo é a forma de concepção política centrada no Estado, no qual o mercado recebe prioridade como mecanismo institucional e o Estado lhe faz uso para controle das pautas de ação realizadas pelo sistema jurídico e social. Novamente, não se trata de um sistema econômico, mas sim de uma concepção de sistema político, com uma concepção sociológica do impacto do controle centrado no poder do Estado. Nas palavras do próprio autor

(...) para dar suporte à antropologia do neoliberalismo, compreendida não como uma doutrina econômica invasiva ou como a migração de técnicas de governo, mas como uma constelação política concreta: de uma concepção econômica "pobre", centrada no mercado, para uma concepção sociológica

“densa” centrada no Estado, que especifica o mecanismo institucional envolvido no estabelecimento da dominância de mercado e seu impacto operante sobre a efetiva adesão social dos membros da sociedade. (WACQUANT, 2012. P. 510)

Visando dar corpo a tal conceito, Wacquant propõe uma reorientação de teses para que, baseado no conceito de *campo burocrático* de Pierre Bourdieu (1989-1992), possa ser dada como coerente tal visão de neoliberalismo. São três teses descritas como (a) o neoliberalismo como projeto político; (b) a propensão neoliberal para a direita do campo burocrático e o Estado-centauro e; (c) O crescimento do braço penal do Estado como componente essencial.

Consensualmente, em geral defende-se que um Estado neoliberal é o maior propagador do apagamento do Estado, que busca diminuir a força das instituições públicas e estatais. Alguns autores²² defendem que justamente a existência de um Estado neoliberal pode significar, ao decorrer do tempo, o apagamento e destruição da própria instituição Estado. Todavia, Wacquant propõe uma reorientação de teses, defendida por este trabalho, em que identifica que não há desmantelamento do Estado no neoliberalismo, mas sim uma reengenharia das funções e localização política do Estado (WACQUANT, 2012, p. 510). Não é sua destruição, mas sua reformulação que envolve tal tese.

Isto se dá, segundo o autor, por três razões. A primeira é o fato de que os próprios mercados sempre foram criações políticas, sendo sistemas de trocas baseados em um certo preço, com certas regras que precisam ser estabelecidas por uma autoridade política. Em geral na modernidade quem detinha o papel de regulamentar os mercados era justamente o Estado. Desta forma, não faz parte do interesse geral neoliberal a exclusão do Estado, mas sim sua reestruturação, pois garante a autoridade e legitimação dos preços e regras de mercado. A segunda razão advém da necessidade de que o Estado intervenha em casos de discordância, oposição e controle de estratégias que fujam às sanções do mercado. O Estado é necessário pois realiza a função de *juiz* em casos como tal²³. Por fim, a última razão é a constatação de que o neoliberalismo, desde seus primórdios se esforça na tentativa de superar o liberalismo clássico, se opondo a forma como equivocadamente o liberalismo colocou o Estado como espectador do ritmo social. Sua busca de

²² Para mais ver MEIKSINS, W, E. 2003; POLANYI, K.1971; ZIZEK, S. 2003.

²³ Tal consideração é baseada por Wacquant nos resultados dos trabalhos de Émile Durkheim (1858-1917), Marcel Mauss (1872-1950), Karl Polanyi (1886-1964) e Marshall Sahlins (1930-2021).

reformulação, pretende recolocar o foco do Estado para apoiar e fomentar ativamente o mercado enquanto produtor político, fazendo uso do controle a qualquer outra tese que seja contrária a tal.

Ainda dentro da tese (a), Wacquant apresenta quatro “lógicas” institucionais que permeiam esta caracterização de tal conceito (WACQUANT, 2012. p. 511). Desta forma, fazem parte das políticas de reengenharia de um Estado neoliberal: (i) a *mercadorização* como mecanismo de mercado, entendidos como meios universais e ideais para eficiência econômica e social; (ii) A presença de políticas sociais disciplinadoras, nas quais através de programas de assistência social, os indivíduos são condicionados ao cumprimento de comportamentos direcionados, como a obrigatoriedade de certos programas sociais que como requisitos, impõem frequência escolar; (iii) a presença de políticas penais que controlam a suposta desordem social nas áreas urbanas impactadas pelo ponto (ii) e que também reforçam e aumentam a soberania e poder do Estado na vida cotidiana que passa a controlar, incentivando fatores como o aumento da violência policial e do número de instituições para menores, uma vez que o controle pelas políticas não fornece a suposta segurança necessária para o controle, e; (iv) a utilização da responsabilidade individual como reforço e discurso que motiva e tece um alicerce cultural para as várias atividades realizadas por este Estado, jogando assim cada um dos sujeitos à mercê da criação de seu próprio destino e responsável pelas suas consequências, sejam elas positivas ou negativas (WACQUANT, 2012. p. 511).

A segunda tese, (b), tem por base o conceito de Bourdieu de *campo burocrático*, definido como a amálgama de organizações de monopolizam a definição e a distribuição de bens públicos (BOURDIAU, 2014). Tal concepção, compreende o Estado como um espaço de força de lutas em geral antagônicas, que discordam e disputam as prioridades da autoridade pública, quais problemas sociais devem ser resolvidos e quais ações econômicas devem ser tomadas. Dentro do Estado neoliberal, ocorre segundo a análise de Wacquant, uma tendência de oposição que faz forças à direita do espectro político ²⁴, que por sua vez, acaba elegendo como

²⁴ Para uma visão sobre o problema da definição entre as divisões entre esquerda/centro/direita, ver AISLÃ, 2020, Pp 42-57; SAGID, 2020, Pp 58-73. In: Uma ideologia de Centro. Org. Rodrigo Reis Lastra Cid. Editora FI: Porto Alegre, Rs. 2022.

prioridades o combate à violência, à desordem, o incentivo a disciplina e vida planejada, entre outros.

Com isto, o Estado neoliberal adquire uma forma de Estado-Centauro, com duas faces, supostamente irreconciliáveis, mas que dão forma e corpo para sua composição. Enquanto, para ricos e posições privilegiadas, no topo do corpo neoliberal, tal Estado é livre e edificador, cumprindo todas as promessas de criar opções de vida, apresentando uma economia livre cujos detentores de capital econômico e cultural²⁵ podem escolher fazer o que quiserem, agirem como bem entenderem dentro de suas escolhas, a parte de baixo do centauro é justamente o oposto. Para a parte inferior do corpo, a liberdade que o Estado neoliberal promete é substituída por um Estado de vigilância e controle contínuo. O Estado passa a gerir uma crise do trabalho, da violência pública e da inquietação dos confrontos étnicos e de classes com braço de ferro, utilizando da violência e de restrições para controlar todos os aspectos da vida destes sujeitos²⁶. Para a parte superior, o Estado neoliberal apresenta-se como de fato *laissez faire*, enquanto para as classes inferiores da linha econômica, o Estado se comporta como um *pai intruso*, cuja função é apenas ser violento e controlador, disfarçado em um personagem que acolhe, protege e auxilia seus filhos. (WACQUANT, 2012. p. 512)

A terceira e última tese de reorientação, se volta para a presença, já mencionada, do crescimento penal e restritivo do Estado. Com o domínio de mercado. O Estado neoliberal passou a re-legitimar a autoridade de elites governantes, uma vez que passa a aceitar a lei e ordem com o pré-requisito de que estejam reunidas e aliadas à uma prosperidade econômica e de aumento de capital. Com isto, cria-se

²⁵ É importante salientar o peso da cultura e sua posse de detenção para os autores em questão, uma vez que é através dela que ideais são despejados com mais ou menos aceitação dentro de uma sociedade. Por exemplo, demonstrações de afeto pública são proibidas, independentemente do sexo, em alguns países. Parte disso se dá ao papel que elites possuem em fomentar tais tradições, vestidas como essenciais de uma identidade de certas nações. Há, todavia, certas características identitárias de algumas nações que não são atreladas às elites, como por exemplo, o carnaval no Brasil.

²⁶ Defendo aqui não só o controle disciplinar da vida dos sujeitos através do poder manifesto como disciplinador. Adoto a teoria de Lipovetsky (2015) como chave de interpretação geral das sociedades contemporâneas para argumentar que, não somente através da disciplina os mecanismos neoliberais fazem com que os sujeitos “dancem conforme a música”, mas também através de uma economia individualista que através da estética, aliena as classes à necessidade da invenção, do novo, da compra e faz do produto, mesmo para as classes que são *vítimas* da disciplina, objeto de desejo. O poder de sedução impera, tanto quanto o poder disciplinador, papel fundamental na manutenção de sistemas neoliberais, uma vez que a economia de mercado necessita, não somente focar na compra de altos investidores, mas também no potencial de compra, reduzido, mas ainda assim existente, das massas em geral.

mais uma vez o cenário de valorização e exaltação desta violência utilizada pelo Estado. Uma vez que a lei se volta ao controle daqueles que não estão economicamente direcionados no topo, a violência passa a ser signo de cumprimento de lei. Tal cumprimento é o significante de eficiência, de ordenação, tratado pelas elites como uma vantagem e acerto do Estado neoliberal.

Agora, quando reunidas as características do Estado neoliberal, juntamente com suas práticas gerais e as reorientações de Wacquant, obtemos um Estado cuja ordem é mantida pelo aparato legal do Estado, que não considera cidadãos de classe baixa como parte essencial deste mesmo Estado. O controle por meio destes aparatos legais do Estado com objetivos de mercado é que torna o Estado neoliberal único e característico. No liberalismo clássico, a proposta de não intervenção no controle das identidades e preferências de cada sujeito era uma das teses centrais da doutrina. Já no neoliberalismo, por exemplo, ao utilizar o Estado como um aparato para moldar ideologias e comportamentos, o Estado neoliberal faz uso, por exemplo, da perseguição e violência policial para reprimir certos grupos, como os moradores de favelas ou jovens negros que pela forma como se vestem, são tidos como signos da violência e da ilegalidade. Ao usar um mecanismo estatal como a esfera da segurança pública para perseguir um estereótipo e controlá-lo, o estado neoliberal infringe a liberdade destes indivíduos, através do fortalecimento do mecanismo de Estado, algo não visto em nenhuma outra manifestação do liberalismo clássico.

A reengenharia proposta pelo neoliberalismo, levou-o a adotar uma posição em que supostamente teria sido invocado a combater: a força e poder dado a um Estado que intervém socialmente na liberdade e nas vidas dos sujeitos. Desta forma, a liberdade proposta pelo Estado neoliberal, é, na visão de Wacquant (2012), não somente econômica, mas que está definida e condicionada pelo critério econômico, uma vez que as outras esferas sociais que não estejam no topo, estão em um constante jogo de disputa e ligados à problemas sociais dos quais não fazem parte da agenda neoliberal a sua solução.

2.4 IDEOLOGIA E NEOLIBERALISMO

Visto que a caracterização de um neoliberalismo como o controle do Estado sobre a cidadania através de objetivos de mercado fornece, ao menos por ora, uma

chave de compreensão, resta ainda realizar uma caracterização de ideologia, uma vez que, como citado no início deste tópico, uma meritocracia é marcadamente uma ideologia de estados neoliberais.

Visando tecer uma crítica à ideologia, Rahel Jaeggi escreveu um artigo que se tornou famoso, nomeado no inglês como *Rethinking Ideology* (2009), no qual dedica algumas páginas a refazer alguns passos necessários à uma noção descrita pelo autor como perdida a alguns anos. Jaeggi, aponta uma perda da tradição filosófica na tentativa de realizar críticas a uma concepção que em geral é mais pragmática do que teórica, a saber as ideologias.

Criado e difundido em sua maior parte certamente por Marx²⁷, o conceito de ideologia esteve presente por uma grande parte do século XX, principalmente com a escola de Frankfurt, em especial nas obras de Theodor Adorno²⁸. Todavia, por mais que o conceito de ideologia tenha sido utilizado pela tradição marxista para se voltar às ideias burguesas, aqui, será tomado como conceito amplo que pode ser aplicado a qualquer forma de posicionamento, desde que cumpra com os requisitos apresentados por Jaeggi.

Em seu artigo, Jaeggi define ideologia como um *sistema de crenças com consequências pragmáticas, efeitos de uma determinada prática social, dotado de uma série de ideias ordenadas fundadoras de um pensamento alinhado* (JAEGGI, 2009). Desta forma, ideologia não pode ser identificada como uma série amorfa de ideias políticas, uma vez que seu fenômeno manifesto não possui linha identificatória ou unitária. É justamente o fato de possuir uma unidade, criticada por muitos autores principalmente da biopolítica contemporânea, que faz com que uma ideologia possa ser identificada como tal. O fato de que, para Jaeggi, ideologias estarem em geral falando falsidades e criando visões errôneas sobre estados de coisas, não contempla uma necessidade para sua definição. Nas palavras do autor

Mas o que são ideologias? Essa pergunta também parece de início fácil de responder: as ideologias são ideias, mas não são apenas algumas ideias desconexas, que se pode ter ou não; ao contrário, são ideias que (necessariamente ou pelo menos sistematicamente) existem e evoluem sob condições particulares. As ideologias são sistemas de crenças, mas têm

²⁷ A obra de Marx mais direcionada ao tema e que aqui fazemos menção é a *Ideologia Alemã* (2007), na qual o autor discorre acerca de como a ideologia burguesa alemã é um instrumento para esconder da classe proletária, as verdadeiras faces da realidade, fornecendo um outro estado de coisas que não aquilo que de fato as coisas são.

²⁸ Em especial, na *Dialética negativa* (1966).

efeitos de certas práticas sociais. Além disso, parece que as ideologias têm um status estranho: a afirmação de que algo é uma "ideologia" significa mais do que apenas uma afirmação de que tal é errado ou um erro; mas, por outro lado, pertencer a uma ideologia não está apenas sujeito a um Estado de coisas errado, mas também está "nas garras" de uma interpretação falsa desse Estado de coisas²⁹. (JAEGGI, 2009. p. 64)

Desta maneira, mais do que apenas estados de ideias, a ideologia, ordenada de uma forma a socialmente ser praticada por um ou mais grupos de indivíduos, constitui os limites de interpretação de mundo destes sujeitos. Ela traça uma linha de entendimento e fornece certas ferramentas que direcionam a compreensão de mundo, de si mesmo e determinam, pelo conjunto de ideias as relações sociais entre o eu e o outro, bem como as formas de ação que devem ser tomadas dentro desta relação com o mundo (JAEGGI, 2009, p. 64).

Dois exemplos são considerados clássicos para a compreensão e elucidação do que é uma ideologia em âmbito social. O primeiro, trazido por Marx (2007) em suas obras, é a ideologia burguesa, implementada não somente na classe burguesa, mas como um todo na sociedade industrial europeia. Tal conjunto de ideias, trazia consigo não somente valores de trabalho, subordinação e ordenação social, mas também condutas de ação que faziam com que a mobilidade social se mantivesse, classes fossem oprimidas e exploradas ao mesmo tempo em que, um conjunto de teses justificava tal opressão. Outro exemplo é a ideologia Nazista, focada não somente no controle direto da economia, mas também no controle estrito da esfera da vida, representada por uma série de ideias antissemitas, ultranacionalistas, tendência à crença de um naturalismo histórico, entre outras que, ao serem ordenadas por um conjunto de práticas sociais, deu origem ao regime Nazista e sua maquinária de estratégias.

De grosso modo, ideologia é, neste sentido, um conjunto de ideias ordenadas que alteram e controlam a visão do mundo e de vários estados de coisas, fazendo

²⁹ Tradução nossa. No original: " *but what are ideologies? This question, too, initially seems easy to answer: ideologies are ideas, but they are not just some disconnected ideas, one might have or not have; rather they are ideas that (necessarily or at any rate systematically) exist and evolve under particular conditions. Ideologies are systems of beliefs, but they have effects of certain social practice. Moreover, it seems that ideologies have an odd status: the claim that something is an "ideology" means more than just an assertion that it is wrong or a mistake; but on the other hand, being of an ideology is not just subject to a wrong state of affairs but is also "in the grip" of a false interpretation of this state of affairs.*"

com que através do exercício de práticas sociais, as relações dos sujeitos com o mundo que os cerca seja pré-estabelecida e definida.

Portanto, são estas duas definições amplas, de ideologia e neoliberalismo que serão tomadas doravante. Vindas de dois intérpretes não convencionais ou hegemônicos, tais conceitos são tidos como amplos e conseguem dar conta de descrever uma série de características que fazem parte da forma de existir de uma possível sociedade meritocrata.

Assim, a compreensão de neoliberalismo unida a visão direta de ideologia, podem constituir plano de fundo inicial e fundamental para a principal questão aqui abordada: a Meritocracia. O próximo capítulo, se dedicará exclusivamente em realizar uma apresentação da visão e crítica rawlsiana acerca da Meritocracia e o que se pode extrair desta.

3. A CRÍTICA DE RAWLS À ARBITRARIEDADE MORAL: A NEGAÇÃO DO MÉRITO COMO CRITÉRIO DE JUSTIÇA.

Lançado em 2021, durante o período de pandemia, o seriado produzido pela Netflix, *Roud 6 (Squid Game)*, estourou em visualizações no serviço de *streaming* e nas redes sociais. A série narra a vida de um protagonista sul coreano, Seong Gi-Hun, demitido após o fechamento de uma fábrica de peças automotivas. Após a demissão, Gi-Hun não consegue se reenquadrar no mercado, entrando em depressão e no alcoolismo, se distanciando de sua filha e mãe. Outra *consequência* da sociedade desigual sul coreana na vida de Gi-Hun é sua busca incessante pela restauração financeira, se envolvendo em apostas que visam o crescimento rápido e “justo”. Isto leva o protagonista a entrar em dívidas com agiotas e bancos, que lhe custarão à vida. Neste cenário, um grupo de bilionários resolve promover um *jogo* com 400 pessoas na mesma situação de Gi-Hun. O vencedor, receberá um grande prêmio milionário que “mudará” a vida dos competidores. O jogo é composto de 6 provas que remetem a brincadeiras infantis coreanas. Todavia, quem é eliminado das provas é morto. A série passa a acompanhar os jogos e os personagens que junto ao protagonista, buscam sobreviver e encontrar um meio de sair de uma vida miserável.

Mesmo ficcional, a série se remete a um problema gigantesco e bem real: a desigualdade mortal vivida pela Coréia do Sul – e em vários outros países - devido ao seu sistema capitalista de mercado. A miséria e os impactos do *fracasso* na vida dos

personagens são retratados com excelência. Aclamada pelo público, todavia o discurso meritocrata é presente na série, uma vez que supostamente os jogos também são “justos” e o vencedor, não somente merece o prêmio, mas merece também sobreviver. Isto também revela um certo paradoxo: enquanto público em geral, identificamos que é errado tudo o que é promovido pelos bilionários na série, passamos a odiar a forma como os personagens são tratados de formas desumanas pela condição em que estão. Todavia, quando nos deparamos com mundo real, algumas pessoas defendem uma concepção de ampla concorrência e a suposta chance de enriquecer e viver o melhor dos mundos possível presente em estados caracterizados de forma *neoliberal*, a qualquer custo, e muitas vezes, ao custo de qualquer vida alheia. Diante disso, na ficção, o abandono social aos supostamente fracassados é desumano, mas fora das telas cinematográficas, é apenas *merecido*.

Na arte ou na vida, os exemplos da presença e influência do discurso meritocrata estão presentes. Uma das tarefas primordiais do Filósofo, é sem dúvidas identificar no que aparenta ser óbvio – a saber que cada sujeito supostamente deve ter acesso ao que merece – o problema que se revela na conceitualização. Muito antes de *Roud 6* ou dos discursos de políticos presentes em sociedades como a norte-americana, John Rawls escreveu a obra *Uma Teoria da Justiça* (1970), que marca o pensamento político e renovou um debate sobre política normativa, esfriado pelo clima das guerras. Rawls, propõe uma teoria política que se concentre na escolha adequada de princípios de justiça para nortear as instituições de uma sociedade democrática. Surgem daí os famosos dois princípios de justiça, dos quais nos dedicaremos mais tarde.

No caminho de sua teoria, Rawls dedica-se a demonstrar por que o mérito – em suma o conceito primário de uma meritocracia – não poderia ser escolhido como um de seus princípios de justiça. Neste capítulo, pretende-se demonstrar a outra parte da crítica de Rawls, defendendo que a não legitimidade moral do mérito e a não possibilidade da mitigação das contingências sociais em sua totalidade, são partes importantes da teoria Rawlsiana. Isto leva a conclusão implícita de que a meritocracia, sistema ideológico que prega o mérito como critério social, é inviável para um sistema político que tenha compromisso com princípios de justiça.

Este capítulo é dividido em três seções. A primeira, é dedicada a apresentar algumas considerações sobre mérito e meritocracia, bem como sobre como Rawls se

volta à arbitrariedade moral como o aspecto fundamental das desigualdades sociais. A segunda seção é focada no argumento de Rawls sobre os talentos e posições sociais imerecidos através da loteria da vida. Já a terceira e última, se volta para as interpretações do princípio da diferença, no qual Rawls procura separar como o princípio poderia ser entendido e quais problemas cada interpretação traria e resolveria, estabelecendo o último, a *igualdade democrática*, como aquele legitimamente justo.

Uma das mais famosas críticas à noção de Meritocracia, pelo menos dentro do pensamento liberal, é formulada por John Rawls em sua obra *Uma Teoria da Justiça*. A Crítica de Rawls possui dois aspectos dos quais nos debruçaremos a discorrer sobre. O primeiro, diz respeito à sua “autodefesa” realizada no sentido de defender que a Teoria da Justiça³⁰ não seria meritocrata. O segundo aspecto é revelado na incompatibilidade entre as interpretações da justiça distributiva e os princípios Rawlsianos.

Todavia, antes de adentrarmos na argumentação Rawlsiana, faz-se necessário, um pequeno esforço por definir mais claramente ao que se refere a noção de mérito e de meritocracia, tendo em vista que, apesar de uma ligação intrínseca entre ambos, o primeiro ainda possui certa consideração política, ao menos argumentativa, para Rawls.

3.1 MÉRITO E MERITOCRACIA: UMA RELAÇÃO NÃO NECESSÁRIA

De um modo geral, como já citado mais acima, o conceito de mérito foi trabalhado com certa menção por alguma parte da tradição filosófica. Desde Aristóteles à Marx, o conceito foi citado e submetido à algumas visões. Porém é apenas em meados dos anos 70 do século XX em diante que uma investigação sobre a natureza do conceito foi realizada. Provavelmente, Joel Feinberg (1970) é pioneiro e talvez o maior nome a investigar o que fundamenta o ato de merecer. Segundo Feinberg (1970, p. 58), o mérito deve ser encarado como um critério de julgamento que se aplica a ações e habilidades que cada sujeito ou “coisa” no mundo possui. Este

³⁰ Doravante “TJ”.

juízo avalia as atividades realizadas pelos indivíduos, bem como seus talentos, valorando e fornecendo o que chamou de um tratamento de mérito. Dentre estes tratamentos estão recompensas, punições, elogios, entre outros (1970, p. 64). Após Feinberg, outros autores se dedicaram a discutir a natureza do mérito, sendo chamados de teóricos do mérito. Entre estes os principais herdeiros de Feinberg são David Miller (1998) e John Kleinig (1971)

É baseado em um esquema único que Feinberg concebeu que grande parte das discussões sobre o tema acabam recaindo. Este esquema se manifesta numa divisão entre (i) o Merecedor; (ii) a base do mérito e; (iii) o Merecido. Feinberg divide em duas etapas primárias suas considerações acerca do conceito de *mérito* em seu ensaio, no capítulo 5, intitulado *Justice and personal desert* incluído na obra já citada. A relação de mérito envolve um indivíduo que realiza algo, como descobrir uma vacina para alguma doença e realizar uma prova; ou possui algumas características, por exemplo, a de ser um bom piloto de corrida, um exímio estrategista; e algum tratamento recebido pelo sujeito baseado em suas ações ou características. Quando nos voltamos a enunciados como: “Einstein mereceu o prêmio Nobel em Física teórica”; “As enfermeiras merecem um salário mais digno”; “Rafael merece um tratamento melhor por parte de Marta”, todos eles possuem o mesmo esquema relacional: Existe um indivíduo – Einstein, as enfermeiras, Rafael – que possui uma base de mérito ou uma atividade/característica em virtude da qual são merecedores – As contribuições de Einstein, o trabalho prestado pelas enfermeiras, a relação e ação de Rafael – e por último, aquilo que é merecido ou reivindicado – O prêmio Nobel, um salário melhor, melhor tratamento.

Esta relação entre o merecido, a *base do mérito* e o merecedor pode ser expressa na argumentação de Feinberg

Bases do mérito. Se uma pessoa é merecedora de algum tipo de tratamento, ela deve necessariamente ser assim em virtude de alguma atividade ou característica previamente possuída. Isso por que ninguém pode merecer algo a menos que haja alguma base ou ocasião ostensiva para o mérito que os julgamentos de mérito carreguem consigo um compromisso com a apresentação de razões para tal. Não se pode dizer, por exemplo, que Jones merece gratidão, apesar de não ter feito “nada em particular”. Se uma pessoa

diz que Jones merece gratidão, deve estar preparado para responder à pergunta “por quê?”³¹ (Feinberg, 1970, Pág. 58, tradução nossa)

Em resumo³², mérito é sempre uma propriedade relacional, presente em situações nas quais descrevemos uma ação ou característica pela qual um sujeito reivindica certos tipos de tratamentos. O que ocorre da passagem da descrição da relação linguística sobre o que é uma relação de mérito para a transformação de tal fato ou afirmação em um critério principal de justiça ou base de uma ideologia é uma das preocupações centrais deste trabalho.

Contudo, com o impacto da teoria de Rawls (2008), os teóricos da justiça, desde os libertarianistas aos liberais, passaram a discutir a forma como o arranjo das instituições sociais deve distribuir os cargos e encargos sociais. O grupo de teóricos do mérito também procuraram conceber tal tarefa, argumentando a favor de uma distribuição com base nas realizações – supostamente méritos – dos sujeitos, como o aspecto mais fundamental da justiça. Tal tarefa, acaba por apresentar um debate entre os grupos de teóricos, principalmente entre Rawls e seus seguidores e aqueles que defendem o mérito como critério de justiça, como Rosemberg (1987) e o próprio Feinberg. Tal discussão, a nível teórico, vem se alastrando por alguns anos, recebendo várias contribuições que tendem à, conceitualmente definir o papel da justiça e como ela deve se portar quanto à distribuição em questão.

Todavia, na mesma medida em que o debate teórico se amplia, o conceito de mérito é utilizado na sociedade em geral. Fazendo parte de uma ideologia neoliberal, o mérito passou a ganhar significado fora das academias, se tornando uma ferramenta de legitimação social de posições arbitrárias³³ e de não interferência da sociedade em geral para a correção de desigualdades sociais. Desigualdades estas que são por

³¹ No original “*Desert bases. If a person is deserving of some sort of treatment, he must, necessarily, be so in virtue of some possessed characteristic or prior activity. It is because no one can deserve anything unless there is some basis or ostensible occasion for the desert that judgements of desert carry with them a commitment to the giving of reasons. One cannot say, for example, that Jones Deserves gratitude although he has done ‘nothing in particular’. If a person say that Jones deserves gratitude, then he must be prepared to answer the question ‘For What?’.*”

³² Não pretendo, neste trabalho, adentrar mais a fundo nas discussões envolvendo mérito e propriedades relacionais. Também não é o foco do trabalho discutir qual a natureza do ato de merecer, apenas dar algumas breves considerações necessárias ao trabalho. Para discussões sobre a natureza do mérito e suas implicações ver FEINBERG, 1970; MILLER, 1998; KLEINIG, 1971; ROSEMBERG, 1987; SHER, 1987.

³³ Borba aponta para uma possível existência do mérito como ferramenta criada para legitimação burguesa de uma suposta inteligência e dotes, que justificaria suas posições sociais, uma vez que o critério de nascimento e direito advindo deste foi duramente contestado e deixado de lado durante as revoluções proletárias. Para mais ver BORBA, 2017.

muitas vezes justificadas por tal ideologia. Esta, reconhecidamente marcada como Meritocracia, exprime a ideia de que a sociedade deveria se organizar e se orientar segundo o merecimento de cada indivíduo. Neste caso, o mérito não é apenas um critério de justiça a mais ou perpendicular aos demais. É ele o maestro de uma orquestra prestes a ruir. É uma ferramenta de sociedades voltadas para o mercado, cuja função é dotar cada vez mais seus indivíduos de um falso espírito competitivo.

Michael Sandel (2021) caracteriza meritocracia em termos de “vencedores e perdedores”. O sistema utiliza-se de uma série de sentimentos morais, como o fracasso, a angústia, a satisfação pessoal e o egoísmo para criar uma forma ideológica que discrimina, divide e que retira a possibilidade da existência de um bem comum entre os sujeitos, elegendo de um lado uma esfera de vencedores do jogo, arrogantes e presunçosos, e de outro, os perdedores, humilhados e deixados ao acaso (SANDEL, 2021, p. 37). Em um mundo onde adquirir cargos, bens materiais e manter o *status quo* social é a regra, a meritocracia vinda das elites, contamina o público em geral, deixando todas as contingências sociais de lado, em prol de uma ética de consumo e de justificação das desigualdades.

Por ora, a definição de meritocracia como uma ideologia de sistemas neoliberais, cujo objetivo é promover uma ordem social baseada nas capacidades dos sujeitos, tanto em termos de ação, quanto em talentos e habilidades, de modo a ser o principal norte de tomada de decisão político público, será tomada como aquela que mais se adequa à proposta.

3.2 A TEORIA RAWLSIANA E A MERITOCRACIA: A LOTERIA NATURAL

O primeiro aspecto da crítica de Rawls à meritocracia diz respeito a como a TJ foi ordenada de modo a buscar retirar do espaço de escolha de princípios de justiça a *arbitrariedade moral*. Tal conceito, tem relação intrínseca com o princípio da diferença, tema da próxima seção e a noção de *loteria natural* que revela e dá importância para as contingências sociais vividas pelos sujeitos em uma sociedade.

Rawls afirma um caráter arbitrário que diz respeito à posição social na qual cada indivíduo nasce. Por exemplo, o fato de Mariana nascer mulher, no século XXI, em uma sociedade que é ainda machista e patriarcal, dominada pela desigualdade de renda que coloca a em uma posição de pobreza e a leva a viver em favelas do Rio de

Janeiro, não possui nenhum aspecto de merecedor, justo ou ainda correto ou errôneo. Gênero, raça, classe e época são arbitrariedades das quais não possuímos responsabilidade ou controle no momento em que nascemos. A posição que nascemos é dada totalmente ao acaso, não tendo nenhuma intencionalidade, do ponto de vista do sujeito. Rawls ainda reitera que

A distribuição natural não é justa ou injusta; nem é injusto que pessoas nasçam em alguma posição particular na sociedade. Esses são simplesmente fatos naturais. O que é justo ou injusto é o modo como as instituições lidam com este fato. (RAWLS, 2008. p.109)

Do fato de que, onde nasceremos será arbitrário, ao acaso e para Rawls, natural, uma vez que todos os que irão nascer, nascerão sem qualquer predição exata, a TJ busca exigir das instituições básicas³⁴ que tais contingências sejam levadas em conta e na medida do possível, mitigadas. Estes fatos arbitrários fomentam as desigualdades sociais e é tarefa das instituições combatê-las. Na próxima seção também trabalharemos um pouco mais sobre a neutralização das desigualdades existentes.

Rawls (2008) afirma que da arbitrariedade natural da loteria da vida, não se pode reivindicar com justiça *nenhuma* posição social. Isto se estende ao argumento do mérito utilizado pela tradição da meritocracia, que relacionaria a posição social adquirida pelo indivíduo com seus dotes e talentos. Por óbvio que as pessoas se esforçam e se empenham em realizar ações e conquistar seus objetivos na esfera social. Todavia, para Rawls (2008), o impacto das contingências sociais na possibilidade de esforço é delimitado em grande parte pelo seu nascimento. Um sujeito que, ao nascer em uma família de empresários, recebe parte de uma grande fornecedora de peças automotivas de seu pai e devido a sua administração da empresa recebida, reivindica uma superioridade de mérito, bem como uma distribuição de bens primários³⁵ e sociais maior está fadado a recorrer ao que Rawls chama de desigualdades não merecidas. Ou seja, a fatos, que apesar de serem sobre

³⁴ Rawls (2008) compreende que as instituições básicas, a saber, aquelas que comportam a estrutura social da sociedade e de sua constituição, são aquelas como o Estado, universidades, mercado, entre outros.

³⁵ Por bens primários, Rawls entende como uma série de condições mínimas as quais todos os sujeitos de uma sociedade devem ter acesso, ou seja, suas necessidades. Dentre elas estão o acesso à educação, à participação política, o direito à vida, acesso à saneamento básico, etc. (RAWLS, 2000. P. 210)

sua vida, não realizou nada para conquistar ou de fato poder reivindicar mérito. Rawls defende que

Dessa forma, não é correto que indivíduos com maiores dotes naturais, e com o caráter superior que tornou possível o seu desenvolvimento, tenham o direito a um esquema cooperativo que lhes possibilite ainda mais benefícios de maneiras que não contribuem para as vantagens dos outros. Não merecemos nosso lugar na distribuição de dotes inatos, assim como não merecemos nosso lugar inicial de partida na sociedade. Também é problemática a questão de saber se merecemos o caráter superior que nos possibilita fazer o esforço de cultivar nossas habilidades; pois esse caráter depende em grande parte das circunstâncias familiares e sociais felizes no início da vida, às quais não podemos alegar que temos direito. (RAWLS, 2008. p. 111)

Ao separar os mais favorecidos dos menos favorecidos, Rawls parte para um diagnóstico de que a justiça, não apenas considerada pelo princípio de igualdade, necessita de uma esfera que corrija as injustiças sofridas pelos menos favorecidos através dos arranjos mais justos para as instituições.

Rawls não nega, contudo, que as pessoas são por excelência *diferentes*. O argumento sobre a loteria da vida é estendido para as habilidades e talentos, cuja maior parte da aquisição, advém de fatores não controlados e não merecidos pelos sujeitos. Por exemplo, desde a habilidade natural e o incentivo dos pais para o desenvolvimento de softwares (VITA, 2007. P. 237) à condição familiar para ter acesso às artes clássicas e o ensino de piano, são condições das quais os sujeitos não possuem mérito algum. Eles *possuem* tais habilidades e isso lhes pertence. Mas a sociedade não deve premiá-los ainda mais apenas por possuírem um talento que é valorizado em determinado contexto. O autor ainda complementa

Com certeza, os mais afortunados têm um direito aos seus dotes naturais, como qualquer outra pessoa; esse direito é coberto pelo primeiro princípio da liberdade básica, que protege a integridade da pessoa. E assim os mais favorecidos tem direito a qualquer coisa que possam obter de acordo com as regras de um sistema equitativo de cooperação social. Nosso problema é saber como esse esquema, a estrutura básica da sociedade, deve ser concebido. (RAWLS, 2008. p. 111)

A solução de Rawls para o acima citado, é apresentar uma concepção de segundo princípio, o princípio da diferença, que daria conta de fornecer à estrutura básica os termos equitativos, alocando as habilidades imerecidas, as contingências e as posições sociais arbitrárias de modo a favorecer os menos favorecidos (VITA, 2007. P. 237). Isto envolve um reconhecimento dos mais favorecidos de que, devem,

seguindo um esquema de cooperação social, estar dispostos a contribuir com os desafortunados. Nesse ponto, Rawls é cirúrgico ao defender que

Assim, os mais favorecidos, quando consideram questão a partir de uma perspectiva geral, reconhecem que o bem-estar de cada um depende de um esquema de cooperação social sem o qual ninguém teria uma vida satisfatória, reconhecem também que só podem esperar uma cooperação voluntária de todos se os termos do esquema forem razoáveis.

Então, consideram-se já compensados, como efetivamente estão, pelas vantagens às quais ninguém (inclusive eles próprios) tinha um direito prévio. Abandonam a ideia de maximizar uma média ponderada e consideram o princípio da diferença como uma base equitativa de regulação da estrutura básica. (RAWLS, 2008. p. 110).

Reconhecidos como já favorecidos pelas contingências, seja pela sua posição de nascimento, seja por seus talentos e habilidades naturais, os mais favorecidos reconheceriam como razoável e necessário os dois princípios de justiça. Estes, por sua vez são formulados como

Primeiro: cada pessoa deve ter um direito igual ao mais abrangente sistema de liberdades básicas iguais que seja compatível com um sistema semelhante de liberdades para as outras.

Segundo: as desigualdades sociais e econômicas devem ser ordenadas de tal modo que sejam ao mesmo tempo (a) consideradas como vantajosas para todos dentro dos limites do razoável, e (b) vinculadas a posições e cargos acessíveis a todos. (RAWLS, 2008. P. 64)

É este o primeiro aspecto apresentado por Rawls contra a utilização do mérito como critério de justiça: a base do mérito é em geral, relacionada a desigualdades não merecidas, bem como fundamentadas em fatos dos quais não possuímos merecimento, controle ou intencionalidade. Se a estrutura básica apoiasse a utilização do mérito dos sujeitos como organizador e distribuidor de bens sociais, estaria então sendo fundamentada sob uma arbitrariedade moral.

Todavia, o princípio da diferença possui algumas interpretações possíveis, que levam o autor a argumentar acerca de uma em específico: a igualdade democrática. Tal interpretação, além de propiciar um ordenamento mais razoável para a estrutura básica, pode melhorar a argumentação contra o mérito. A próxima seção será dedicada às três interpretações do princípio da diferença e como estas podem influenciar na não aceitação do mérito moral como critério de justiça razoável.

3.3 AS TRÊS INTERPRETAÇÕES DO PRINCÍPIO DA DIFERENÇA E O MÉRITO:

Rawls menciona no §12 da TJ, intitulado “Interpretações do *segundo princípio*”, a existência de três possíveis interpretações do princípio da diferença no que se refere à distribuição de bens, sendo elas: (a) a liberdade natural; (b) a igualdade de oportunidades liberal e; (c) a igualdade democrática. Cada uma destas interpretações diz respeito ao modo como os bens devem ser distribuídos e o objetivo de Rawls é combiná-los da melhor forma possível (VITA, 2007. P. 238).

A liberdade natural é a interpretação segundo a qual o melhor esquema de estrutura básica é aquele que combina uma igualdade mais formal de oportunidades e uma economia de braço forte (VITA, 2007. P. 238). A garantia legal de ter acesso à todas as posições sociais mais privilegiadas, deve ser dada pelas instituições, sendo esta, a única função das mesmas. Como um sistema que defende uma economia de mercado, a própria instituição do mercado se faz necessária também. Tal interpretação, visa garantir as liberdades à propriedade privada e a liberdade individual, tratadas como um direito natural por alguns autores como Robert Nozick (2009, p. 191). Rawls define a interpretação pela liberdade natural como

No sistema de liberdade natural, a distribuição inicial é regulada pela organização implícita na concepção de carreiras abertas a talentos (como se definiu anteriormente). Essa organização pressupõe uma base de liberdade igual (especificada pelo primeiro princípio) e uma economia de mercado livre. Ela exige uma igualdade formal de oportunidades, no sentido de que todos tenham pelo menos os mesmos direitos legais de acesso a todas as posições sociais privilegiadas. (RAWLS, 2008. p. 76)

Rawls desconsidera que tal interpretação consiga dar conta dos aspectos políticos e públicos da justiça e o motivo, é similar ao que discutimos acima: a interpretação da liberdade natural da permissibilidade para a arbitrariedade moral, permitindo que a distribuição de renda e de bens seja influenciada e em certo sentido, determinada por uma distribuição inicial de recursos, dada por fatores contingentes e naturais, longe do alcance de qualquer sujeito (VITA, 2007. P. 239). O próprio Rawls afirma que

Mas como não há esforço algum para preservar uma igualdade, ou similaridade, de condições sociais, a não ser na medida em que isso seja necessário para preservar as instituições básicas indispensáveis, a distribuição inicial de ativos para cada período de tempo é fortemente

influenciada pelas contingências naturais e sociais. A distribuição existente de renda e riqueza, por exemplo, é o efeito cumulativo de distribuições anteriores de ativos naturais – ou seja, talentos e habilidades naturais – conforme eles foram desenvolvidos ou não, e a sua utilização foi favorecida ou desfavorecida ao longo do tempo por circunstâncias sociais e eventualidades fortuitas como pela eventualidade de acidentes ou da boa sorte. (RAWLS, 2008. p. 76)

Ou seja, o sistema de liberdade natural é compatível com a forma como a meritocracia enquanto ideologia se manifesta e busca tomar conta do senso comum. Pelos mesmos motivos aos quais o mérito é rejeitado, a interpretação da liberdade natural também é. Ela se preocupa em manter a distribuição inicial, mantendo a igualdade no critério de liberdade e na garantia legal de acesso aos cargos. Mas a influência e determinação que as contingências sociais impõem são justificadas através de um tratamento de não interferência, uma vez que intervir é em última instância ir contra a liberdade que cada pessoa possui. Para a justiça como equidade, tal forma é inaceitável, uma vez que a arbitrariedade moral é aqui a principal face tanto do mérito enquanto ideologia, quanto do sistema de liberdade natural.

Rawls é levado a investigar a segunda interpretação acerca do princípio da diferença, a igualdade de oportunidades liberal. Esta, por sua vez amplia a visão trazida pelas liberdades naturais ao afirmar que não é preciso buscar somente uma garantia legal de oportunidades, mas assegurar um ponto de partida igual para aqueles que têm talentos e habilidades iguais e buscam fazer uso destas (VITA, 2007. P. 240). Vita chama o sistema de igualdade de oportunidades de uma *meritocracia equitativa* (VITA, 2007. P. 239), uma vez que tal interpretação busca mitigar e neutralizar as contingências sociais que limitam e condicionam os sujeitos ao que podem escolher desenvolver e cultivar. Enquanto a liberdade natural incentivava a seguridade de vantagens herdadas, como uma empresa, da qual o indivíduo que a possui tem total direito de lançar mão para obter ainda mais vantagens, a igualdade de oportunidades busca reduzir o impacto de tais vantagens herdadas.

Vita (2007) lança mão do argumento de que a realização da igualdade de oportunidades equitativas é praticamente impossível, o que não significa que aproximações não possam ser realizadas. Todavia, neutralizar as contingências sociais é uma tarefa maior do que aparenta ser, uma vez que não diz respeito somente à aplicação de regras e da aceitação das mesmas como aspectos da justiça.

Utilizando do exemplo dos desníveis educacionais advindos das desvantagens que certas pessoas possuem, Vita argumenta que

Uma “meritocracia equitativa” exigiria a neutralização de todos os fatores ambientais que condicionam as oportunidades que cada um tem de adquirir as qualificações mais valorizadas (...) Consideremos, por exemplo, a garantia de oportunidades educacionais iguais. Não seria impossível – por mais extraordinário que isso possa parecer para nós, brasileiros, na situação vigente – reduzir sensivelmente os desníveis na qualidade da escolarização oferecida pelas escolas de nível fundamental e médio. Isso, entretanto, não seria suficiente para nivelar as oportunidades educacionais. O problema não se resume à influência da condição social e cultural da família no desempenho escolar das crianças. (VITA, 2007. p. 243)

A impossibilidade não reside somente no fato de que as condições familiares são distintas, mas também no aprendizado que as crianças têm com seus semelhantes. De fato, as crianças aprendem segundo seu ambiente e visualizando também seus colegas. É como um processo de expansão, no qual as crianças multiplicam as influências que recebem dos pais e professores quando, possuem colegas de classe que replicam tais influências. Para combater isto, seria preciso sair sorteando crianças pelas escolas das cidades, afirma Vita (VITA, 2007. P. 244.), o que seria implausível. A própria instituição da família também seria um problema a execução da liberdade de oportunidades, uma vez que a prioridade e predileção familiar para fornecer benefícios para seus filhos não pode ser neutralizada. Dito de outra forma, os sujeitos agem socialmente conforme seus interesses pessoais, desde a autossatisfação, o benefício próprio ou ainda de seus familiares. Neutralizar as contingências é o mesmo que exigir que os cidadãos agissem com base no bem comum e na cooperação em virtude de razões próprias. Esta parece ser uma missão muito difícil, da qual o próprio Rawls cita

Além do mais, o princípio de oportunidades equitativas, só pode ser realizado de maneira imperfeita, pelo menos enquanto existir algum tipo de estrutura familiar. A extensão do desenvolvimento e da função das capacidades naturais é afetada por todos os tipos de condições sociais e atitudes de classe. Mesmo a disposição de fazer um esforço, de tentar, e de ser assim merecedor, no sentido comum do termo, em si mesma depende de circunstâncias sociais e familiares felizes. Na prática, é impossível assegurar oportunidades iguais de realização e de cultura para os que receberam dotes semelhantes, e, portanto, talvez se prefira adotar um princípio que reconheça esse fato e também mitigue os efeitos arbitrários da própria loteria natural. O fato de a concepção liberal fracassar nesse ponto nos encoraja a buscar uma outra interpretação para os dois princípios da justiça. (RAWLS, 2008. p. 78)

Uma vez que a igualdade de oportunidades liberal também apresenta problemas, Rawls busca uma terceira interpretação que possa dar conta das arbitrariedades advindas da loteria natural. Apesar de buscar neutralizar, a igualdade de oportunidades liberal ainda mantém a arbitrariedade moral, o que deixaria margem para que o critério do mérito pudesse ser utilizado para justificar posições vantajosas, como a de um herdeiro rico. O que Rawls busca, não é uma interpretação que retire a herança de tal herdeiro, mas que mitigue as vantagens que a estrutura básica pode fornecer ao mesmo em virtude destes fatos arbitrários.

A igualdade democrática, estratégia adotada por Rawls, é aquela que mais se adequa ao que buscamos com este texto: evidenciar e argumentar que Rawls possui bons motivos para considerar o mérito e sua aplicação ideológica, a meritocracia, como uma forma de escolha de princípios que não se apresenta de forma justa e conseqüentemente, não fornece as melhores bases para os cidadãos de um sistema democrático que pretende ser justa.

Desta forma, a interpretação nomeada de igualdade democrática do princípio da diferença, não visa somente garantir liberdades aos sujeitos e evitar a arbitrariedade moral conseqüente das contingências sociais, ela expande a argumentação de uma forma diferente: Direciona aos próprios cidadãos o reconhecimento da não utilização de vantagens arbitrárias em uma sociedade devido à condição de igualdade e de respeito com seus concidadãos. Dito de outra maneira, a igualdade democrática enfrenta a arbitrariedade moral com o reconhecimento individual dos sujeitos pelos princípios que foram escolhidos – a saber os dois princípios de justiça – e pelo respeito que possuem com os outros sujeitos que também reconhecem tais princípios, de forma que também afirmam uma concepção de justiça social, de correção das desigualdades sociais e o papel que cada um exerce neste caso.

Ao reconhecer os princípios e os outros cidadãos, aqueles mais abastados, seja por talentos, seja por herança, tem a capacidade de reconhecer que, mesmo que mereçam aplausos pela boa administração de uma herança, por exemplo, tal não constitui o fundamento de legitimação moral democrático para que vantagens sejam lhes dadas pelos arranjos sociais e instituições. Neste caso, não há fundamento para que uma maior parte dos bens sociais seja distribuído para os mais afortunados e eles

próprios partem do reconhecimento deste fato. Vita defende que a concepção de Rawls leva a pensar que

Constitui uma questão inteiramente distinta, no entanto, que *benefícios* posso legitimamente esperar do exercício desse talento. Possuir um talento incomum, e também a sorte de ser um talento especialmente valorizado pelos arranjos econômicos vigentes, não constitui meu direito a exigir uma renda, digamos, cem vezes maior do que a obtida por um trabalhador de baixa qualificação, ou a colocar meus filhos em escolas nas quais só conviverão com crianças tão abastadas e espertas quanto eles. (VITA, 2007. p. 249)

Abrir mão. É esta a forma como a igualdade democrática enfrenta a arbitrariedade moral, exigindo que os cidadãos mais abastados se abstenham de colher dos benefícios não merecidos e não legítimos de suas vantagens contingenciais. Realizam tal ato, pois reconhecem que em uma democracia, o valor do outro em termos políticos. Tal reconhecimento implica em uma visão de que é necessário para um sistema de cooperação social, que as injustiças que os outros cidadãos sofrem sejam mitigadas. Assim, a igualdade democrática permite que as liberdades individuais sejam ainda assim exercidas, que façamos a correção das desigualdades sociais, mas que também através de um exame de legitimação político, que se dá através do reconhecimento democrático, que a arbitrariedade moral não é legítima e deve ser retirada da esfera política.

Muito se defende que Rawls se opõe ao mérito pelo uso do conceito de loteria da vida, apresentado já nas primeiras partes da TJ. O argumento primeiro é de que como a distribuição inicial é arbitrária, o mérito dos sujeitos estaria estabelecido sob bases não merecidas, portanto, arbitrárias. Todavia, defendo aqui que, não é apenas a constatação da arbitrariedade moral que motiva Rawls a abandonar o mérito como critério de justiça. A arbitrariedade decorre das desigualdades contingentes, que por sua vez são traduzidas na linguagem de merecimento de algo. Rawls não nega a utilização de talentos e habilidades de início. Pelo contrário, realiza um esforço em combater a arbitrariedade moral através das interpretações que podem ser dadas ao princípio da diferença, dentre estas, interpretações que até consideram o mérito como parte de critérios de justiça, como a igualdade de oportunidades liberal. O que leva Rawls a fornecer mais razões para o abandono da arbitrariedade moral presente no mérito é mais complexo do que simplesmente a condição inicial. Apontamos razões acima, desde a dificuldade apresentada pela família, as contingências da estrutura social como os arranjos educacionais já estabelecidos, entre outros fatores.

De uma forma resumida, Rawls rejeita o mérito por três grandes motivos e sugere uma concepção de justiça que reconheça a não legitimidade do mesmo para a distribuição dos bens sociais. Dos motivos: A loteria da vida faz com que a situação inicial de distribuição seja arbitrária, impondo uma arbitrariedade moral e o não merecimento dos talentos, habilidades e posições sociais dos sujeitos; o segundo motivo, é que mitigar as contingências sociais para uma competição de méritos é praticamente impossível devido a forma como a própria estrutura se impõe; O terceiro e último, não há legitimidade moral no mérito devido às contingências e à loteria da vida, pois não satisfaz o reconhecimento público para um princípio de justiça capaz de fornecer amplamente a liberdade para os sujeitos. Como a legitimidade de reivindicação não existe, não há um dever político-moral segundo o qual os sujeitos podem recorrer para adquirir os benefícios. Isto leva Rawls a propor o autorreconhecimento como cidadão como o fundamento de legitimidade para a interpretação do princípio da diferença. Esta interpretação, a igualdade democrática, combate tanto a arbitrariedade moral, quanto fornece um aparato político para os cidadãos de uma democracia.

Ainda é preciso avançar nas discussões sobre a legitimidade de certas reivindicações sociais. O mérito, por mais que filosoficamente não tenha sido concebido com fins de servir à uma política de divisão e não democrática, hoje cumpre tal papel. Segmenta, diferencia por classe, serve inclusive, em alguns casos, para despersonalização política de alguns indivíduos, que passam a por exemplo, não ter direito a participação social por que “mereceram”. Rawls, cinquenta anos depois da publicação de sua mais célebre obra, ainda tem muito a contribuir com este cenário, demonstrando que é preciso *abrir mão* não somente de certas vantagens, mas também de discursos ideológicos que não ampliam a esfera política, ao contrário, a reduzem a uma discussão de meras conquistas econômicas.

Todavia, por mais influente que tenha sido, Rawls acompanhou o início do processo de tomada de cenário do conceito de mérito sob a roupagem da meritocracia. Por mais que tenha argumentado contra e adiantado alguns dos problemas de uma sociedade meritocrata, Rawls estava preocupado com seus efeitos enquanto um critério de justiça legitimamente reconhecido do ponto de vista filosófico. Entretanto, justamente no cenário estadunidense, os efeitos pragmáticos de uma meritocracia foram expostos e se expandiram de forma a que, somente a força

argumentativa da ilegitimidade moral apresentada por Rawls não é o suficiente para combater as teses e ideais meritocratas.

Para melhor elucidar a posição, suponha-se que Rawls esteja errado e, de fato, uma meritocracia apresenta legitimidade moral e poder de reivindicação o suficiente para ser incorporada como um critério de justiça. Ela pode, nestas condições ser considerada justa? Há alguma forma de argumentar contra tal sistema se ela provar-se legítima?

Diante deste cenário, defende-se que é preciso unir os argumentos de Rawls (2008) à análise de Sandel (2021) acerca da meritocracia norte-americana a fim de apresentar duas linhas argumentativas, uma baseada na não legitimidade da reivindicação do mérito enquanto critério de justiça, já apresentada neste capítulo e a outra, na destruição do bem-comum e da esfera pública por parte da ideologia meritocrata, tema do próximo capítulo. Desta forma, identifico que estas duas linhas podem unir tanto as descrições históricas e argumentos pelas consequências de Sandel, quanto à construção normativa rigorosa de Rawls, a fim de fornecer razões para rejeitar uma ideologia baseada em ideias de acúmulo e competição para gerar e fomentar mercados, cujas armas são além da cultura, os elementos estatais de uma sociedade.

4. O BEM COMUM AMEAÇADO PELA MERITOCRACIA: A ANÁLISE DE SANDEL ACERCA DA HERANÇA DO CONCEITO DE MÉRITO NA ESFERA PÚBLICA.

Publicado recentemente no ano de 2020, em meio a uma crise que afetou globalmente todas as esferas da vida pública e privada, a obra *A Tirania do Mérito* de Michael Sandel foi traduzida e publicada no Brasil em 2021. Com pouco mais de dois anos de seu lançamento, o livro já traz consigo uma bagagem de contribuições, bem como opiniões diversas acerca do conteúdo trazido pelo autor. Qualquer pesquisa pelo nome do filósofo ou da obra na internet, trará consigo uma série de entrevistas e matérias acerca de Sandel.

Faz parte da justificativa deste trabalho, mencionar e trazer com certa exaustão, os problemas históricos imediatos aos quais o período atual apresenta. A chamada ascensão dos movimentos ultraconservadores, bem como a compreensão de certos resultados acerca do que pensava-se estar bem estabelecido, faz com que Sandel (2021) possa apresentar algumas tendências cujas sociedades ocidentais ainda não

havia se atentado. Na obra, Sandel (2021, p. 17) questiona o crescimento das elites, sua estabilização, os discursos presidenciais, menciona e debate as intolerâncias trazidas mais à tona nos anos anteriores, discute tanto a ascensão quanto a motivação e causa da eleição de partidos em específicos. Em geral, as preocupações estritamente políticas quanto ao espaço público que se tornaram mais emergentes nos anos anteriores à pandemia, são mencionadas e trazidas por Sandel, o que faz com que sua análise seja ainda mais necessária.

Exposta a apresentação à obra e todo o cenário que a cerca, este capítulo é dedicado a apresentar todo o resgate de Sandel acerca da história do mérito e sua incorporação social em uma ideologia, o que o transforma em um critério social dentro de grande parte das sociedades. Como já mencionado anteriormente, Sandel busca argumentar que o bem comum é corroído com esta transformação, apresentando argumentos que até então não foram tratados com seriedade pela bibliografia especializada no tema. Desta forma, espera-se mostrar o paralelo entre a meritocracia e as proposições acerca de ideologia e neoliberalismo dos capítulos anteriores, bem como demonstrar que Sandel, enquanto um representante do comunitarismo, fornece uma visão anti meritocrata a ser levada a sério pela Filosofia Política como um todo.

Antes de adentrar na próxima seção, todavia, proponho aqui uma definição para o conceito principal da argumentação de Sandel: o bem comum.

Na visão do autor, ao longo de suas obras (2000; 2007; 2012; 2015), a necessidade de um resgate do espaço político mencionado por Aristóteles em seus escritos, molda uma falha na lógica de vivência contemporânea, descrita por Sandel (2012, p. 259) como a passagem da vida ética privada, de forma saudável, através da justiça, para o espaço comum público, ou bem comum, composto por uma série de fatores que constituem a noção de comunidade. O objetivo de uma comunidade, isto é, de um empreendimento no qual os sujeitos buscam a melhor vida possível para si e para os outros, através de uma visão compartilhada de quais bens ou condições são requisitos para o viver comunitário do qual Sandel nomeou de bem comum.

Em outros termos, ao buscar resgatar a noção de comunidade, com valores como dignidade, humildade e solidariedade na esfera política, Sandel afirma a necessidade de que os participantes criem em comum uma visão que ao mesmo tempo permita com que cada um busque sua vida boa e também o bem dos demais

integrantes de cada sociedade. Isto requer condições para que os fins coletivos possam ser colocados em prática.

Sandel (2012) traz consigo também uma crítica à prioridade da noção de “eu” contemporânea, à relacionando a uma das principais dificuldades em criar valores coletivos e que preservem as sociedades enquanto comunidades. Também não existe, ao menos até os escritos atuais, uma definição de quais são todos os requisitos para a construção desta visão e prática conjunta que dá corpo ao espaço político de vivência comum denominado de bem comum. O que existem, são algumas condições citadas pelo autor (SANDEL, 2015, p.152) como necessárias mesmo para uma construção conjunta e constante do espaço político comum. Entre elas, o exercício da cidadania, um senso forte de comunidade, o incentivo e exercício da virtude cívica, a valorização de práticas sociais como o tempo passado com os familiares e filhos e o cuidado à natureza e a manutenção do planeta, o compromisso com o combate à desigualdade, à tendência à justiça e o exercício da humildade, generosidade e a paz são valores que formam o bem comum enquanto um espaço de convívio público, democrático e pacífico. (BRANDÃO; LOBO; 2018. p. 46-47). Em resumo, bem comum é a união conjunta de uma visão do espaço público político que reúna os fins coletivos aos fins privados de maneira a preservar a vida e a comunidade através de requisitos para a convivência democrática.

4.1 A DIALÉTICA DOS MERECEDORES: A PORTA DOS FUNDOS DAS UNIVERSIDADES

Sandel inicia sua obra polemizando o exemplo mais debatido acerca da distribuição de certos bens dentro de uma meritocracia: o ingresso nas melhores universidades para que seja possível a conquista do melhor ensino, levando o ingressante a ser o mais capacitado. À primeira vista, parece fazer sentido e ser perfeitamente desejável todo este esquema, afinal, quanto melhor a universidade, melhor minha própria formação, mais espaços de discussões, mais requisitos são impostos, maior a exigência e qualidade, é tudo o que, afinal, busca-se dentro da esfera pública em termos educacionais.

Todavia, no cenário norte-americano³⁶ o ingresso no ensino superior passou a ser uma das principais fagulhas entre a sociedade em geral e as universidades. O acesso a vagas nas melhores instituições americanas possui uma política questionável, que faz com que toda a relação entre estudantes, não estudantes e sociedade em geral, seja complexa. Com um sistema híbrido que aceita ingressantes tanto por suas notas em provas similares aos vestibulares, quanto por meios extra desempenho acadêmico, as universidades e faculdades norte-americanas são de forma ampla ranqueadas³⁷ por revistas e classificações que ordenam não somente investimento e competência, mas também prestígio e *status*. A vastidão da concepção de Universidade, cuja área abrange não somente o desempenho acadêmico bruto, mas também o meio social e cultural, faz com que as universidades norte-americanas aceitem como meio de ingresso, indivíduos dotados de habilidades musicais, culturais e principalmente, esportivas, gerando um incentivo tanto à cultura quanto ao esporte.

Além do ingresso de sujeitos com talentos para esportes e cultura, outro meio ainda mais polêmico pode abalar a confiança social no papel e na integridade das instituições de ensino superior: As doações de pais cujo histórico é de “ex-aluno exemplar” na instituição. Visto que agem em geral em uma ampla gama de áreas, com processos e ações que varrem a sociedade como um todo, as universidades acabam utilizando um recurso monetário que é muitas vezes maior que seus cofres podem suprir. São as doações de indivíduos da sociedade civil em geral que auxiliam e mantêm muitas vezes estas instituições funcionando. Porém o que era para ser um exercício de cidadania, democrático e de filantropia, se tornou um meio para as elites adquirirem acesso às melhores universidades de forma direta.

Através de doações, pais ricos acabam realizando um gesto de “pressão” aos reitores de universidades, que prontamente aceitam os filhos dos doadores como

³⁶ Faz-se aqui menção novamente ao contexto do qual o autor está direcionando suas críticas e análises. Sandel trabalha com os demais países da Europa, em especial a Alemanha, mas é sobretudo nos EUA que argumenta estar concentrado um exemplo incomparável da tirania do mérito. Em múltiplas sociedades o mérito se impõe na tradição pública, mas é principalmente no sonho americano que alcança sua máxima expressão.

³⁷ Os *rankings* das instituições no território norte-americano são feitos segundo vastos critérios, que incluem inovação, contribuição social, desempenho acadêmico, entre outros índices. Entre os rankings mais famosos estão incluídos o realizado pela Revista *Forbes* e o *QS USA University Ranking*, conhecido por sua vastidão de critérios de avaliação. Há ainda a existência da *Ivy League*, um grupo formado por oito universidades e faculdades de alto prestígio que são colocadas como as melhores instituições americanas. Compõem a *Ivy League*: a *University Brown*; *Columbia University*; *Cornell University*; *Dartmouth College*; *Havard*; *Princeton*; *Pennsylvania University* e a conhecida *Yale*.

estudantes, sem que estes possuam de fato habilidades ou talentos nas áreas citadas acima ou ainda, demonstrem aptidão e conhecimento para que de fato tenham direito à vaga nestas instituições através de provas e seletivas. Somadas as doações, as universidades e faculdades justificam e argumentam a favor de um ingresso por tradição, aceitando filhos de ex-alunos que foram exemplares ou que doem para as instituições. Junto a tudo isso, o legado e o *status* social da família ainda influencia grandemente e contribui para a aceitação ou não de um ingressante nas Universidades. Não somente a valorização de um doador é prestigiada, mas também o nome que carrega consigo, fazendo com que grandes famílias da elite tenham vagas para seus filhos de uma forma garantida.³⁸

Sandel (2021, p. 16) chama atenção para o desequilíbrio causado por esta forma de ingresso, uma vez que, não somente o ingresso por doação é um problema, mas as outras formas também. Assim como veremos no próximo capítulo, pais em geral tendem a proteger seus filhos e fornecer o melhor que podem tendo em vista o que possuem. Desta forma, pais ricos, no cenário norte americano, criam seus filhos desde a infância para desenvolver alguma habilidade³⁹ e ganhar acesso direto à universidade. Também há casos de um incentivo dos pais aos estudos, contratando professores particulares e cursos específicos para que os filhos consigam o acesso às vagas. Caso não possuam habilidades ou não consigam “conquistar” a vaga, a doação de uma quantidade significativa de dinheiro ainda é o meio mais fácil e comum usado para garantir o acesso às melhores universidades por parte das elites. Isto faz com que, de forma estarrecedora, a maior parte dos estudantes das universidades seja pertencente à classe dos mais ricos. Os dados, segundo Sandel, chegam a ser assustadores, como em

Com tudo isso, não é surpreendente que mais de dois terços dos estudantes em faculdades da Ivy League venham dos 20% no topo da escala de renda.

³⁸ Não se pretende discutir aqui os casos polêmicos de suborno do sistema legal e compras diretas de vagas através das provas. Pressuponho que, por mais que Sandel levante as polêmicas entradas por suborno de supervisores e aplicadores de provas de ingresso nas faculdades, tal questão não carece de uma explanação maior, uma vez que é amplamente aceitável que subornar uma prova é uma trapaça no jogo (crime) tipificada em lei. O que nos interessa é, como algumas trapaças são legalmente defendidas pelas próprias instituições, bem como quão impactante é a aceitação deste tipo de trapaça para uma sociedade aberta.

³⁹ O debate acerca da intencionalidade ou não do desenvolvimento de habilidades será aqui deixado de lado. Aceita-se que não há resposta conclusiva sobre nossos talentos serem já tendências naturais prévias ou apenas desenvolvidas através de trabalho duro e dedicação. Também não há uma conclusão acerca da escolha de certas habilidades para o desenvolvimento no decorrer da vida, uma vez que a escolha pode muitas vezes ser de terceiros, ser enviesada ou não informada. Para mais ver FEINBERG, 1970.

Em Princeton e em Yale, há mais estudantes do 1% do topo do que entre os 60% da base do país. Essa impressionante desigualdade no acesso é devido, em parte, ao ingresso por legado e à valorização de um doador (a porta dos fundos), mas também a vantagens que propõem filhos e filhas de famílias ricas porta da frente adentro. (SANDEL, 2021. p. 19)

Todo este cenário, faz com que um elemento de extrema relevância dentro da sociedade norte-americana seja colocado em xeque: a ascensão social. Reconhecidamente um traço da cultura estadunidense, a promessa de mobilidade social e conquista, manifestas no ideal do sonho norte americano são colocadas em xeque quando pensa-se em casos de ingresso em universidades pelas elites. Em termos simples, o sonho americano, oriundo de um processo de colonização e independência, aliados ao pensamento capitalista⁴⁰, em especial nos últimos anos, marcado por uma forte tendência neoliberal já explanada nos capítulos anteriores, que se enraizou no país, fornece um lema não somente para a vida dos cidadãos do país, mas também um guia para a vida política pública. A influência deste sonho terá suas problemáticas tratadas mais adiante, todavia, aqui fica pré-estabelecida uma definição para tal ideal:

- *O sonho norte-americano é nada mais do que a crença e incitação do **éthos** de acúmulo, conquista e sucesso dentro de um mundo capitalista. Em um país onde as chances e oportunidades são supostamente iguais, qualquer um que quiser e se esforçar, pode conquistar seus sonhos, alcançar o sucesso e voar até o limite dos bens que uma sociedade pode oferecer apenas dando duro e batalhando.*

Isto reflete um pensamento social no qual um padrão de boa vida é pré-estabelecido, fornecendo um móbil para a maior parte dos debates públicos. Não é incomum encontrar nos discursos públicos incitações e defesas ao “estilo de vida americano” por parte dos congressistas. Todo este incentivo ao lucro, acúmulo e o sucesso, gera a promessa da mobilidade social ascendente. Segundo Sandel (2021, p. 22), toda esta forma de pensamento é fruto de uma construção histórica que é intrinsecamente ligada à bases coloniais e religiosas, que por sua vez, possuem em si raízes do pensamento meritocrata.

Vale ressaltar que o sonho norte-americano não é visto apenas como um ideal dentro do país. É tido como uma promessa. Desde a Declaração de Independência

⁴⁰ Para mais sobre a história da independência americana ver JUNQUEIRA, M. A. 2000; 2007; MORGAN, E. 2000.

dos Estados Unidos⁴¹, o país foi criado como um “recanto” onde os homens são todos iguais e, portanto, possuem o direito à vida, liberdade, propriedade e a felicidade. Em um país onde tanta liberdade e “condição” de boa vida é propiciado por seus cidadãos, como pode-se explicar o descontentamento popular com as instituições?

As causas para tal são inúmeras, todas de sua forma, ligada ao pensamento meritocrata fundamentado no sonho norte americano e suas consequências. Uma vez que de forma geral, por exemplo, as melhores universidades são reservadas para as elites, a promessa de mobilidade social para todos os homens é vista com quebra. É claro, as revoltas com as elites, a desconfiança pública e a ascensão de movimentos ultraconservadores⁴² não são movidas apenas pelo problema educacional do ensino superior. A crise é diagnosticada pela literatura especializada, segundo Sandel (2021, p. 30-31) em duas vertentes:

I) todo este cenário de reação contra as elites é fruto de um descontentamento com a crescente diversidade presente na sociedade. O aumento não somente do debate acerca, mas da ocupação de espaços por grupos minoritários como mulheres, negros⁴³, transexuais⁴⁴, povos nativos e imigrantes causou uma reação contrária por parte de movimentos populistas conservadores. Apoiados por uma figura pública que ocupava o cargo máximo no país, Donald Trump, que não só por vezes provocou e atacou outros grupos como afrodescendentes e mulheres⁴⁵, acabava por fornecer uma legitimação pública para ideais racistas, misóginos, homofóbicos e nativistas.

⁴¹ A Declaração de Independência dos Estados Unidos pode ser encontrada aqui <https://uscode.house.gov/download/annualhistoricalarchives/pdf/OrganicLaws2006/decind.pdf>

⁴² A ascensão dos movimentos ultraconservadores nos últimos tempos faz-se pensar o espaço do neoliberalismo enquanto “neutro” perante tais questões. O negacionismo científico, acompanhado de teorias conspiratórias, desconfiança, negação e hesitação em receber o tratamento médico e imunizantes acompanham o pensamento à extrema direita da linha política, fazendo com que a imunização sofra altas quedas em suas taxas. Não somente presente no discurso, o movimento ultraconservador sai às ruas para manifestar e mostrar-se presente em vários locais do globo. O aumento de células neonazistas em países como Brasil e EUA também são de extrema preocupação. No Brasil, por exemplo, segundo a antropóloga Adriana Santos, em pesquisa realizada anualmente desde 2002, o país registrou um aumento de 270% no número de grupos extremistas de 2019 à 2021, totalizando aproximadamente 530 núcleos, cuja maior parte é composta de células nazistas.

⁴³ Mesmo com as recentes conquistas na participação de mulheres e negros, estudos ainda revelam que durante a pandemia, a desigualdade econômica entre mulheres e homens, bem como entre negros e brancos alcançou um número recorde. Para ver na íntegra: <https://www.federalreserve.gov/econres/notes/feds-notes/wealth-inequality-and-the-racial-wealth-gap-20211022.html>

⁴⁴ Recentemente, o senado americano elegeu a primeira representante trans de sua história: Sarah Macbride foi eleita em 2020 pelo partido democrata.

⁴⁵ D. Smith “*Trump's tactic to attack black people and women: insult their intelligence*”. The Guardian, 10 de agosto, 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2018/aug/10/trump-attacks-twitter-black-people-women>

Apoiados em discursos acerca da perda do estilo de vida norte-americano, contra o chamado “politicamente correto”, sentindo-se discriminados por estarem supostamente retirados do espaço do poder e ameaçados pelos *outros*, estes movimentos acabaram influenciando outras reações pelo globo. O movimento bolsonarista no Brasil, fortemente influenciado por Trump e seus seguidores, é um exemplo do alcance externo que reações ultraconservadoras dos EUA obtiveram.

Já a vertente II (SANDEL, 2021. p 31) vislumbra a reação das classes populares e trabalhadoras⁴⁶ como um sintoma das consequências da globalização e do aumento crescente da tecnologia. Em um mundo cada vez mais tecnocrático, os pré-requisitos para o mundo do trabalho se ampliam em um ritmo em que a classe trabalhadora não consegue acompanhar. Seja pela dificuldade e complexidade de seu dia a dia e sua ascensão, seja pela dificuldade de alcançar as melhores credenciais, os trabalhadores, antes dotados de uma carreira fomentada muitas vezes para várias gerações⁴⁷, agora precisam de novas habilidades, novos empregos e de uma readequação de mercado. O que tal cenário revela é o quão penoso para um trabalhador que dedicou vinte anos de sua vida a executar o mesmo trabalho⁴⁸, abandoná-la e buscar se reinventar em meio a um crescimento desenfreado nas áreas urbanas. Aliado a isto, a substituição da mão de obra pela tecnologia e pela terceirização externa, deslocam famílias, fazendo com que estas culpem as elites governantes, os imigrantes e outras classes por sua falta de oportunidades e desemprego. Este novo cenário do trabalho é, nas palavras do autor

Na nova ordem econômica, a noção de trabalho atrelada a uma carreira vitalícia acabou; o que importa agora é inovação, flexibilidade, empreendedorismo e uma constante disponibilidade para aprender novas habilidades. Mas de acordo com essa consideração, vários trabalhadores

⁴⁶ Entendo por classes trabalhadoras todas aquelas que, escolhidas arbitrariamente, estão nos três quintis inferiores da distribuição de renda. Em geral, não possuem autonomia ou determinação em seu próprio giro de capital, sendo apenas empregados ou empregando poucos funcionários. Meu objetivo com isso é eliminar possíveis confusões como argumentos de que apenas “trabalhar” é o requisito necessário para estar enquadrado como classe trabalhadora. Elon Musk não é e dificilmente será no futuro parte desta classe, uma vez que possui e detém os meios de sua produção em massa, controla seu capital diretamente tanto nos investimentos quanto na cotação de sua empresa. Possui diversas empresas que geram inúmeros funcionários. Também está além do limite das três linhas menores do quintil econômico. Juntos, espero que este critério elucidie um pouco ao que se trata a classe trabalhadora contemporânea, por mais ampla e diversificada que possa ser.

⁴⁷ Realiza-se menção honrosa ao Japão neste ponto. Seu exemplo, como um país oriental fortemente influenciado no mercado pela cultura ocidental, todavia mantém o tradicionalismo e o valor do trabalho de forma intacta. Isto aponta para relações culturais internas que, mesmo ao incorporar ideologias de mercado acabam por através de contra movimentos se manterem firmes.

⁴⁸ Será discutido mais adiante valor de trabalho vs valor real em termos de contribuição social abrangente.

demonstram sentirem-se ofendidos com a demanda de se reinventarem, enquanto o emprego que outrora tiveram é terceirizado para países de mão de obra barata ou é designado a robôs. (SANDEL, 2021. p. 31)

Sandel (2021, p. 31-32) todavia, chama atenção para ambas as interpretações, uma vez que fazem com que as elites sejam desresponsabilizadas de seu papel crucial no fomento de tais movimentos. Interpretar os movimentos ultraconservadores somente como malévolos é, na visão do autor, dar mais espaço ainda para que as elites continuem a errar sem sequer corrigir suas decisões errôneas que instigaram tais movimentos.

Os movimentos populistas são para o autor, além dos motivos já citados, fruto de um sentimento instigado pelo processo errôneo de construção de um *status* de mobilidade social que fracassou ao longo dos anos em manter sua promessa inicial. De fato, até os anos 80, a ascensão econômica explosiva do país e a confiança no mercado, suscitado por partidários de direita e esquerda⁴⁹ forneceram uma base de confiança para crer em um país cada vez mais apoiado na tecnocratização. Esta, tanto educacional quanto econômica, apoiada em ideais de um mercado em expansão e de livre agência, foi base para os discursos, reformas e construções dos presidentes norte-americanos anteriores à Trump. Pode-se dizer que durante um tempo, a promessa de ascensão foi cumprida, uma vez que o *boom* econômico atingiu o país no século XX, mas os vícios da governabilidade estadunidense, foram segundo Sandel, a causa da queda deste *status* de crescimento para todos. As desigualdades crescentes⁵⁰ nas últimas décadas, são apenas o reflexo, não o cerne, de uma crise na forma como a sociedade norte-americana, instigada pelo sonho americano e impulsionada por uma forte economia, enfrenta problemas que atingem não somente o bolso do trabalhador, mas que com a impossibilidade de alcançar uma vida tida como ideal, enfrentando a ameaça do desemprego, a crise econômica e a falta de esperança nas instituições públicas como as universidades, acabam por ter seu reconhecimento e estima social atacados e danificados.

⁴⁹ Sandel cita os discursos presidenciais de vários chefes de estado norte-americanos, alinhados tanto à esquerda quanto à direita, que passaram a usar a promessa meritocrata como discurso sensacionalista e motivador. Dentre eles, Barack Obama, Bill Clinton e até mesmo o ex primeiro ministro britânico Tony Blair.

⁵⁰ As desigualdades de renda americanas, não somente aumentaram, mas também se tornaram mais claras. Segundo os órgãos censitários do estado americano, em 2018 o país bateu recorde de desigualdade de renda entre os mais ricos e os menos abastados. Já segundo a *Federal Reserve* (2021) os 50 indivíduos mais ricos possuem o equivalente à posse dos 167 milhões de habitantes mais pobres juntos. Dados disponíveis em: <https://www.federalreserve.gov>

É substancialmente este o centro da crise dos movimentos contra as elites apontados por Sandel: a crise no que chamou de retórica da ascensão. Já mencionada acima, a promessa da ascensão do sonho americano faz com que a crença em tal seja não somente uma pauta pública, mas também um traço psicológico de grande parte da população. Uma vez que tal pauta é incentivada grotescamente pela sociedade em geral, o que resta a todos é crer que de fato, em um país com tanto esforço pela igualdade de oportunidades, desde que trabalhe duro, é possível um sujeito chegar até onde o talento e a dedicação conseguirem levá-lo. Diante deste cenário, quais são as consequências de um ideal tão forte nas mentes daqueles que não conseguem conquistar o sonho norte americano? É apenas falta de esforço que levou tais sujeitos a encontrarem-se em situação de crise?

Os dados, porém, apontam para um cenário que coloca em xeque toda a construção do sonho norte americano. Em uma pesquisa feita pela ONG *The New Charitable Trusts*,⁵¹ utilizando o conceito de *quintil*, que divide a sociedade em cinco partes iguais baseadas em sua posse econômica, apenas 4% dos americanos nascidos no quintil mais baixo, sobem para os quintis superiores quando adultos. 30% destes sobe até o *quintil* intermediário e o restante permanece preso aos *quintis* da base. Já segundo Scott Winship, pesquisador do *Archbridge Institute*, apenas 3% das crianças nascidas no *quintil* inferior consegue chegar ao topo, enquanto 26% alcança o quintil médio. Já no que se refere às universidades, os alarmantes dados sobre o acesso e permanência chamam atenção. Sandel cita em

Dois terços dos estudantes de Harvard e Stanford chegam do quintil superior da escala de renda. Apesar de políticas generosas de financiamento, menos de 4% dos estudantes da Ivy League chegam do quintil inferior. Em Harvard e em outras universidades da Ivy League, há mais estudantes de famílias do 1% do topo (renda de mais de US\$ 630 mil por ano) do que estudantes da metade inferior da distribuição de renda. (SANDEL, 2021. P.37)

Em consonância com tal cenário, a mobilidade social ascendente prometida pela cultura estadunidense contribuiu enormemente para que as pessoas no topo mantivessem suas posições e as transmitissem para seus filhos. Toda a promessa criada pela retórica da ascensão, de quebra de barreiras étnico raciais, de gênero e

⁵¹ Pursuing the American Dream: economy Mobility Across Generations. *Charitable Trusts*, julho, 2013, p.6. Disponível em: https://www.pewtrusts.org/~media/legacy/uploadedfiles/pcs_assets/2012/pursuingamericandreampdf.pdf

religião, visando um país onde todos poderiam ter acesso aos melhores cargos, ao padrão da melhor vida possível e às melhores universidades foi quebrada por uma sociedade que através de uma ideologia incorporada, se transformou em uma aristocracia hereditária, cujo topo e suas bordas é reservado para seus filhos. O sonho norte americano se transformou em uma realidade para as elites que acompanham suas posições sendo mantidas, enquanto as classes menos abastadas, se viram em um fogo cruzado contra si mesmas, em meio a uma crise social e pessoal cuja responsabilidade recai não somente sob os ombros do estado, mas sob os braços delas mesmas.

Além disto, a forma como as elites se comportam, asseguradas pelo seu suposto sucesso, causam ainda mais reações por parte das classes populares. Crentes de que seu sucesso é fruto de seu trabalho, talento ou desígnio, as elites se tornaram arrogantes, dotadas de uma falta de empatia e simpatia para com o outro. Foram desta forma, levadas a crer cegamente nos ideais do sucesso trazidos pelo mercado e pelo acúmulo de capital. Uma vez que são elas mesmas aquelas que em geral governam e lideram projetos sociais e a participação na esfera pública, acabam por transpassam estes ideais e os defendem como um projeto de governança. Isto faz com que a forma de governar o Estado seja cada vez mais meritocrata baseada. Os chamados de *melhores* são aqueles que possuem credenciais conquistadas através das melhores instituições, as quais foram alcançadas com muito suor, cuja confirmação se dá através de grandes cargos e de suas posses. O mercado na mente das elites, recompensa aqueles que foram mais talentosos e mais dedicados. O *modus econômico* de governar passou a ter um espaço não somente na livre agência e na deliberação do consumo, mas segundo Sandel, ocupou o lugar do bem comum (2021, p. 42). Essa é a primeira vez que esta defesa aparecerá neste trabalho, todavia se tornará recorrente: Sandel defende que o bem comum social é sugado e destruído pelo ideal meritocrata. Como um dos maiores nomes do comunitarismo, o autor aponta para a perda da construção de valores e virtudes benéficas para o meio social. Ao governar baseado em um ideal de mercado tecnocrata que recompensa os méritos, as elites restringiram o projeto cívico. Valores de solidariedade, cidadania, humildade e entre outros, foram deixados de lado em prol da satisfação de preferências dos sujeitos consumidores. (SANDEL, 2021. p. 43)

Se todo o exposto se dá, em grande parte, ao modo vazio de governar das elites, pautados sob um *éthos* meritocrata em sua essência que se alinha à defesa do mercado, cuja consequência é uma crise da política pública em geral, é preciso segundo Sandel (2021, p. 45), encontrar como o mérito se instaurou no pensamento norte americano, aqui principal modelo, bem como suas origens a nível global. As raízes do conceito serão o tema da próxima seção.

4.2 O MÉRITO E A BONDADE: MERECEMOS A PARTIR DE QUE?

Suponhamos que os candidatos A, B e C estão sendo convocados para realizarem uma entrevista de emprego. Além do desempenho na entrevista, eles também estão sendo avaliados pelo desempenho que tiveram em uma prova didática e prática, realizada alguns dias antes. Com três formas de avaliação e com critérios bem estabelecidos e anteriormente divulgados, os candidatos podem ser avaliados e classificados conforme o seu desempenho nas três etapas. Espera-se que, ao verificar o desempenho dos candidatos, os avaliadores se concentrem em atender os critérios estabelecidos e voltados à forma como cada um se saiu nas provas. Buscar o candidato melhor qualificado é a resposta ideal para qualquer escolha entre sujeitos dispostos a obter uma vaga de emprego. Isto satisfaz a forma de pensar meritocrata. Aquele que, ao fim, possuir maior mérito durante a execução das provas, deve receber a vaga.

Todavia, há ainda outro motivo pelo qual, escolher amplamente pelo desempenho pode satisfazer o pensamento meritocrata: A intuição sobre a justiça. Parece plausível que uma parte (relativamente grande) das pessoas diria que, ao selecionar o candidato A, baseado em sua raça e *status* social, deixando de lado os dados de desempenho dos demais é injusto. Da mesma forma, deixar de escolher a candidata C utilizando como critério o seu gênero é intuitivamente injusto. Certamente as intuições aqui estão corretas. Logo, a forma de pensar meritocrata não somente escolhe o melhor e mais preparado candidato, mas também filtra certos preconceitos que consideramos injusto. Entretanto como um critério que satisfaz, aparentemente eficiência e justiça, pode ser visto como tão negativo? Se a escolha com base no mérito é eficaz e justa o que há de errado com a meritocracia?

Sandel (2021, p. 51) aponta para o espaço de privilégio do qual o conceito de mérito possui em toda a esfera cultural ocidental. Em primeiro lugar, o mérito é sedutor. Ele faz com que o esforço, iniciativa, responsabilidade e talento sejam recompensados quando realizados. É através do conceito que notamos o quão alguém merece algo em razão de seu talento ou dedicação. Além disso, o mérito justifica a recompensa através de uma visão de justiça. É aparentemente mais justo um sistema econômico que distribuí seus bens baseado no esforço do que um que distribui suas posições baseada em um favoritismo de famílias, por exemplo. (SANDEL, 2021, p. 52). Em segundo lugar, o mérito, dentro de nossas perspectivas morais, promete e afirma a noção de liberdade. A ideia de que o que faço é minha responsabilidade, tem como uma de suas consequências a noção de controle. Eu estou no controle de minha vida, de minhas ações. Os benefícios que podem ser colhidos das ações que tomei foram fruto da geração da minha liberdade. Uma vez que sou responsável e senhor da minha sorte e azar, posso alcançar qualquer sonho, posição ou conquista que meu talento e esforço possa me levar. Sou livre para ascender e conquistar.

Somadas à promessa de eficiência e justiça, toda esta sedução e justificativa do mérito parecem ser motivos fortes para aceitarmos um modelo social econômico baseado no mérito. Todavia, Sandel (2021, p. 52-53) sugere um problema advindo com toda a noção de liberdade prometida pela meritocracia, cujas raízes são justamente uma das grandes origens da ascensão do conceito de mérito dentro da sociedade ocidental. Tal sugestão, é baseada no alto custo da promessa de vencer e dominar por seu próprio esforço: a *responsabilidade pessoal* total de sua vida. (SANDEL, 2021. p. 53) O problema da responsabilidade trazida pela meritocracia é que, não somente respeita a forma de pensar, escolher e agir de cada indivíduo, mas também os coloca como responsáveis por toda nossa *sina*. Isso implica em sermos responsáveis também pelo total fracasso de uma ação ou empreitada. Isto também significa que os sujeitos estão relacionados fortemente com a responsabilidade por um acaso, acidente ou infortúnio da vida. Futuro, passado e presente são fruto de cada uma de suas ações e por consequência, cada um é responsável por todas as esferas em que ela implica. Para o autor, isto significa a redução da vida por parte do mérito, uma vez que um âmbito de sorte e acaso são retirados da vida humana, sendo

substituídos por decisões e ações brutas feitas por cada indivíduo. (SANDEL, 2021, p. 53)

Também significa deixar de lado o primeiro debate acerca do conceito de mérito: A *graça*. As primeiras discussões sobre mérito não se voltavam à renda ou posições sociais desejadas, mas sim sobre a distinção entre conquista de algo ou o recebimento de uma dádiva. Tal discussão é na argumentação de Sandel (2021, p. 54) uma das origens do conceito: A relação entre merecimento e a teologia cristã.

Marcada por uma série de ensinamentos, a Bíblia sugere que uma vastidão de eventos, inclusive os naturais são destinados ou então, acontecem por uma razão (SANDEL, 2021, p. 54). Uma boa colheita e épocas de chuvas calmas e constantes são recompensas dadas por Deus devido à um bom comportamento. Já pragas, secas e a morte ou perda de alguns animais são sinais de que Deus está punindo aquele povo devido a um pecado cometido por alguém das tribos ou da família que sofre com tal evento. Esta forma de atribuir, voltado ao divino, recompensas e punições ao mérito é chamada de teologia do mérito. Nas palavras de Sandel, tal visão pode parecer simplória, todavia revela uma característica importante do mérito, a saber

Distante de nossa era científica, esse modo de pensar pode parecer inocente, até mesmo pueril. Mas não está tão distante como parece à primeira vista. De fato, essa perspectiva é a origem do pensamento meritocrático. Reflete a crença de que o universo moral está organizado de uma forma que relaciona prosperidade e mérito, sofrimento e comportamento impróprio. Isso não está distante da visão contemporânea familiar de que riqueza significa talento e trabalho árduo, e pobreza significa apatia. (SANDEL, 2021, p. 54)

Tal relação entre prosperidade e mérito se reflete em outra relação discutida pela teologia: as recompensas no mundo, incluindo a salvação são dadas por Deus ou conquistadas através da *graça*? Ou seja, recebo uma boa colheita, possuo uma vida próspera e serei salvo devido às ações que realizo em vida – teologia do mérito - ou por desígnio divino?

Essa questão se coloca principalmente aos cristãos do século V. A literatura bíblica parece sugerir uma contradição na escolha da primeira resposta. A exemplo de Sandel (2021, p. 55), tomemos a passagem de Jó para elucidar tal ponto. Na história bíblica, Jó é um homem honrado e justo – características de alguém moralmente bom – que é sujeitado à um grande sofrimento devido a uma aposta cósmica feita entre Deus e o Diabo. A aposta consistia em Deus jogar suas fichas no

fato de que Jó não iria vacilar em sua fé perante Deus, não importasse qual fosse a dificuldade que estivesse passando.

Mesmo sem saber quais os motivos de sua punição – o que havia feito de errado – Jó é influenciado por seus colegas mais próximos a aceitar o que chamamos acima de teologia do mérito. Uma vez que sofrimento é sinal de pecado, Jó, na visão de seus próximos, deveria ser culpado pela morte de seus filhos e filhas, pois deveria de ter realizado algum ato a ser punido. Jó então, mesmo ciente de sua inocência, resolve clamar por Deus para questionar seu sofrimento. A resposta divina é dada em forma de rejeição da lógica meritocrática: nem tudo o que acontece é recompensa ou castigo para o comportamento humano. Deus, por sua vez ainda castiga Jó por compreender erroneamente seus ensinamentos. Tal passagem mostra uma versão do cosmos e de um Deus diferente da teologia do mérito. Aqui, a criação não é feita apenas para o bem dos humanos, muito menos as escolhas de Deus são feitas baseadas apenas no agir diário de cada sujeito. O acaso e a sorte ganham espaço outra vez dentro da criação divina. (SANDEL, 2021, p. 55-56)

Se ampliarmos a discussão das recompensas ao conceito de salvação, novos problemas surgem nos primeiros debates acerca do lugar do mérito dentro da teologia. O debate se volta à possibilidade da conquista da salvação através de obras de caridade e retidão religiosa em frente à liberdade divina para decidir quais sujeitos serão salvos. A conquista da salvação parece apontar para um problema na onipotência de Deus, tal como em

A questão do mérito reaparece em debates cristãos sobre salvação: os fiéis podem conquistar a salvação por meio de observância religiosa e obras de caridade (...) No entanto, segundo a teologia, há um problema: afinal, questiona a onipotência de Deus. Se a salvação é algo que podemos conquistar e, portanto, merecer, então Deus é obrigado, de certa maneira, a reconhecer nosso mérito. A salvação se torna, pelo menos em parte, uma questão de autoajuda, e isso implica um limite para o poder infinito de Deus. (SANDEL, 2021, p. 56)

Todavia, pensar nestes termos é pensar na responsabilidade de cada ação dos homens. Isto significa dizer que, na segunda versão, Deus escolhe aqueles que serão salvos, bem como escolhe o que há e ocorre no mundo. Como consequência, é ele o responsável por um dos mais conhecidos dilemas e problemas da teologia cristã: a existência do mal. O problema do mal, resumidamente é:

- *Se Deus é o responsável pelo que acontece no mundo, inclusive pelo destino e acaso, ele também o é pela existência do mal no mundo. Todavia, tradicionalmente entendemos Deus como sumamente justo e bondoso. Como pode então, um ser justo permitir que o mal continue a existir? Se ele escolhe permitir, parece ser uma escolha injusta por parte de Deus. Ademais, se ele não pode eliminar o mal, sua onipotência é colocada em xeque, uma vez que, há pelo menos uma coisa da qual Deus não pode fazer. Ou seja, Deus não é onipotente.*

Uma das soluções mais conhecidas e talvez a mais famosa a este problema é a noção de livre-arbítrio. Uma vez que Deus distribuiu além da terra e de sua lei, a capacidade de cada sujeito de decidir obedecer ou desobedecer a lei divina, o mal surgido no mundo é de responsabilidade dos seres humanos⁵² (SANDEL, 2021, p. 56-57). Isto propicia a Deus também a capacidade de os punir neste mundo ou em qualquer outro, baseado no pecado realizado por cada indivíduo.

A capacidade do livre-arbítrio é vista pela tradição teológica, como uma das dádivas que somente um ser sumamente bom poderia fornecer. Um dos autores a propor esta solução é Pelagius (354-430), conhecido também como um dos precursores do pensamento liberal, defendendo abertamente a responsabilidade individual e o livre-arbítrio na teologia cristã.

O pensamento que começa a se desenvolver no século V com ideais como os de Pelagius é o que, segundo Sandel (2021, p 58), irá desencadear a forma meritocrata de pensar contemporânea, ligada fortemente aos laços morais existentes entre o cristianismo e nossa forma agir. Fato é que mesmo com a oposição ferrenha de Santo Agostinho, as ideias de Pelagius, foram se unindo às práticas da Igreja que, juntamente à ascensão de ideais cada vez mais voltados ao papel do indivíduo atomizado, levaram o mérito a ganhar um espaço significativo na cultural moral ocidental.

Agostinho buscou rebater a solução de Pelagius discorrendo sobre o sacrifício de Cristo e a onipotência de Deus. O autor possuía sua própria solução para o

⁵² Há uma grande discussão acerca da resolução do problema do mal através do conceito de livre-arbítrio, pois, ao menos em sua formulação inicial, a resposta não dá conta de explicar o que se chama de mal natural, ou seja, eventos naturais que causam um mal no mundo como um furacão ou terremoto.

problema do Mal⁵³. Deixando de lado a crítica à onipotência de Deus e chamando atenção para uma outra questão que nos é mais importante: Se supostamente os humanos são tão livres e autossuficientes para conquistar sua salvação, a dádiva divina do sacrifício de Cristo é em vão, nada mais que um símbolo vazio e desnecessário na visão do autor. Isto significa dizer que para Agostinho, toda a discussão entre as ações livres que devem ser recompensadas ou punidas deixa boa parte da teologia de lado ou ainda, à contradição.

Mesmo com as defesas de Agostinho, fato é que as práticas da Igreja trouxeram o mérito para o centro das discussões. Ainda que as teses de Agostinho tivessem seu espaço, no decorrer dos mil anos posteriores, os ritos e rituais da Igreja fizeram com que um senso de eficácia fosse criado rotineiramente: ir à missa, realizar orações, batizar-se, realizar sacramentos, entre outros ritos e costumes, fizeram com que os fiéis entendessem tais eventos como observações de sua retidão religiosa. Os bons fiéis passaram a não ser somente aqueles de fé, retidão na palavra e que seguem as leis divinas. É preciso manter-se presente e realizando aquilo que a igreja pede e aconselha. É necessário se ritualizar para ser um cristão com retidão.

Esta obrigatoriedade de certas ações levam a Igreja a uma observância maior em relação aos seus fiéis, agora mais próximos dos cultos. Neste momento histórico, merecedor é aquele que recebe a salvação e as recompensas divinas, dadas a aqueles que seguem a retidão religiosa (SANDEL, 2021, p. 57). As reformas advindas após o século XVI trazem consigo algumas reconsiderações ao espaço do mérito e seu impacto. Curiosamente, a Reforma Protestante, que daria origem à vertente cristã – o puritanismo protestante - cujos preceitos podem ser descritos como os mais meritocratas, nasceu de uma posição que contraria o conceito de mérito. Martinho Lutero possuía diversas divergências com a Igreja, desde a venda de indulgências, prática corrupta para a conquista da salvação, à tradução e popularização da liturgia sagrada. Todavia, Lutero também era de acordo com Agostinho no que se refere à concepção de graça. O monge defendia que a salvação era totalmente uma questão de graça divina, não podendo ser alcançada por nenhum esforço humano para

⁵³ Agostinho procura responder o problema do mal através do conceito de afastamento do Bem. Segundo o autor, (AGOSTINHO, 2005) Deus como o sumo Bem, ilumina e transpassa todos os seres e objetos da realidade com sua luz e poder. O que nós, seres imperfeitos, nomeamos de mal, é na realidade, o afastamento das doutrinas de Deus, um afastamento do Bem, que através dos pecados, os deixa mais distantes, menos iluminados e, portanto, mais susceptíveis à concupiscência terrena.

convencer ou conquistar a benevolência de Deus através de obras ou ritos (SANDEL, 2021, p. 57). Não se reza à exaustão para merecer o céu, muito menos se doa à igreja – ao menos em forma de tentativa de pagamento - para ser merecedor da benevolência segundo Lutero (1989, p.439-441). Indo mais além, era considerado pelo teólogo até mesmo blasfêmia a tentativa de aumentar as chances de alcançar a salvação.

Em adicional a isto, outro nome cujas raízes se voltam à Reforma Protestante, João Calvino, também era defensor da salvação pela graça e não pelo mérito (SANDEL, 2021, p. 57-58). Calvino apontava para a graça como uma questão predestinada, escolhida por Deus muito antes de qualquer ação na vida do sujeito. Isto leva a uma rejeição, ao menos em tese, da ideia de salvação ou condenação baseada em como as pessoas levam suas vidas.

Todavia, como tal movimento da Reforma Protestante e seus desdobramentos, cujas teses iniciais como as de Calvino e Lutero, influenciou os puritanos e seus sucessores a adotarem posições tão distintas? O que levou aqueles que levaram a crença cristã aos Estados Unidos e também a outros países da Europa, a alguns anos mais tarde adotarem o mérito como uma de suas bases morais? O que houve com as teses Protestantes?

A resposta, dada por Max Weber (2001) em sua renomada obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo* é direta: a necessidade de sinais fez com que as teses fossem deixadas em segundo plano⁵⁴. As doutrinas de Lutero e principalmente Calvino eram rígidas no que diz respeito à eleição para a salvação. Deus já possui em sua “lista” aqueles que serão condenados e os que serão salvos. Todavia, não anuncia os nomes com antecedência. Isto causa uma angústia desesperadora nos fiéis em saber se fazem parte ou não dos escolhidos. Individualmente, cada sujeito passa a se questionar se irá ser eleito ao reino dos céus ou não e mais, como poderá saber se de fato será escolhido.

O resultado desta angústia, segundo Weber (2001, p. 56) é o desenvolvimento de uma ética do trabalho por parte dos calvinistas, baseada em outra concepção: o

⁵⁴ Há, todavia, alguns grupos mais tradicionais que mantiveram, e mantém ainda hoje a pregação as doutrinas originárias. Por exemplo, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana, com sede no Brasil. Para ver mais sobre as doutrinas seguidas pela igreja, no que diz respeito por exemplo, à doutrina da graça, consultar: <https://www.luteranos.com.br/textos/a-doutrina-da-justificacao-por-graca-e-fe-em-martim-lutero>

valor da vocação. Segundo a doutrina, Deus chama todos a uma vocação, alguns destinados a expandir a obra da igreja, outros a glorificar através do trabalho a sua obra. Ao trabalhar em uma vocação, o fiel não deve buscar aproveitar a riqueza ou qualquer vantagem, mas sim glorificar a obra de Deus. (SANDEL, 2021, p. 58) É este trabalho disciplinado e com pouco consumo de bens materiais que leva o acúmulo de riqueza e capital que alimenta mais tarde o sistema capitalista em seus primeiros momentos.

Sandel ressalta as transformações ocorridas na prática da doutrina calvinista, uma vez que da valorização do trabalho como um sinal da glorificação da obra a ética puritana do trabalho surgiu praticamente como um atestado de salvação.

Mas para nossos propósitos, a importância desse drama está na tensão que desenvolve entre mérito e graça. A vida inteira dedicada ao trabalho disciplinado como vocação de uma pessoa não é, por certo, um caminho para a salvação, mas sim uma forma de saber se a pessoa (já) está entre os eleitos. É sinal de salvação, não a fonte. (SANDEL, 2021, p. 58)

Uma vez que a noção de obra por vocação – chamada de doutrina da predestinação - toma forma e espaço, seu desdobramento é, segundo Sandel (2021, p. 58-59), produzir uma visão diferente da esperada: o sucesso mundano, resultado da dedicação ao trabalho não é apenas sinal, mas a confirmação da eleição divina ao reino dos céus (SANDEL, 2021, p. 59). Isto, ao longo dos anos tem uma implicação que para este trabalho é imprescindível, uma vez que se torna difícil às igrejas manter as doutrinas sem que o viés de confirmação seja adotado pelos fiéis. Esta implicação é a ascensão do mérito e por consequente, a meritocracia, ao cenário de protagonista da esfera moral religiosa.

Tal ascensão, se dá de forma gradual, uma vez que a primeira consequência da forma de pensamento dos adeptos à doutrina da predestinação é o desdém com aqueles que por quaisquer motivos, não alcançam o sucesso no mundo do trabalho. Uma vez que não alcançam tal posição, são, por consequência, aqueles que não serão eleitos por Deus, os rejeitados largados ao pecado e à punição, pois não glorificam a obra divina. É nesse cenário, em meados dos séculos XV e XVI, que ocorre o nascimento de uma das piores consequências da utilização do mérito em um sistema social: A arrogância das elites, que motivadas e munidas por seus supostos méritos, destilam ódio àqueles deixados para trás, seja por Deus, seja pela própria esfera social.

Nas palavras de Weber, esta arrogância é vista como

É que para esse estado de graça dos eleitos e, portanto, santos pela graça divina, não era adequada a solicitude indulgente com os pecados do próximo apoiada na consciência da própria fraqueza, mas sim o ódio e o desprezo por um inimigo de Deus, alguém que portava em si o estigma da perpétua danação. (WEBER, 2001, p. 121-122)

Todo este caminho percorrido dentro da história da moral cristã e ocidental permite compreender quais foram as raízes da meritocracia tal qual a conhecemos atualmente. Realizando um salto no tempo para os dias atuais é preciso indicar: o pensamento meritocrata não surgiu do nada, nem surgiu apenas como uma filha das doutrinas cristãs e suas mudanças – mas certamente é marcado e influenciado por tais doutrinas e suas histórias de expansão. É um fenômeno que, incorporando elementos ao longo dos anos, encontrou seu espaço em um mundo globalizado, tomado por ideais de valorização da conquista e da liberdade – mesmo que de certa forma, deturpada -, no qual expande-se cada vez mais.

Como mencionado acima, porém um cenário em específico é mais central para este trabalho, uma vez que se analisa a forma como a sociedade norte americana se porta no que diz respeito a suas práticas políticas e econômicas. As doutrinas protestantes em questão, o calvinismo e o luteranismo deram origem à ética protestante do trabalho, cuja expansão se deu na origem e colonização do pensamento estadunidense. Desde os “pais fundadores” aos discursos de presidentes como Richard Nixon, Ronald Reagan e Barack Obama, o pensamento de que o país foi eleito por Deus como a terra santa e prometida é exaltado com animação e vigor.

Não somente o discurso de escolha enquanto nação toma conta da esfera pública estadunidense, ele também se estende às esferas individuais, apoiados seja por justificativas que ressaltam a liberdade e responsabilidade individual, ou por variantes morais da ética protestante do trabalho. Fato é que, fervorosamente, os elementos ligando Deus e nação são traços da cultura estadunidense.

O discurso de posse de Donald Trump em 2017, marcadamente um dos eventos mais esperados principalmente pelos partidários do candidato, traz consigo um exemplo da influência da forte ligação entre o mundo religioso e o mundo político estadunidense. Na posse, Trump reafirmou a ideia de que os EUA são especiais, pois além de suas lutas contra os supostos males do mundo, são ainda protegidos por Deus devido à devoção do país.

Não deve haver medo. Estamos protegidos, e sempre estaremos protegidos. Seremos protegidos pelos grandes homens e mulheres de nossas Forças Armadas e agentes de aplicação da lei. (Aplausos.) E, mais importante ainda, seremos protegidos por Deus. (...) E se uma criança nasce na periferia de Detroit ou nas planícies varridas pelo vento de Nebraska, elas olham para o mesmo céu à noite. Elas enchem seu coração com os mesmos sonhos e são infundidas com o sopro de vida pelo mesmo Criador Todo-Poderoso. (...) Obrigado. Que Deus os abençoe. E que Deus abençoe os Estados Unidos. (Aplausos.) Obrigado. Que Deus abençoe os Estados Unidos. (TRUMP, 2017)⁵⁵

Este discurso reforçado pela, de fato, identificação do poderio da economia estadunidense, é fruto da lógica “*se somos bem sucedidos é porque merecemos, pois, somos de certa forma especiais, eleitos aos olhos de Deus, aos olhos do mundo e de nossos próprios esforços e talentos*”. Não é difícil imaginar como ideais de conquista e valorização do esforço e tentativa de ascensão ao sucesso se tornaram ideais ainda mais sedutores ao povo norte americano quando, em grande parte dos discursos dos chefes de estado estadunidenses, tais doutrinas são ponto central da retórica com o público em geral.

Curiosamente, esta lógica passou a ser utilizada por todos os aspectos políticos estadunidenses. Não somente Trump e seus legionários possuem praticamente um sentimento moral de que os EUA são grandiosos e escolhidos. Alguns parlamentares, em geral ligados ao aspecto mais à esquerda da linha política (SANDEL, 2021, p. 69), também se posicionam enxergando na nação estadunidense algo em especial que a faz diferente de todas as outras. Hillary Clinton, por exemplo, ao dar início à sua campanha presidencial em 2016, menciona que “ao fim, tudo se resume ao que Donald Trump não compreende: a América é grandiosa por que a América é boa”⁵⁶. Tal frase⁵⁷ é dita quando a democrata buscava opor Trump no que diz respeito à situação econômica do país. Enquanto Trump afirmava que os EUA estavam em uma grande crise e que seu governo resgataria toda a grandiosidade do país, perdida devida a administração dos democratas, Clinton optou por defender à valorização da

⁵⁵ Presidente Donald Trump. “Discurso de posse presidencial”. Washington, DC. 20 de Janeiro de 2017. Disponível em: <https://br.usembassy.gov/pt/discorso-de-posse-presidente-donald-j-trump/>

⁵⁶ Hillary Clinton. “Discurso de aceitação da indicação para candidata à presidência durante a Convenção Nacional democrata”. 28 de julho, 2016. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/address-accepting-the-presidential-nominationthe-democratic-national-convention>

⁵⁷ Todavia, o slogan é recente. O primeiro a usá-lo foi Dwight D. Eisenhower em 1953 durante um Discurso em New England em preparo para o ano seguinte. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/address-the-new-england-forward-54-dinner-boston-massachusetts>

nação como um país que, por ser escolhido, não deixa de ser grandioso em momento algum. A lógica de ambos, no fim, se volta a olhar para os EUA como um país grandioso porque é bom. Tal lógica, segundo Sandel, ecoa um pensamento norte-americano em que

A frase “a América é grandiosa porque a América é boa” é agora tão familiar que nos esquecemos de seus pressupostos providenciais. Ele ecoa a convicção persistente de que os Estados Unidos têm uma missão divinamente inspirada no mundo, um destino manifesto de conquistar um continente ou de tornar o mundo um lugar seguro para a democracia. No entanto, ainda que o senso de mandato divino recue, políticos reiteram o argumento de que nossa grandiosidade deriva de nossa bondade. (SANDEL, 2021, p. 69)

Ainda que a justificativa estritamente religiosa se torne uma chama emotiva para angariar familiaridade com os eleitores, as bases pelas quais as ações eram julgadas e avaliadas ainda se mantém as mesmas. A justificativa religiosa segundo a qual, as coisas acontecem na vida por um propósito providencial baseado em nossas ações, se transforma em uma razão baseada no critério de bondade. *Seja porque a nação é escolhida, é boa, é justa, é onde os dedicados e esforçados conquistam o mundo, no fim das contas, os EUA são grandiosos.*

Outro exemplo da utilização do slogan é Ronald Reagan. Ao discursar para eleitores, Reagan afirmou

Toda nossa riqueza material e toda nossa influência foram construídas em nossa fé em Deus e no alicerce de valores que surge dessa fé. O grande filósofo francês Alexis de Tocqueville, há 150 anos, supostamente notou que a América é grande porque a América é boa. E se ela deixar algum dia de ser boa, ela deixará de ser grandiosa. (REAGAN, 1943)⁵⁸

Este pensamento é, na visão de Sandel uma versão secular e majoritária das visões em que a bondade é recompensada e o pecado punido. Para o autor

A afirmação de que a América é grandiosa porque é boa é o lado brilhante e inspirador da ideia de que furacões são um castigo para o pecado. É a fé meritocrática aplicada a uma nação. De acordo com uma tradição providencial de longa data, o sucesso mundano é sinal de salvação ou ainda, em termos seculares, de bondade. (SANDEL, 2021, pp. 70-71)

⁵⁸ Presidente Ronald Reagan. “Discurso em convenção anual na Associação Nacional de Evangélicos em Columbus, Ohio.” 6 de Março, 1984. Disponível em: <https://www.reaganlibrary.gov/archives/speech/remarks-annual-convention-national-association-evangelicals-columbus-ohio>

Além de Hillary Clinton, Jerry Kerry também usou o slogan em sua campanha presidencial (SANDEL, 2021. p. 70). Após os anos 1990, o slogan americano ganhou outra visão que passou a dominar os discursos da esfera pública norte-americana: o ideal de que os EUA são grandes porque estão do lado certo da história. Tal visão, reunindo toda a história imperialista americana, invoca, todavia, uma noção de que potência, sucesso e supostamente estabilidade são sinais de bondade e justiça. Sandel menciona tal estratégia argumentativa como uma virada na argumentação liberal no que diz respeito não somente às críticas conservadoras a políticas de bem-estar, mas também a condução de problemas internacionais envolvendo o país (SANDEL, 2021. p. 72).

Em geral, a utilização do slogan acerca do lado certo da história como uma reafirmação do caráter bondoso e superior dos EUA foi invocado em sua grande maioria por políticos democratas. Bill Clinton utilizou 25 (SANDEL, 2021, p. 72) vezes apenas durante seu mandato. Já Barack Obama fez uso 32 vezes do slogan em seus discursos. (SANDEL, 2021, p. 72) Entretanto, citar um discurso de valorização da nação e de alguns ideais não parece um crime gigantesco. Aliás, nem mesmo se pautar em um valor que possui uma forte ligação com os ideais liberais e religiosos deve ser motivo para que algo seja ruim, alguém poderia argumentar.

Todavia não são tais ideais separadas os problemas da meritocracia, mas seu conjunto que, como resultado, cria uma sociedade marcadamente dividida por sentimentos morais negativos e abandona boa parte de seus cidadãos. Até aqui, este trabalho procurou demonstrar como o conceito de mérito se tornou influente, sedutor e principalmente, utilizado no discurso público, em especial nos Estados Unidos da América. O objetivo de apresentar a influência religiosa do conceito de mérito, que mais tarde passa a tomar forma na esfera pública não somente através da cultura moral, mas também das decisões públicas citadas por governantes de todos os aspectos políticos, é de dar corpo a uma afirmação forte defendida por este trabalho: A expressão mais concreta, ao menos atualmente, de uma meritocracia são os Estados Unidos da América. Desde a educação à cultura estadunidense, predomina a ideia de que os cidadãos são responsáveis pelo que ocorre em nossas vidas, fazendo com que sucesso seja signo de bondade e retidão e fracasso signifique falta de esforço, pecado e desleixo.

Nas próximas seções me ocuparei de descrever quais são as estratégias usadas para manter o *status* da meritocracia estadunidense, bem como a forma pela qual o discurso público incorpora os problemas da utilização do mérito na esfera social e política.

4.3 A RETÓRICA DA ASCENSÃO E O CREDENCIALISMO: OS ASSASSINOS DO BEM COMUM

No primeiro capítulo deste trabalho procurei fornecer uma chave de interpretação ao fenômeno social político que chamamos de meritocracia. Presente em algumas sociedades contemporâneas sob a forma de uma ideologia, busquei demonstrar que, sob a tutela de um modelo de organização social em específico, a saber o neoliberalismo, a meritocracia toma conta do debate público com suas ligações morais e culturais. Isto significa que, não é somente a sedução da utilização do mérito para a distribuição social que faz com que uma meritocracia seja interessante para certos pontos de vista. Agendas econômicas, pautas políticas, aspectos sócio-históricos, influência religiosa, entre outros fatores, marcam um forte domínio meritocrata nos discursos públicos. Todavia, não apenas os fatores mencionados nas seções anteriores são aqueles que formam o corpo de uma ideologia meritocrata. Suas manifestações também possuem outras características, cujas consequências são tão danosas quanto as anteriores, das quais nos ocuparemos nesta seção.

Da mesma forma como foi mencionada a forma como os puritanos visualizavam a salvação como uma recompensa a ser conquistada por nossos esforços e talentos, uma grande parte das sociedades democráticas enxergam no sucesso a mesma fórmula de conquista. Isto reflete, segundo Sandel (2021, p 89), em uma espécie de ética meritocrata, ou seja, uma união de vários valores e ideais que formam a ideologia de conquista através do mérito (SANDEL, 2021. p. 89). Tal ética, é também fundamentada em uma série de teses e retóricas que fazem com que, em adicional a todo o exposto aqui, cidadãos sejam atraídos e convencidos a utilizar, propagar e aceitar discursos que se voltam à ideologia meritocrata. No cerne destas retóricas

existe a exaltação de dois valores essenciais, a liberdade e o merecimento. Liberdade, pois, enquanto sujeito devo ser capaz de lutar pela conquista na medida em que posso e meus limites me permitem, sendo responsável pelos resultados sejam eles quais forem. Merecimento, pois, aquilo que recebi certamente advém de meus atos e minha dedicação. Nas palavras de Sandel

Atualmente, enxergamos o sucesso como os puritanos enxergavam a salvação – não como uma questão de sorte ou graça, mas algo que conquistamos por meio de nosso próprio esforço e luta. Esse é o cerne da ética meritocrática. Ela exalta a liberdade – habilidade de controlar meu destino à custa de trabalho árduo – e o merecimento. Se sou responsável por ter acumulado uma porção generosa de bens mundanos – receita e riqueza, poder e prestígio -, provavelmente eu os mereço. Sucesso é sinal de virtude. Minha abundância é meu direito. (SANDEL, 2021, p. 89).

Esta passagem, menciona algo importante para a compreensão do quão forte é a influência do mérito, não somente nos aspectos político-sociais, mas também psicológicos dos cidadãos. Afirmar que mereço algo, não é somente, ao menos nos dias atuais, dizer que é justo ou correto que devo receber certos tratamentos. Também significa que, em contramão ao que foi mencionado no segundo parágrafo, dizer que aquilo que é merecido, também é um *direito*.

Sandel afirma que a força destas teses pode ser vista em alguns dos maiores mecanismos e instituições que uma esfera social pode ter: os mercados. Não necessariamente, mercados são meritocratas ou portam em si ideais que também o sejam. Aliás, os argumentos mais usados para fundamentar e orientar mercados são em geral argumentos baseados na sua utilidade, a saber o quanto de fato pode contribuir a forma *x* ou *y* de organizar um mercado em certa esfera, ou seja, organizar mercados de uma forma específica, gera um incentivo ao PIB e maximiza o bem-estar dos sujeitos e; na liberdade garantida entre as relações humanas e suas trocas monetárias que os mercados podem fornecer e datar aos cidadãos. (SANDEL, 2021, p. 92)

Todavia, após os anos 80, uma crescente terceira lógica de justificação e pensamento para os mercados tomou uma forte representação: a visão meritocrática de mercado. A lógica meritocrática, afirma que, desde que, construídos e ligados à um sistema justo, os mercados fornecem à cada pessoa aquilo que elas merecem. Em um ideal em que a competição é guiada por resultados, quando os sujeitos possuem chances iguais de competir, os resultados dados pelos mercados

recompensam os méritos individuais. Sandel menciona como o conservadorismo de livre mercado de Margaret Thatcher e de Reagan⁵⁹, juntamente com algumas ideias defendidas por Tony Blair e Bill Clinton são exemplos da influência da defesa da implementação de ideais meritocratas. (SANDEL, 2021, p. 93) Em geral, a confiança nos mercados foi incentivada fortemente não somente por Thatcher e Reagan, mas também por partidários de centro-esquerda norte-americanos. A defesa de que os mercados são instrumentos para proteger e melhorar o bem público desde que organizado em condições justas foi um dos pontos de partida para as pautas defendidas por políticos democratas de 1990 à 2016 nos EUA. (SANDEL, 2021, p. 93)

Unidas às aspirações cada vez mais fortes de mercados com objetivos amplos de fomentar a concorrência, algo característico dos estados mencionados no primeiro capítulo, o surgimento das retóricas usadas pela meritocracia marca também as demais influências realizadas pela ideologia na forma de organização do pensamento social político estadunidense. Dentre estas teses, a retórica da responsabilidade foi instigada, incentivada e disseminada pelos governantes dos EUA principalmente entre os anos 1980 e 2010. A retórica da responsabilidade consistia em uma defesa ampla de um conceito de responsabilidade pessoal mais amplo, cujo peso sobre a maior parte das ações e eventos que ocorrem na vida de cada sujeito, bem como do destino como um todo, recaía sob os ombros do indivíduo em questão (SANDEL, 2021, p. 95). Tudo isto, leva a uma tendência social crítica às políticas de bem-estar social, uma vez que, na visão dos presidenciáveis citados acima, com exceção de Barack Obama, tais políticas eram “presentes” dos estados à cidadãos que não contribuía ou que esperavam de forma desleixada, ser beneficiados por programas que não incentivavam a responsabilidade nos sujeitos, mas sim, transformava o estado em paternalista. Nesse sentido Sandel afirma que

A retórica da responsabilidade e a retórica da ascensão tinham isto em comum: ambas se direcionavam para o ideal de autoconfiança e de vencer pelo próprio esforço. Nas décadas de 1980 e 1990, responsabilidade significava deixar de ser beneficiado por políticas de bem-estar social e encontrar um emprego. Oportunidade significava adquirir formação educacional e habilidades para efetivamente competir no mercado de

⁵⁹ A chamada crítica Reagan-Thatcher às políticas de bem-estar era baseada em uma contestação do real dever do estado em paternalizar e assumir para si a função de realizar políticas sociais que buscassem diminuir certas desigualdades sociais e aumentar o bem-estar social. Ao fazer isso, o estado estaria gastando recursos que deveriam ser melhor investidos em políticas de proteção nacional e incentivo ao comércio.

trabalho. Se oportunidades fossem iguais, pessoas ascenderiam a partir de seus esforços e talentos, e o sucesso delas seria a medida de seu mérito. (SANDEL, 2021, p.96)

Nesse clima de hostilidade a ideais de bem-estar social, Bill Clinton, por exemplo, ao discursar acerca de seus primeiros atos após a posse presidencial no ano de 1992, afirmou

Devemos todos fazer o que os Estados Unidos da América fazem de melhor: Oferecer mais oportunidade para todas as pessoas e exigir delas mais responsabilidade. É hora de romper com o hábito ruim de esperar algo do governo ou uns dos outros sem fazer nada. (CLINTON, 1992.)⁶⁰

Todavia, a retórica da responsabilidade não somente serviu como fonte de confiança e terreno para a expansão cada vez maior dos ideais meritocratas na sociedade norte-americana: ela ajudou a abrir caminhos para a retórica da ascensão. Ainda que o ideal de conquista previsto no sonho americano e a escalada no meio econômico através do trabalho fosse comum nas terras estadunidenses, a retórica da ascensão é narrada por Sandel (2021, p. 96) como relativamente recente. Apenas nos últimos quarenta anos que, a esfera pública política tal ideal passou a ser fortemente utilizado e disseminado para as demais esferas. “Ir até onde seus talentos e trabalho árduo podem lhe conduzir” é um discurso que, mesmo cujas partes estiveram presentes desde a fundação da nação estadunidense, sua justificação e utilização como princípio de propaganda e tomada de decisão pública é ainda novo. Mesmo recente, tal discurso angariou uma série de defensores, desde Reagan à, talvez mais surpreendentemente, Barack Obama.

Obama citou fortemente durante seus discursos o ideal de esforço e dedicação ao trabalho árduo como uma das ferramentas para ascensão social. Como ver-se-á mais tarde, aliado à um ideal de uma titulação acadêmica estimada, o trabalho árduo na terra da liberdade prometida foi, uma das principais falas de Obama aos cidadãos norte-americanos. Durante uma reunião na Casa Branca para discutir sobre a educação superior com um grupo de educadores, Obama chegou a dizer

Quando o assunto é educação superior, o que importa é certeza de que jovens brilhantes e motivados tenham chances de ir até onde seus talentos e a ética do trabalho e os sonhos consigam levá-los. (...) Agora, como nação, não prometemos resultados iguais, mas fomos fundados na ideia de que todo mundo deveria ter uma oportunidade igual para ser bem-sucedido. Não

⁶⁰ Presidente William J. Clinton. “Discurso de posse”. 20 de janeiro. 1993. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/inaugural-address-12>

importa quem você é, sua aparência, de onde você vem, você consegue. Essa é uma promessa essencial dos Estados Unidos. Onde você começa não deve determinar aonde você pode chegar. Então, estou feliz por todo mundo querer cursar a universidade. (OBAMA, 2014)⁶¹

Em outro momento, Obama citou sua esposa, Michelle, para invocar um exemplo que apoiasse a ideia de que nos Estados Unidos, a capacidade de ascensão devido à mobilidade social benéfica é um fato comprovado e visto por qualquer cidadão estadunidense.

Michelle e o irmão foram capazes de obter uma formação educacional inacreditável e ir até onde os sonhos deles os levaram. (...) O que faz os Estados Unidos serem tão excepcionais, o que nos faz tão especiais, é essa barganha básica, essa ideia básica de que neste país, não importa sua aparência, não importa de onde você vem, não importa seu último nome, não importa quais adversidades você possa vivenciar, neste país, se você trabalhar duro, se estiver disposto a assumir responsabilidade, você conseguirá. Você conseguirá avançar. (OBAMA, 2012)⁶²

Estes dois exemplos de Obama, revelam uma forte influência da retórica da ascensão, e por conseguinte, da meritocracia, nos discursos daqueles que escolhem, decidem e guiam a nação aqui em questão. Unida à noção de responsabilidade forte, combatendo à discriminação e incentivando o trabalho duro, a meritocracia prometia, em uma mistura de esperança e eventos isolados, a promessa de uma ascensão econômica através do “querer”. Para Sandel, isto reflete uma importante constatação que se busca apresentar neste trabalho: A meritocracia se desenvolveu dentro da cultura pública. (SANDEL, 2021, p. 100)

A retórica da ascensão de fato inspirou e ainda inspira os cidadãos norte-americanos a acreditar que podem alcançar qualquer posição social desde que seus sonhos e seus esforços permitam. Esta crença, incutida na cultura pública, possui alguns dados que revelam a forma como tal ideal conquista e toma espaço na vida das pessoas. Segundo o relatório *Pew Global Attitudes Project*⁶³ realizado em 2012, 77% dos estadunidenses concordam e acreditam que podem ser bem sucedidos e

⁶¹ Presidente Barack Obama. “Comentários durante a reunião na Casa Branca sobre oportunidades universitárias”. 04 de dezembro. 2004. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2014/12/04/remarks-president-college-opportunity-summit>

⁶² Presidente Barack Obama. “Comentários durante comício de campanha, em Austin, Texas.” 17 de julho, 2012. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/remarks-campaign-rally-austin-texas>

⁶³ *Pew Research Center, Spring 2014, Global attitudes survey.* Disponível em: <https://www.pewresearch.org/global/2014/10/09/emerging-and-developing-economies-much-more-optimistic-than-rich-countries-about-the-future/>

ascenderem socialmente caso trabalhem duro. Já 20% não acreditam que podem chegar a tal fato apenas com trabalho árduo.

Quando perguntados sobre quais são os fatores importantes para avançar na vida, 73 % dos estadunidenses defendem que trabalho árduo está em primeiro lugar.⁶⁴ Em outra pesquisa, desta vez com uma afirmação apontando que *sucesso na vida é determinado, sobretudo, por forças e elementos que estão fora de nosso controle*, cerca de 57% da população respondeu discordando veemente da afirmação⁶⁵. O que para alguns podem significar apenas pesquisas⁶⁶ simplórias, para este trabalho aponta para uma significativa conclusão: o pensamento popular estadunidense é voltado e ordenado de uma forma na qual a retórica da ascensão, juntamente com todos os outros ideais voltados ao mérito dos sujeitos, ocupa um cenário de prestígio.

Esta conclusão é significativa pois, ao afirmarmos que os EUA são um país com um discurso público meritocrata, busco apontar primeiro para a utilização do conceito de mérito por parte das instituições públicas norte-americanas (foco e centrais na obra rawlsiana), depois para as raízes cristãs dos discursos que se fundamentam no conceito de mérito. Em seguida, aquelas falas mais centrais e mais vistas, a saber discursos dos presidentes e congressistas, mostram a influência e dominância do que Sandel (2021, p. 99), nomeia de *Retórica da ascensão*. Ao apontar as esferas dominadas por um discurso público que se manifesta no ideal do sonho americano, espera-se conseguir demonstrar ao leitor o quão significativa e impactante é a tirania do Mérito, disfarçada de um ideal de conquista.

Todavia, o sonho americano não nasce ou representa apenas uma contradição. Ele de fato foi animado pelo *boom* econômico vivido pelo país que surgiu durante o período da Segunda Guerra e durou, até pelo menos os anos 1970 com uma margem de crescimento estarrecedora. Isto significa um poder ainda maior para o discurso, que viria a se tornar praticamente um sentimento nacional, tanto entre governantes quanto população geral. Michal Kalecki, famoso economista, juntamente de Tadeusz Kowalick⁶⁷, escreve em um de seus ensaios mais famosos, algo que chamou de

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Todavia é preciso levar em conta que, em pesquisas com questões genéricas como estas, as respostas dependem de como as questões são formuladas. Por exemplo, quando questionadas sobre os motivos que levam pessoas a serem ricas e outras pobres, na mesma pesquisa estadunidenses tem menos certeza quanto ao papel do esforço e trabalho duro do que ao papel

⁶⁷ KALECKI, M.; KOWALIK, T. (1971). Observations on the 'crucial reform'. In: OSIATYNSKI, J. (Ed.). Collected works of Michal Kalecki. Oxford, England: Clarendon Press, 1991. v. II.

reforma crucial, motivo segundo o qual após a crise de 1929, os EUA conseguiram efetivar um forte crescimento econômico. Segundo os autores

O ponto de virada foi a crise de 1929-33, que abalou as bases do sistema capitalista. Os fracassos contrastavam com o progresso econômico feito pela URSS, que na época se desenvolvia rapidamente. O período de reforma “crucial” do capitalismo começou inicialmente com forte oposição da grande burguesia, os governos capitalistas começaram a proteger os fundamentos de seu sistema da ameaça de desemprego em massa. O que é bastante típico, porém, é que esse programa de melhoria da economia capitalista consistia, não em seu controle planejado, mas na intervenção do governo para preencher a lacuna surgida com a demanda insuficiente e para organizar o problema do desemprego.⁶⁸ (KALECKI; KOWALIK, 1991, p. 471-472).

Com a consolidação de planos de governos keynesianos, após a crise de 1929, a economia norte-americana ainda assim conseguiu estabelecer um crescimento econômico em massa, que elevou os ânimos e a confiança pública nos preceitos de *nação escolhida* e terra da liberdade e do trabalho duro. Em seus artigos, Barros explica

Ao término do conflito os EUA estavam não só do lado vitorioso do ponto de vista militar, mas eram a maior economia do mundo. E também eram credores da maioria dos países aliados, detinham enormes reservas em ouro e reorganizaram o padrão monetário internacional com o dólar, lastreado em ouro, sendo a moeda usada nas transações internacionais. Além de tudo isto o país entrou como protagonista do lado capitalista na Guerra Fria, papel que requeria massivos gastos públicos, especialmente nos setores militar e espacial. (BARROS, 2020, p. 26)

Tudo isto, segundo o autor, baseado nos relatórios da *BEA* e da *BLS*, trazem resultados que apontam para um crescimento impressionante.

O resultado foi um período sem precedentes de prosperidade: anos seguidos de elevado crescimento econômico (a taxa média de crescimento real do produto foi superior a 4% entre 1950 e 1973), e baixo desemprego (que se situou em um patamar médio, no mesmo período, abaixo dos 5%). (BARROS, 2020, p.26)

Os anos seguintes, foram, segundo Barros, anos de “*colheita*” dos frutos plantado durante os anos de guerra. O crescimento econômico teve entre os anos 60, médias de

⁶⁸ Tradução nossa. No original: *The turning point was the crisis of 1929-33, which shook the foundations of the capitalist system. Its failures contrasted with the progress of the economy of USSR, which at that time was developing rapidly. The period of ‘crucial’ reform of capitalism began. With initially fairly strong opposition from the grande bourgeoisie, capitalist governments set about protecting the foundations of their system from the threat of mass unemployment. What is quite typical, though, is that this programme of improving the capitalist economy consisted, not in its planned control, but in government intervention to fill the gap of insufficient demand and to organize additional employment.*

A economia dos Estados Unidos da América (EUA), principal potência capitalista, manteve, entre 1960 e 1973, uma taxa média de crescimento real de 4,26%, um nível de desemprego abaixo dos 5% e uma inflação estável ao nível médio de 3,7%. (BARROS, 2020. P. 1-2)

Todavia, é após os anos 1970 que ocorre, de forma escalada, uma queda nos bons números que envolviam as áreas sociais nos EUA. De 1960 à 1970, por exemplo, a inflação dos Estados Unidos se manteve na casa dos 3%. Já em 1973 alcançou 11% e em 1979 era de 13%.⁶⁹ O desemprego, todavia, oscilou muito ao longo dos anos. Por exemplo, segundo o relatório supracitado da BLS, a taxa de desempregados foi de quase 8% em 1975 a 4% em 1978. Em 1984 atingiu 11%, enquanto que no início dos anos 2000 era de pouco mais que 4%. Durante os períodos pós crise de 2008, o desemprego atingiu 10% da população norte-americana. Mais recentemente, com impulsionado pela pandemia global causada pelo SARS-CoV 2, o país alcançou em 2020, uma taxa de 16% de desemprego.⁷⁰

Estes dados, entretanto, precisam ser unidos a outro fator importante para a *retórica da ascensão*: a mobilidade social. Marcado por uma grande mobilidade social devido ao impulsionamento econômico e crescimento de diversas áreas, de fato estadunidenses estiveram totalmente justificados a acreditar, por um tempo, de que estariam, desde cumprindo alguns requisitos, tendendo a ascender social e economicamente. Indo um pouco além da queda inicial proveniente nos anos 70 principalmente, de 1920 à 1940, cerca de 90% das crianças nascidas chegaram a ganhar mais que seus pais. Todavia, daqueles que nasceram nos anos 80 (os atuais 30-40 anos), apenas 50% delas consegue chegar a ganhar mais que seus pais recebiam na mesma idade⁷¹. Isto reflete um deslocamento entre o fato de que, aparentemente, possui-se bons motivos para acreditar na ascensão econômica e o que os fatos apresentam.

Retomemos à discussão anterior acerca dos *quintis* da sociedade americana. Os pesquisadores especialistas sobre a ascensão econômica divergem em certos aspectos, todavia, concordam em um ponto: em um país com tanta desigualdade, a

⁶⁹ Relatório Bls sobre a inflação americana durante os anos 1970. Disponível em : <https://www.bls.gov/opub/mlr/cwc/compensation-in-the-1970s.pdf>

⁷⁰ Relatório trading economics sobre a história da taxa de desemprego nos EUA. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/united-states/unemployment-rate>

⁷¹ Raj chetty, David Grusky, Maximilian Hell, Nathaniel Hendren, Robert Manduca e Jimmy Narang. “O Sonho Americano desvanecendo: Tendências em mobilidade de renda absoluta desde 1940. Science, 2017.p. 398-406. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.aal4617>

mobilidade social tende a ser maior. Mas isto não ocorre na sociedade estadunidense. A sensação de estagnação e impossibilidade de crescer economicamente através de um emprego surge quando se observa para a mobilidade em outras sociedades⁷² ou ainda, para os dados atuais do país. Uma das questões que surgem e que, por ser voltada a um lado mais psicológico cultural, é, qual a razão para, com fatos e dados que dizem o contrário, depositar, não somente toda a esperança, mas também o bem-comum público sob um princípio como a ascensão meritocrática?

Esta discussão entre esperança e domínio é datada por Sandel (2021, p. 113) como um dos grandes problemas da meritocracia. Através de suas retóricas, ela é incorporada à diversos discursos e decisões sociais, que levam, juntamente a outros fatores, a algumas consequências das quais este trabalho procura, a partir dos escritos de Sandel, defender como negativas, injustas e que minam o bem-comum. Na visão do autor, ao pregar fortemente uma esperança como esta, a retórica meritocrática acabou misturando motivação e esperança com uma descrição de como as coisas são e serão no futuro, ou ainda, confundir o aspiracional com o congratulatório.

Pode-se argumentar, em defesa da retórica da ascensão, que ela descreve a oportunidade de competir em termos iguais como um ideal que vale a pena buscar, não como um fato referente ao mundo onde vivemos. Mas mérito com facilidade vai além disso. Ele começa como ideal e aos poucos se torna afirmação de como as coisas são.

Apesar de a retórica da ascensão ser aspiracional, indicando uma promessa que ainda precisa ser resgatada, sua articulação invariavelmente se torna congratulatória. “Aqui nos Estados Unidos, todas as pessoas que trabalham duro ascendem”. Assim, como a maioria das retóricas potentes, ela mistura o aspiracional com o congratulatório; afirma a esperança como se fosse fato. (SANDEL, 2021, p. 113)

Citado mais acima, um dos grandes problemas entre os discursos, por exemplo, de Donald Trump, defendido por uma legião de partidários das mais diversas classes, era seu apelo a alguns problemas trazidos com a globalização. Dentre eles, as taxas de desemprego eram utilizadas como argumento a favor de uma perca do valor portado pelos trabalhadores nacionais. Não somente legítimos partidários dos republicanos eram afetados por Trump no que diz respeito às várias parcerias internacionais e aos problemas da imigração. Trabalhadores como um todo, sentiam-

⁷² Para ver relatório sobre a comparação entre a mobilidade social dos EUA e da China, consultar Javier C. Hernandez e Quoc Trung Bui, “The American Dream is Alive, in China”. The New York Times, 18 de novembro, 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2018/11/18/world/asia/china-social-mobility.html>

se, frente a uma crise na confiança no poder de ascensão (naquele momento), representados por um presidente que expressava a indignação com algo que de fato era verdade e não apenas jogo político: os melhores trabalhos, aqueles que propiciam ascensão econômica, prometida a mim desde meu nascimento, não existem, não estão abertos para todos os estadunidenses. É claro, o ódio destilado pela classe média juntamente com uma parte da classe trabalhadora, além de refletir preconceitos e sentimentos já existentes, foi também direcionado por Trump à supostos culpados pelo problema, deixando aqueles que de fato são responsáveis por tal estigmatização de lado: as elites arrogantes.

As elites, não somente utilizaram e continuam a usar a retórica da ascensão como um dos meios de defender suas posições com suposta justiça. Elas garantem através deste ideal também a seus filhos privilégios e posições de antemão (SANDEL, 2021, p.18). O resultado, todavia, desta defesa de posição através da incorporação ao longo dos anos através de tais ideais, é uma reação que à primeira vista, pode parecer apenas uma constatação, mas que se revela como um cruel julgamento externo e interno: estar à mercê do desemprego, não conseguir acumular riqueza, não conquistar o sonho norte-americano é *responsabilidade* de cada sujeito. Do ponto de vista das elites, não importa o que fazem ou fizeram, a posição em que estão é signo de um julgamento moral de seu sucesso e merecimento. Já aos mais pobres, resta às elites constatar que não fizeram o suficiente para merecer uma posição melhor. Esta arrogância, leva a uma dura concepção sobre a dignidade, a autoestima e a autoconfiança das classes mais baixas, sendo taxadas como inferiores. Não somente taxadas, mas também se auto identificando como tais. Nas palavras de Sandel

Em 2016, enquanto os efeitos desagradáveis da globalização sobre trabalhadores comuns se tornaram mais evidentes, a retórica da ascensão oferecida pelas elites liberais expressava uma sugestão dura. Mesmo diante da desigualdade em ascensão, insistiu na ideia de que somos responsáveis por nosso destino, e, portanto, merecemos o sucesso ou o infortúnio que vem em nossa direção. (SANDEL, 2021, p. 112)

Sandel ainda reitera que esta alternância não é uma confusão filosófica em suas bases. Faz parte do discurso político e como tal, possui consequências mais imediatas, como por exemplo, a exaustiva culpa interna sentida e incentivada pela retórica da ascensão.

Essa tendência a alternar entre o fato e esperança e voltar atrás não é ato falho nem confusão filosófica, mas uma característica típica da retórica política. Isso funciona com pungência peculiar na retórica da ascensão. Sua mistura de esperança e fato, turva o sentido de vencer e perder; se meritocracia for uma aspiração, aqueles que ficam aquém podem sempre culpar o sistema; no entanto, se meritocracia for um fato, aqueles que ficam aquém são incentivados a se culparem por isso.

Em anos recentes, foram incentivados, sobretudo, a se culparem por não terem conseguido conquistar um diploma universitário. Uma das características mais irritantes da arrogância meritocrática é seu credencialismo. (SANDEL, 2021, p. 113)

Um dos grandes problemas surgidos com a meritocracia é que, através de uma de suas principais teses, a *retórica da ascensão*, a sociedade estadunidense passou a ser credencialista. Ou seja, começou a possuir uma estima supervalorizada para aqueles com as maiores e melhores formações acadêmicas possíveis, deixando aqueles que não as possuem ou fizeram seus cursos superiores em faculdades e universidades menores serem tratados como inferiores. Os bons resultados no SAT⁷³, bem como o diploma de uma das universidades da *Ivy league* são não somente garantia de um bom emprego ou manutenção de *status*, mas também fazem parte da arrogância surgida com a meritocracia, que leva, não somente aqueles que passaram por tal percurso, mas a esfera social como um todo a tratar certos indivíduos com desprezo por não terem supostamente se esforçado o suficiente.

Este estigma de superioridade dos mais credenciados, é, na visão de Sandel (2021, p. 124) um processo que possui dois grandes causadores: a constante replicação no discurso público do papel das melhores e maiores instituições de ensino superior na ascensão econômica e o excesso de carga recebido pela educação como a única (ao menos nos discursos) capaz de transformar o mundo e melhorá-lo. Isto gera o que Sandel chama de “último preconceito aceitável” (2021, p. 124), uma vez que as elites passam a sentir desprezo pelo trabalho daqueles que não possuem cursos superiores. Tal preconceito, cria uma divisão brusca e causa um ressentimento forte, tanto naqueles que mesmo se dedicando não conseguiram acessar as melhores universidades, quanto naqueles que, após dedicarem vinte anos de suas vidas trabalhando em profissões cujos pré-requisitos escolares eram menores, agora são taxados como descartáveis e inferiores, estando frente a frente com o desemprego constantemente. Seja supostamente por falta de uma habilidade específica, seja por

⁷³ O SAT é traduzido como Teste de Aptidão Escolar americano, principal sistema pelo qual as universidades estadunidenses fazem o ingresso de seus estudantes.

problemas familiares que levaram uma pessoa a não possuir tempo em sua vida para parar anos e se dedicar aos estudos, muitos indivíduos ficarão de fora, mesmo que gigantesco incentivados a ingressar, do ensino superior. A questão é o que uma sociedade pode fazer para com estes sujeitos, que formam uma grande parcela de sua população, mantendo em funcionamento uma série de mecanismos necessários para um país e que são lembrados apenas nos momentos em que são supostamente iguais aos outros: quando o voto vale apenas *um*.

Voltando ao poder dos discursos dos presidentes estadunidenses, Trump viveu no período de sua administração, um confronto por parte dos liberais estadunidenses no que diz respeito às suas credenciais. Por um lado, parte de seu eleitorado não se incomodava com as frequentes críticas ao passado de Trump, uma vez que sentiam na pele também a constante necessidade de apresentar as melhores credenciais para afirmar seu valor. Por outro, Trump utilizou antes de suas campanhas a mesma tática, o que o levou a precisar se defender quando se tornou o presidente em exercício. Trump atacou Obama em 2011, ao afirmar “Ouvi dizer que ele era um estudante horrível, terrível. Como um estudante ruim chega a Columbia e depois a Harvard? [...] Que ele mostre seu histórico” (SANDEL apud TRUMP, 2011). Também chegou a questionar a cidadania de Obama como fonte de questionamento de suas credenciais.

Algo que Trump não esperava é que seria alvo de duras críticas quanto a suas escolhas de vocabulário, capacidade argumentativa e a seleção e organização de informações. Trump afirmou várias vezes, frente a um constante questionamento, seu QI alto e sua confiança em não precisar de conselheiros políticos devido à sua ótima formação e inteligência. (SANDEL, 2021, p. 124.)

Frente às críticas que recebia, Trump sentiu a necessidade de reforçar certas defesas de suas credenciais e sua inteligência. Por diversas vezes invocou frases sobre sua inteligência, sobre as credenciais universitárias de seus secretários e ainda sobre seus genes serem bons uma vez que sua família possuiu pessoas de diversas carreiras notáveis, como um suposto tio professor no MIT (SANDEL, 2021, p. 125). Trump também retomava sempre suas credenciais acadêmicas, citando o fato de que estudou dois anos na Universidade de Fordham, se transferindo logo após para a Universidade da Pensilvânia, fato pelo qual se orgulhava muito ao afirmar que estudou na melhor universidade do mundo. Suas constantes tentativas de se afirmar eram vistas por seus críticos como cômicas. Fato é que, as declarações de Trump

mantinham vivas o ressentimento surgido pela arrogância meritocrática das elites (SANDEL, 2021, p. 125).

A necessidade de combater uma visão de que suas credenciais não são as melhores, e reafirmar que você enquanto sujeito é inteligente, além de apontar para características pessoais dos sujeitos, reflete uma possível humilhação causada por uma sociedade meritocrática. Trump, não somente brigava a ferro e fogo com as elites, mas também implorava por sua atenção e sua aprovação. Quando criticado durante sua campanha presidencial em 2016, Trump respondeu que sua necessidade em citar constantemente suas credenciais era uma resposta ao preconceito recebido por suas ideias.

Se eu fosse candidato liberal democrata, diriam que sou uma das pessoas mais inteligentes em qualquer lugar do mundo. É verdade! Mas, quando se é conservador republicano, eles tentam – ah como eles humilham. Por isso sempre começo: “Estudei em Wharton, fui um bom estudante, estudei ali, estudei acolá, fiz isso, construí uma fortuna”. Você sabe, eu tenho que informar minhas, tipo, credenciais o tempo todo, porque estamos um pouco em desvantagem. (TRUMP, 2017)⁷⁴

Mas esta predefinição não refletia apenas a humilhação que pode surgir de uma sociedade que segrega baseada nas credenciais acadêmicas. Também demonstra uma confiança social na educação, em especial no ensino superior como principal fonte de solução para os problemas econômicos dos EUA, ou seja, a peça central do combate à desigualdade. Além de Trump, outro presidenciável marcante também invocava uma grande defesa do discurso que através do credencialismo, se tornou uma arma para a tirania do mérito. Obama, defendia fortemente o ensino superior, uma vez que não somente o trabalho árduo seria responsável pela ascensão econômica em tempos atuais.

Antigamente, se você estivesse disposto a trabalhar duro, você não precisava, necessariamente, de uma formação educacional excelente. Se você tivesse apenas feito o ensino médio, talvez você conseguisse um emprego em uma fábrica ou no distrito têxtil. Ou talvez você fosse capaz de simplesmente conseguir um emprego que o permitisse receber salários, acompanhar o ritmo de pessoas que tiveram a chance de ir para a faculdade. Mas aqueles dias acabaram, e aqueles dias não voltarão. Vivemos em uma economia global do século XXI. E em uma economia global, empregos podem ir para qualquer lugar. As empresas estão à procura das pessoas com melhor formação educacional, onde quer que elas morem [...]

⁷⁴ Presidente Donald J. Trump, “Comentários em um comício: ‘Faça a América grandiosa novamente’ em Phoenix, Arizona.” 22 de agosto, 2017. disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/remarks-make-america-great-again-rally-phoenix-arizona>

Agora, há bilhões de pessoas de Beijing a Bangalore, a Moscou, todas as quais estão competindo diretamente com você [...] Se você não tem uma formação educacional boa, será difícil encontrar um emprego que pague um salário suficiente para viver. (OBAMA, 2013)⁷⁵

Todavia, esta característica que se acentuou nos governos de Clinton e Obama, é parte de um projeto de meritocracia que não se preocupa em fornecer qualquer tratamento para aqueles que ficam de fora da conta meritocrática. Em *Listen, Liberal – or What Ever Happened to the Party of the People?* Thomas Frank tece algumas críticas a toda a forma como a sociedade estadunidense, guiada por decisões do partido liberal, levou a incorporar um critério que gera uma arrogância tão gigante e tão danosa à noção de povo em geral. Na visão do autor, a educação superior como uma solução total do problema da desigualdade, aponta para um culpado: os perdedores. Frank (2016, p. 33) nega defende que a sociedade norte-americana nega o fato de que o sistema fracassou em vários aspectos e o coloca como o fornecedor de condições justas para todos os indivíduos, deixando o problema nas mãos dos perdedores. Se as condições são justas, aqueles que ainda permanecessem na desigualdade foi por que quiseram ou por que são perdedores. Uma dura frase que se tornou sentimento diário naqueles que se sentem lesados por não conseguirem o espaço do sonho americano. Nas palavras do autor

Para a classe liberal, qualquer problema econômico grande é, na verdade um problema de educação, um fracasso dos perdedores em aprender as habilidades certas e obter as credenciais que todo mundo sabe, serem necessárias na sociedade do futuro. De modo algum isso é de fato uma resposta; é um julgamento moral feito de cima para baixo por pessoas bem-sucedidas, a partir do ponto de vista do sucesso delas. A classe média alta é definida por sua conquista educacional e, sempre que dizem ao país que o necessário é mais formação educacional, estão dizendo: desigualdade não é um fracasso do sistema: é um fracasso seu. (FRANK, 2016, p. 34-35)

É claro, porém, que o papel que a educação superior desempenha é crucial e de suma importância. Ninguém pode negar que o acesso à cursos superiores é algo desejável para qualquer sociedade que queira se portar como justa, plural e que combate as desigualdades rumo a uma melhora social. Todavia, é problemático e demasiado pesada a alocação de todos os problemas de desigualdade sobre os ombros da correção através de melhores formações educacionais. Ainda mais quando

⁷⁵ Presidente Barack Obama, “Comentários na escola de ensino médio Pathways in Technology Early College High School na cidade de Nova York”. 25 de outubro, 2013. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/remarks-pathways-technology-early-college-high-school-new-york-city>

levamos em conta anos de globalização que fizeram com que o mercado de trabalho se tornasse escasso e competitivo, em constante reformulação e sem qualquer garantia de estabilidade. Sandel (2021, p. 131) menciona que como resultado, o credencialismo não somente divide e gera preconceito e arrogância nas elites, ele também corrói a estima social de quem não fez uma faculdade. Uma vez que a maior parte da população americana não possui diploma universitário, o resultado já pode ser adiantado: a maior parte é descrita como perdedora pelas elites.

Incentivar mais pessoas a fazerem faculdade é uma coisa muito boa. Tornar a universidade mais acessível às pessoas com meios mais modestos é ainda melhor. No entanto, como solução para a desigualdade e para a situação difícil de trabalhadores que tiveram prejuízo durante as décadas de globalização, o foco exclusivamente voltado para a educação teve um efeito colateral prejudicial: a corrosão da estima social das pessoas que não fizeram faculdade. (SANDEL, 2021, p. 161)

Na visão de Sandel isto se deu de duas maneiras: a primeira, uma vez que a maioria da população não possui diploma, ao culpabilizar os sujeitos por suas condições difíceis em termos econômicos, as elites reforçam o suposto caráter de inferioridade das classes mais baixas. A segunda, moralizam o fracasso e o sucesso, gerando um preconceito contra os fracassados a um nível similar ao que chamamos de imoral. Aquele que não ascendeu socialmente, que não possui as melhores credenciais, não somente é um inferior, mas chega ao nível do pecador citado na seção anterior. Um pecador é imoral pois comete atos que estão sendo punidos. O perdedor atual é aquele que paga por sua displicência, falta de talento, esforço e aquisição de habilidades necessárias para um mundo globalizado. A dignidade do trabalho realizado por estas pessoas que recebem muito menos e são vistas como indignas pelas elites é mais uma das consequências duras de um sistema meritocrata. Nas palavras de Sandel

Isso ocorreu de duas maneiras, ambas relacionadas a comportamentos que correm a dignidade do trabalho e da classe trabalhadora. Primeiro, a maioria dos estadunidenses não tem diploma universitário. Para quem vive o dia a dia na companhia dos profissionais gerenciais de classe média alta, isso pode ser uma surpresa. Apesar de a quantidade de formaturas terem aumentado nas décadas recentes, apenas aproximadamente um em cada três estadunidenses adultos se formou em um curso universitário de quatro anos. Quando elites meritocráticas colocam sucesso e fracasso tão perto da habilidade de uma pessoa em conquistar um diploma universitário, de forma implícita culpam quem não tem diploma por estar em condições difíceis na economia global. (...)

Segundo, quando dizem a trabalhadores que suas dificuldades são consequência de sua formação educacional inadequada, meritocratas

moralizam sucesso e fracasso e inconscientemente, promovem o credencialismo – um preconceito insidioso contra quem não fez faculdade. (SANDEL, 2021, p. 132)

Sandel continua sua crítica, mencionando o preconceito credencialista como

O preconceito credencialista é sintoma da arrogância meritocrata. Uma vez que os pressupostos meritocráticos enrijeceram nas últimas décadas, as elites adquiriram o hábito de desprezar quem não ascende. A constante exigência para que trabalhadores e trabalhadoras melhorem sua condição por meio de um diploma universitário, ainda que bem intencionada, no fim das contas valoriza o credencialismo e enfraquece o reconhecimento e a estima social para as pessoas que não tem as credenciais que o sistema recompensa. (SANDEL, 2021, p 132)

Em uma pesquisa⁷⁶ realizada por estudiosos na revista *Journal of Experimental Social Psychology* pode ser notado uma amostra de dados a favor das críticas de Sandel. Ao oferecerem uma lista revisada de grupos desfavorecidos, incluindo, imigrantes, afro-estadunidenses, classe trabalhadora, pessoas obesas, mulheres trans e pessoas que possuem uma menor formação educacional, os pesquisadores coletaram uma resposta que demonstra um pouco deste sentimento de arrogância das elites, que pela cultura e pelos discursos, é repassado também às classes mais baixas: Os participantes elencaram, em grande maioria, as pessoas com menor formação educacional como aqueles mais desfavorecidos na sociedade estadunidense.

Este sentimento de que os menos favorecidos são aqueles que são menos instruídos, é em grande parte devido ao credencialismo que, fundamentado na retórica da ascensão, causa um enorme estrago em valores sociais, éticos e psicológicos que uma sociedade deveria procurar evitar. Se as consequências da meritocracia são de fato tão ruins e o mérito, critério de suma importância, acaba criando uma sociedade como a estadunidense, o que pode e deve ser feito para combater, em uma sociedade marcada culturalmente e em constante desenvolvimento, seus efeitos?

4.4 AFINAL, COMO RESOLVER OS PROBLEMAS DA MERITOCRACIA?

Praticamente registrada como uma sabedoria popular, incentivada principalmente em momentos de estudos, anotar ponto a ponto pode ser uma das

⁷⁶ Kuppens et al., Educacionismo e a ironia da meritocracia: comportamentos negativos de pessoas com baixa formação educacional direcionados a pessoas com menos formação. *Journal of experimental social psychology*, 76, maio de 2018, p. 429-447.

saídas mais frutíferas para encontrar soluções para nossos problemas. Nesta seção, propõe-se primeiro, como ponto de partida, uma formulação mais clara e direta de cada um dos efeitos e problemas levantados por Sandel no que diz respeito à meritocracia, ou seja, a apresentação de seus argumentos contra o sistema meritocrata estadunidense. Em seguida, demonstro algumas tentativas de propostas de intervenção sobre o que fazer em um cenário com tal serão elencadas. Buscar-se-á apresentar as propostas de Sandel para a retomada gradual de uma sociedade saudável, bem como apresentar algumas considerações próprias acerca dos argumentos trabalhados nesta seção.

Realocando a tirania causada pela meritocracia em seu devido lugar, a saber, como uma ideologia constituída historicamente por uma série de ideais que encontram espaço e se reforçam em um sistema neoliberal, pode-se formular seus problemas em dois grupos da seguinte maneira:

- I- Problemas decorrentes de sua implementação enquanto critério de justiça e parte de princípios publicamente reconhecidos.
- II- Problemas decorrentes de sua efetivação, que levam à corrupção do bem-comum.

Em I, os argumentos rawlsianos e liberais como um todo são vistos como opositores à meritocracia. Formulando mais claramente, o grande argumento de Rawls em oposição à Meritocracia se resume em:

- *Há uma fundamentação moral arbitrária por trás do conceito de mérito, que impossibilita o reconhecimento e aplicação do mesmo enquanto um dos critérios de justiça para uma sociedade aberta e democrática.*

Tal fundamentação arbitrária se concentra do fato de que os talentos e habilidades utilizados como fundamentos para reivindicações de mérito são imerecidos e alocados arbitrariamente na sociedade. Portanto, toda a carga de responsabilidade social requerente em sociedades que valorizam o mérito individual estaria fundadas em fatos que não são de nossa responsabilidade. Tal problema impossibilitaria uma real consideração do mérito como princípio de justiça.

Rawls também possui duas outras críticas a contribuir grandemente contra a defesa de uma meritocracia. A primeira delas, a) consiste na interpretação dos princípios, aqui expandidos para quaisquer princípios que possam surgir com base na teoria rawlsiana, que estabelece como critérios mínimos não somente a igualdade de

oportunidades equitativa, mas também o reconhecimento democrático do valor do outro. Isto, para este trabalho, contribui grandemente aos problemas citados por Sandel com relação ao credencialismo e a divisão massiva da sociedade estadunidense. Por óbvio, os sujeitos não precisam ser melhores amigos, nem muito menos devem ser privados de desaprovar atitudes que outros tomam. Todavia, o que fazem quando discordam é o que de fato importa.

Em uma sociedade na qual os indivíduos reconhecem seus concidadãos como iguais perante os princípios, através de um princípio que não apresenta somente a isonomia legal, mas que garante uma espécie de pluralismo de visões e formas de vida, é esperado que sujeitos que, no caso estadunidense, são considerados perdedores e, portanto, são humilhados e tratados com desprezo sejam vistos como parte do sistema político, respeitados e valorizados por suas contribuições e escolhas para a manutenção da ordenação dos princípios. Não identifico aqui, a possibilidade de um critério de justiça baseado no mérito que consiga fornecer ferramentas para um reconhecimento democrático dos outros sujeitos, em termos plurais, ao menos não nos exemplos investigados. A carga de valores e tratamentos que uma meritocracia traz consigo ao aplicar fortemente os conceitos de sucesso e fracasso, impendem grandemente o respeito e igual consideração com os supostamente fracassados.

Já o segundo, b) decorre da exploração da função dada por Rawls para o reconhecimento e respeito da pluralidade democrática. Rawls sugere que, de antemão, uma sociedade deve se ocupar de fornecer o máximo de liberdade quanto seja possível e plausível. Isto, argumenta Rawls, significa que uma teoria da justiça deve primar por garantir espaço e liberdade para o maior número de concepções de bem possível, ou seja, concepções do que compõem uma vida boa e quais objetivos devem ser seguidos (RAWLS, 2008, p. 35). Em outros termos, uma concepção de bem reflete um ideal, possuído por cada sujeito, do que uma vida com bem-estar e felicidade possui, além de quais etapas esta pessoa deve cumprir para atingi-la. Também podemos resumir e dizer que são preferências racionais sobre seus próprios planos de vida. As sociedades como um todo, não podem, taxar ou impedir sujeitos de realizar suas próprias concepções de bem segundo Rawls e um dos objetivos da esfera social é garantir abertura para a realização das mesmas.

Uma vez que a meritocracia incentiva, premia e promove uma competição desenfreada por uma concepção de bem, um estilo de vida baseado em conquista

material consumista, a esfera social estadunidense estaria, quando reconhecesse um princípio como o mérito publicamente como a figura principal para a distribuição social, apenas um modo de vida como o correto, ou em termos rawlsianos, apenas uma concepção de bem estaria sendo incentivada a todos. Em outros termos, quando a meritocracia, ao se instaurar culturalmente em sociedades cuja forma de moldar o Estado é voltada à ideais de mercado, elege através de sua retórica qual é o padrão de vencedor e de sucesso, ela ataca toda a pluralidade de modos de vida que existem em uma sociedade democrática. A liberdade de um sujeito em viver sem a exacerbação de bens materiais como carros e casas, mesmo que possua as melhores credenciais acadêmicas, é deixada em segundo plano, uma vez que, do ponto de vista da cultura pública meritocrata, ainda será um perdedor.

Há ainda a contraparte: Não somente apenas uma concepção é valorizada, como todas as outras, que não cumprem certos critérios, como boa titulação acadêmica e ascensão econômica, são taxadas, uma vez que são punidas com humilhação e desprezo. Desta forma, qualquer sujeito poderia afirmar que uma sociedade como esta, está lhe punindo em razão de suas preferências – racionais e informadas -, o que é difícil de aceitar. Neste sentido, pode-se argumentar que os argumentos de Rawls quando fora da normatividade, ainda se mantêm consistentes pois, estão em conformidade com o maior exemplo de uma meritocracia que possuímos na realidade: a tirania do mérito estadunidense.

Já II, se volta para as consequências da investigação de Sandel acerca da esfera social estadunidense. As razões pelas quais pode-se chamar a incorporação do mérito na sociedade norte-americana de tirania, são, na visão do autor:

- O excesso de responsabilidade individual dado pelo sistema, que gera uma incompreensão de certos fatos.
- A arrogância das elites geradas pelo falso sentimento de conquista, merecimento e superioridade, as levando a adotar preconceitos, desprezo e tentativas de humilhação para com os perdedores.
- A confusão causada pelas retóricas meritocráticas acerca da esperança e do fato.
- A quebra da dignidade do trabalho, juntamente com a destruição da estima social dos perdedores.
- A manutenção da desigualdade.

- A falta de consistência e responsabilidade das elites e governantes em assumir um compromisso sério para combater os problemas econômicos por vias moderadas e que respeitem o bem-comum.
- A quebra do espaço público do debate, minando assim a pluralidade e destruindo o bem-comum.

O excesso de responsabilidade pode ser entendido de forma simples e direta: a meritocracia busca, através de mecanismos culturais, impor uma visão muito forte sobre o quão somos responsáveis sobre o que ocorre em nossas vidas. Se nos primeiros momentos da relação entre mérito e cultura, a saber nas influências cristãs, os infortunados eram pecadores, destinados à danação pelo que fizeram, atualmente, os infortunados são os perdedores. O são, pois não se esforçaram, não alcançaram a ascensão que aqueles de caráter superior, dedicados e inteligentes conseguiram alcançar. Sorte e acaso, nascimento e privilégios são reduzidos às questões de *agência* e *querer*. Psicologicamente se reduz o mundo e os fatos à um poder de influência que o desejar possui sobre a realidade. Pragmaticamente, reduz tudo ao espaço da culpa e mérito, alienando as supostas conquistas à merecimento e boa conduta moral, enquanto que a falta destas à culpa do agente e sua imoralidade. Aos imorais, ainda é reservado o espaço da inferioridade, com um sentimento que corrompe e destrói toda sua noção de pertença social e participação democrática.

Este excesso de confiança na responsabilidade leva as elites a se tornarem arrogantes. Qual o problema desta arrogância? Quando aqueles que, inegavelmente comandam uma sociedade, desde suas decisões até mesmo às manifestações culturais, sente-se superior às demais classes menos abastadas economicamente, as situações tendem a propiciar conflitos indesejados. As elites não somente dominam por seu poderio, mas também por sua influência. É devido grande parte à influência delas que o sentimento de inferioridade é inculcado nos mais pobres.

Aqueles que possuem o domínio e movimentam as formas de agir e pensar, tratam como uma questão de mérito e conquista todas as posições sociais. Do ponto de vista das elites, elas são os vencedores, aqueles escolhidos, por mérito, para herdarem o *status* de superiores. Do ponto de vista dos vencedores, os perdedores são inferiores, não possuem o que faz de alguém passível de reconhecimento intelectual ou crescimento social, a saber os melhores diplomas universitários. Não dão valor ou se esforçam para, através dos sistemas supostamente igualitários,

ascender e conquistar boas posições. São apenas aqueles que não importam. Não importam ao ponto de não estarem se dedicando a combater o problema da desigualdade, culpa aliás, dos próprios perdedores. Do ponto de vista dos perdedores, a humilhação surgida com o tratamento desprezível das elites, que muitas vezes são admiradas e fontes de inspiração para eles, é uma das consequências mais danosas para o bem-comum social.

O terceiro argumento de Sandel contra a tirania do mérito é o fato de que uma de suas principais ideias, a *retórica da ascensão*, confunde esperança com descrição da realidade. Isto leva a uma crença, desde às elites até mesmo aos mais pobres, de que ao afirmar a possibilidade de ascensão econômica, a meritocracia descreve um futuro garantido e próximo, basta trabalhar arduamente e se dedicar a passar nas melhores universidades. Já mencionamos na primeira seção os problemas envolvendo o ingresso nas universidades americanas. Novamente, do ponto de vista dos vencedores, quer por seus privilégios familiares, quer por seus privilégios econômicos para desenvolver habilidades, eles identificam em seu “sucesso” uma confirmação para a confusão entre esperança e descrição da realidade. Aos perdedores, resta constatar seu suposto fracasso e engendrar dentro de si sentimentos de auto depreciação, uma vez que valores sobre a ascensão em geral já estão engendrados em seu pensamento. Certamente sentimentos como tal são totalmente o oposto do que se busca em uma sociedade estável e de bem-estar.

Juntamente com a perda da auto estima e auto depreciação, aqueles que não conseguem se encaixar no mercado de trabalho, seja por não possuírem as credenciais desejadas, seja porque depois de uma vida dedicação ao exercício de uma profissão de carreira e tradição, tem também a estima social atacadas e perdidas. Os desempregados, são certamente os mais afetados pelo pensamento de que aqueles que não ascenderam economicamente são inferiores e devem ser vistos como tal pelas elites. Todavia, mesmo que afetados em grau menor, a estima social daqueles que desempenham serviços tratados como menos intelectuais, braçais ou ainda, que trazem consigo certas tradições de práticas culturais, é também atacada e diminuída. O que importa para a cultura geral são as posições sociais cujos empregos são intelectuais, ou pelo menos possuem como pré-requisitos boas credenciais universitárias. O valor do trabalho é tratado moralmente através de princípios de valor de mercado. Aqueles que geram uma economia maior, possuem maior acúmulo de

capital e são mais condizentes com aplicações de um mercado aberto são tratados como os trabalhos moralmente superiores, pois sua contribuição é medida em termos de valor. Isto aparentemente sugere que a importância e a dignidade de certos trabalhos são superiores a outros. Manter uma tradição de criação de artesanato ligada às raízes dos povos nativos norte-americanos ou a fina tarefa da construção de pontes é sem dúvidas, dentro do pensamento meritocrático, uma tarefa inferior ao trabalho de contadores. Isto vai totalmente ao contrário do que Andrew Lister sugere, em seu artigo *Markets, Desert and Reciprocity*.

O produto, ou contribuição, é sempre medido em termos de preço. O que não corresponde a valor ético ou importância humana. O valor monetário de um produto é uma questão de “demanda”, que por sua vez, reflete os gostos e o poder de compra do público consumidor e a disponibilidade de mercadorias substitutas. Todos esses fatores são, sobretudo, criados e controlados pelo funcionamento do sistema econômico, propriamente dito (...). Assim, seus resultados não podem conter em si nenhuma importância ética como padrão para julgar o sistema. (LISTER, 2017. p. 47)

O que a meritocracia faz, é transformar o valor de mercado, ou seja, o preço da contribuição de cada trabalho em valor ético que data a importância de cada vida humana baseada na demanda do mercado. Esta é uma maneira extremamente dura de enxergar a relação, tão citada pelas igrejas cristãs, de que o trabalho dignifica a vida humana. Para a meritocracia, juntamente com os grandes ideais de mercado de sistemas neoliberais, a dignidade se dá pelo valor de seu trabalho. Vender doces em um carro não é importante para a economia como vender “sonhos” (casas) a famílias felizes. Este trato com inferioridade retira toda a estima social, seja dos desempregados, cujo valor é zero, seja daqueles que trabalham nos empregos “menos importantes”.

Na visão de Sandel, a meritocracia, juntamente ao pensamento de Rawls, não consegue dar conta de através de suas supostas posições abertas e de uma igualdade de oportunidades, combater as desigualdades. Ela é, na visão do autor, uma própria mantenedora de tais desigualdades. Mesmo para aqueles que não são defensores de um estado igualitário, a maior parte das desigualdades sociais devem ser combatidas. Não estamos a falar em um modelo norte-americano em que todos ganhem exatamente o mesmo. Estamos a falar sobre a redução da precariedade do acesso das demais classes que não às elites. Já mencionamos os avanços dos governos liberais estadunidenses em combater algumas das desigualdades como raça e

gênero. Também citamos as discussões sobre a posse econômica das elites estadunidenses, bem como os dados sobre mobilidade social das cinco partes econômicas que compõem o país. Atualmente, todavia, a composição da classe de educação superior estadunidense, segundo Sandel, se manifesta através dos seguintes dados⁷⁷

- A maioria dos estudantes em faculdades e universidades eletivas são de famílias abastadas; pouquíssimos são de contextos de baixa renda. Mais de 70% daqueles que estudaram nas aproximadamente cem faculdades mais competitivas dos Estados Unidos vem do quarto superior da escala de renda; somente 3% vêm do quarto inferior.
- A desigualdade de riqueza em matrículas nas universidades é mais severa no topo. Em universidades da Ivy League, Stanford, Duke e outros lugares de prestígio, há mais estudantes do 1% de famílias mais ricas do que toda a metade inferior do país. Em Yale e Princeton, apenas aproximadamente um estudante em cada cinquenta vem de uma família pobre (20% da base).
- Se você vem de uma família rica (1% do topo), suas chances de estudar em uma instituição da Ivy League são 77 vezes maiores que se você vier de uma família pobre (20% da base). A maioria das pessoas da metade inferior da escala de renda faz um curso superior de dois anos ou não faz faculdade. (SANDEL, 2021. P 236)

Aparentemente combater os problemas da globalização não é um projeto de primeira escolha dos presidenciáveis estadunidenses. Como o próprio Obama menciona, tal cenário chegou para ficar e não irá embora. Isto significa que, ao depositar todas as chances para combater a desigualdade na educação, em especial no ensino superior, a sociedade norte-americana deveria estar, ao menos colhendo frutos da redução da desigualdade social, principalmente aquela que mais afeta a ascensão social, a saber a econômica. Todavia, os dados apontam para o contrário. Não há mobilidade social na aquisição da principal ferramenta de ascensão social, a saber, a aquisição das melhores credenciais. Neste sentido, a meritocracia não é um sistema que cumpre sua promessa de redução das desigualdades, pelo contrário, executa a manutenção das mesmas sob o pretexto do mérito individual e da

⁷⁷ Pesquisas citadas por Sandel aqui são em sequência:

Jennifer Giancola e Richard D. Kahlenberg. “Mérito verdadeiro: garantindo que nossos estudantes mais brilhantes tenham acesso a nossas melhores faculdades e universidades”. Fundação Jack kent Cooke, janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.jkcf.org/research/true-merit-ensuring-our-brightest-students-have-access-to-our-best-colleges-and-universities/>

Cherry *et al.*, “Boletins da mobilidade: o papel das faculdades na mobilidade intergeracional”. NBER Working Paper, julho, 2017. Disponível em:

Chetty *et al.*, “mobility card report”, p. 1. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2017/01/18/upshot/some-colleges-have-more-students-from-the-top-1-percent-than-the-bottom-60.html>

responsabilidade pessoal. Joga, desta forma, para o indivíduo a responsabilidade por sua vida e por conseguinte, pelas desigualdades que o atinge.

Isto reflete a falta de responsabilidade das elites, que em geral governam, em assumir um papel de compromisso com a redução real da desigualdade social. Ao empurrar para os sujeitos, ela nega o problema do sistema e afirma a incapacidade das classes mais baixas. As estratégias para equiparação das oportunidades são tomadas sempre tendo em vista uma responsabilidade exagerada e condicionada tanto por elementos externos, quanto por ideais que representam apenas o lucro dos mercados, como por exemplo o SAT. Tudo isso gera um clima de abandono com o bem-comum social, uma vez que a grande preocupação é, supostamente, garantir ao livre mercado e aos sujeitos que possuem poderio econômico, liberdade para movimentarem a roda da economia, não deixando o país parar. Quando uma sociedade se preocupa mais com um sonho de consumismo e aquisição econômica do que com valores como solidariedade, empatia, valor comunitário e reconhecimento democrático, é preciso concentrar os esforços em combater as retóricas que podem levar, em um mundo cada vez mais tecnocrata e globalizado, a extinção de empregos, modos de vida, perda de liberdades e ainda, o esmagamento das classes mais baixas, cujo valor é tratado com menos significativo do que o valor da vida daqueles que ascenderam socialmente ou ainda já estavam no alto desde que nasceram. Esta perda do valor humano, da pluralidade de vidas sustentáveis no meio social e da perda de valores que socialmente são relevantes é o resumo dos últimos argumentos de Sandel. O bem-comum, ainda não totalmente perdido, é na visão do autor, ameaçado a cada minuto em que as teses meritocratas destroem a concepção mais saudável que possuímos acerca de uma sociedade: um modelo de cooperação. Todavia, o que fazer para salvar o que resta, ao menos no cenário americano, do bem-comum, das políticas de bem-estar, da garantia da legitimidade democrática e do combate às desigualdades antes de um possível colapso?

Partindo de nossa discussão no capítulo 2 e da sugestão de Sandel, "superar a tirania do mérito não significa que mérito deveria ficar sem função na distribuição de empregos e papéis sociais." (SANDEL, 2021, p. 223) para superar a tirania do mérito que aliena todas as esferas da vida social e política dos cidadãos à uma competição desenfreada, arrogante e humilhante, instigada por vários elementos culturais, não é preciso acabar com qualquer espaço e influência do conceito de mérito. Ao contrário,

é necessário repensar a maneira como socialmente, certos valores estão centralizados, guiando a vida diária dos sujeitos.

É preciso separar, primeiro a identificação de sucesso com o conceito de ascensão econômica e acúmulo de capital. Se pretendemos uma sociedade livre, não podemos instituir um guia para quais são os modos de vida que são fracassados e aqueles que são sucesso. Também não podemos impor o conceito de sucesso dentro de uma conta de multiplicação monetária guiada pelos mercados. De sucesso, era esperado que, seu conceito estivesse ligado muito mais a uma noção de felicidade subjetiva do que a quaisquer critérios de verificação econômicos. Ao obter sucesso na vida, deveria significar que meus ideais e objetivos, minha concepção de bem, minhas buscas por ampliar o bem-estar de forma que me levasse a alcançar aquilo que me faz feliz, foram alcançados. É claro, se angariar e acumular riqueza é o objetivo de vida de um sujeito, quando alcançado, ele chegou ao sucesso. Se, pensando em um projeto de vida sustentável, um cidadão resolve plantar, ao longo de sua vida cem mil árvores, ao mesmo passo em que cuida das mesmas e vive em harmonia com a natureza, este cidadão conseguir cumprir seu objetivo e se sentir realizado, orgulhoso e digno da vida que possuiu, deveria significar que teve sucesso em sua vida. Ou desligamos a noção de sucesso aos moldes meritocratas da noção de um pré-requisito objetivo para uma vida feliz, ou o sucesso envenenará a forma como de maneira saudável relacionamos bem-estar e liberdade individual. A proposta deste trabalho, é que é preciso uma reinterpretação da concepção de sucesso, mais ligada à realização e satisfação de concepções de bem, não desligada da noção de bem-estar, mas que de forma unida à liberdade dos modos de vida, consiga combater a arrogância advinda de uma noção de boa vida baseada em uma alienação ao mercado e seus objetivos de acúmulo e competição.

Em segundo lugar, é preciso repensar totalmente a forma como a meritocracia enxerga um sistema social. Como citado acima, a ideologia implica em uma interpretação que leva os sujeitos a se enxergarem como inimigos, adversários em uma sociedade de extrema competição. Quando pensamos uma sociedade como uma competição, é difícil enxergar em seu inimigo, valor e reconhecimento. Mesmo citada várias vezes na literatura filosófica, uma interpretação da esfera social como um sistema cooperativo, como por exemplo a visão rawlsiana, pode significar um grande avanço contra as divisões e preconceitos causados pelas retóricas meritocratas. A

difusão desta visão, todavia, é de suma importância para o convencimento da maior parte das pessoas de que elas não são inimigas umas das outras. Pelo contrário, são cooperados que necessitam de uma série de mecanismos e da valorização umas das outras para tornar a vida menos desigual e menos cruel. As lentes meritocratas fazem com que os sujeitos vejam o mundo de uma forma cruel e de pouca empatia. Não são pessoas que estão sendo deixadas para trás, são apenas perdedores que fizeram por merecer.

As políticas de admissão de ingresso nas universidades norte-americanas também deveriam ser revistas e reformuladas, não para que deixem de levar em conta os talentos e habilidades dos sujeitos, mas de forma que, pudessem compensar alguns dos problemas de financiamento estudantil e valores exorbitantes nas mensalidades. Enquanto sobem as mensalidades, as universidades investem em financiamento estudantil de forma branda, sob um argumento muito plausível, o aumento gigante que dívidas estudantis podem alcançar e colocar os estudantes sob um grande problema financeiro para o resto de suas vidas. Todavia, pensar mecanismos como um maior investimento em cursos técnicos e preparatórios, incentivos e cursinhos para o SAT de forma pública e gratuita, diminuir os incentivos de vagas para filhos de ex-alunos e doadores prestigiados ou ainda, separar algumas vagas, conforme aponta Sandel (2021, p. 256) para serem distribuídas por um critério de loteria, podem ajudar na acessibilidade grotescamente desigual existente no ensino superior estadunidense.

Combater o credencialismo não é, todavia, uma tarefa tão fácil. Ele requer que valorizemos a dignidade do trabalho juntamente com o reconhecimento e o entendimento do papel da educação, não como ascensão econômica única, mas como formador cultural, científico e social de uma nação. Retirar o estigma de inferioridade daqueles que possuem menos credenciais, exige que, em primeiro lugar as instituições mais prestigiadas contribuam mais socialmente no que diz respeito a assumir o papel que lhes foi supostamente dado: combater as desigualdades. Em segundo lugar, é necessário que os empregos não sejam vistos como menos ou mais valorosos em termos morais, retirando assim a arrogância das elites baseadas em sua suposta superioridade moral. Por fim, é necessário que, publicamente, os discursos que muito impactam socialmente, sejam feitos em concordância a combater os problemas de desigualdade e da globalização como um erro do sistema e não como

uma culpa dos menos abastados, credenciados ou que possuem modos de vida não tão tradicionais.

O combate à arrogância meritocrática também requer o incentivo de valores como a humildade, empatia e solidariedade. É preciso, de alguma forma, que a ideia de que tudo o que as elites conquistaram foi fruto de sua responsabilidade pessoal, seja deixada de lado. De forma humilde, elas precisam compreender os privilégios e fatores do acaso, inclusive de acasos de demanda dos mercados, que fizeram com que suas fortunas fossem criadas. Ao reconhecer seus privilégios e sua sorte, mais facilmente a noção de superioridade se esvai e com ela, a possibilidade da empatia com o outro, bem como a solidariedade podem ser cultivadas e alimentadas.

A criação e valorização de programas de políticas de trabalho por parte dos governos é outra possível forma de combater os males da tirania do mérito. Uma vez que um dos grandes problemas envolvendo a estima social é a falta de oportunidades para aqueles que não conseguiram alcançar as melhores universidades, capacitar tecnicamente os trabalhadores ativos e novos nos empregos não tão prestigiosos, unida a uma valorização dos trabalhos e trabalhadores em geral, pode ser uma saída para enfrentar a desigualdade que assola aqueles que não ascendem socialmente devido ao fato de não possuírem diplomas da *Ivy league*, por exemplo. Estes incentivos podem ser também uma das formas de diminuir o ressentimento sentido pela classe média e trabalhadora para com as elites e os governantes, uma vez que os culpam também por suas situações e se ressentem pela forma como são tratados. Quando credenciais importam menos do que a humildade e o respeito ao valor e a dignidade do outro, a visão deturpada, humilhante e ressentida pela qual as classes de uma sociedade se olham pode ser diminuída ou até mesma deixada de lado.

Há ainda outro problema no que se refere à educação. Sandel fornece uma importância grande ao papel do ensino superior em toda a retórica da ascensão, mas não diz nada a respeito de como as outras etapas da educação de uma pessoa influenciam e são influenciada pelo modo meritocrático de pensar. Em resumo, incentivamos desde os primeiros anos às crianças e jovens a se comportarem e cultivarem valores de competição. Desde os primeiros aninhos, satisfazer as lições e desempenhar bem nos conteúdos da escola é recompensado, enquanto seu contrário, punido. Ao decorrer dos anos, a responsabilidade pessoal sob a criança aumenta e cada vez mais é culpa dela não aprender certas habilidades. Os problemas de

aprendizagem, foram tratados em grande parte como problemas de indisciplina ou transgressão de regras, deixando de lado os demais fatores que moldam uma vida em formação.

Muito debatida por pesquisadores da área da educação, a própria noção de avaliação é uma prova de que pensamos em classificar por desempenho – mérito – desde muito cedo os jovens. A consequência disto, é que Sandel não se preocupa em como os estudantes das classes mais baixas estão sendo levados a pensar de forma meritocrata, mas sim em como eles, após reprovarem em testes ou não conseguirem as melhores credenciais, irão se sair. É preciso, todavia, rever a forma como educa-se para o futuro de alguém. A forma de inculcar valores como humildade, solidariedade, virtude, preceitos democráticos, entre outros que são a base para o bem-comum, devem ser incentivadas desde cedo, uma vez que não se tornam um problema apenas para os perdedores da corrida pela ascensão econômica. Isto não somente serve ao modelo norte-americano. Pensando em um cenário brasileiro, há muito o que se refletir sobre quais valores estamos cultivando em jovens e crianças quando organizamos nossa educação, por exemplo, de forma conteudista e voltada para grandes vestibulares e para o famoso ENEM. Que habilidades deixamos de ensinar, por exemplo, no ensino de Filosofia, ao darmos prioridade para que o aluno decore o que à risca as páginas e frases ditas por uma seleção específica de filósofos?

5. CONCLUSÃO

Este trabalho dedicou-se a explorar três linhas argumentativas, das quais se tratam a) de apresentar uma chave de interpretação para o momento e localização de um fenômeno em específico, a meritocracia; b) apresentar uma linha de pensamento normativa baseada em John Rawls com o intuito de procurar demonstrar como a meritocracia possui diversos problemas para se defender da crítica de ilegitimidade de reivindicação moral para constituir a base de uma teoria da justiça e; c) apresentar a análise de Michael Sandel acerca das influências que levaram a sociedade estadunidense a adotar o conceito de mérito como base de seu arcabouço moral e cultural, elencando as teses e narrativas históricas que culminaram em uma sociedade marcada pela desigualdade social e pela destruição do espaço político denominado por Sandel de bem-comum.

Desta forma, penso eu que, ao buscar apresentar de forma geral o que uma meritocracia é no primeiro capítulo, bem como quais são as bases para que ela possa se apoiar em termos de manifestação política, é possível construir um paralelo entre as formas de governar e instigar no público geral o pensamento voltado a ideias de mercado, descritos como valores de conquista, acúmulo de capital e bens materiais, ascensão econômica e competição pelas melhores posições sociais. Em adendo a isto, o início do segundo capítulo foi dedicado a discorrer brevemente sobre o que certos teóricos consideram mérito, bem como demonstrar que a meritocracia vai além da defesa de uma propriedade relacional.

Ao ir além, um sistema meritocrata, porém, encontra dificuldades para responder às críticas realizadas por John Rawls, principalmente no que tange à arbitrariedade moral da utilização do mérito como base para princípios de justiça. Tal consideração foi realizada nas seções 3.2 e 3.3. Apesar do fato de que a meritocracia não se sustenta, ao menos segundo a argumentação Rawlsiana, enquanto um princípio racional para organizar e redistribuir a esfera social, ela ainda se mantém forte e viva dentro de vários sistemas políticos, em especial o norte-americano. Também procurei supor que, caso a meritocracia possuísse uma legitimação moral que fundamentasse-a enquanto critério de justiça, ainda seria necessário investigar e encontrar outras razões pelas quais ela contribui com um cenário amplo de desigualdade.

Diante disso, no terceiro capítulo, busquei apresentar toda a análise de Sandel acerca das condições de realização e dos impactos da meritocracia dentro do cenário estadunidense. Ao reafirmar as raízes religiosas protestantes, bem como os anseios pela noção de *escolhidos* e a liberdade individual, a cultura norte-americana acabou incorporando o critério de mérito e, ao longo dos anos, o elevou ao status de meritocracia. Através da união de uma série de fatores, o sonho americano pode ser visto como a expressão máxima de uma sociedade meritocrata, cuja promessa é a ascensão econômica e social através da dedicação, talento e trabalho duro.

As consequências duras de um sistema como este, construído histórico e culturalmente, foram exploradas durante todas as seções do terceiro capítulo, levando à conclusão de que, é preciso pensar em intervenções que freiem as constantes humilhações e ressentimentos gerados na esfera social estadunidense. Com uma série de retóricas, a meritocracia mina lentamente o bem-comum, enquanto aumenta

o espaço para o ressentimento, a divisão social e o preconceito contra aqueles que, por não conseguirem ascender, agora são tratados como perdedores.

Todas estas razões levam a crer que de fato, uma meritocracia, seja no papel, seja na prática, possui boas razões para que não seja incentivada, cultivada ou ainda vangloriada. Uma vez instaurada em um sistema político neoliberal, ela encontra as ferramentas necessárias para expandir suas teses e juntamente aos ideais neoliberais, minar recursos destinados a políticas de bem-estar, por exemplo.

Na seção 4.4, procurei resumir os argumentos dados pelos autores, bem como apresentar e sustentar algumas tentativas de combater um fenômeno tão forte e engendrado culturalmente. Não existe, todavia, uma receita de bolo para combater ideologias dominantes em territórios cujos valores de liberdade de pensamento são cultivados desde muito cedo. Podemos depositar nossas fichas na consciência de que o melhor argumento vence e, esforçar-se para convencer a maior parte das pessoas de que pensar desta forma traz mais consequências negativas que boas para suas vidas e de seus concidadãos.

Em um mundo marcado por grandes eventos, desde pandemias globais a guerras entre países do eixo europeu do globo, manter ameaças como uma divisão por credenciais afastada talvez seja uma das boas moções populares a serem tomadas, por exemplo, no Estado brasileiro. Mesmo que Sandel aponte para uma outra realidade, alguns paralelos econômicos e culturais podem ser traçados com o cenário vivido por grande parte da população brasileira. A preocupação com a educação, ponto chave das políticas liberais estadunidenses deve ser vistas como pistas e ensinamentos para um país que ainda caminha vagarosamente rumo ao incentivo à educação e ao ensino superior.

Como já apontado neste trabalho, nossa saída não é abandonar todas as concepções de merecimento que possuímos enquanto sociedade. Enquanto critério de avaliação de ação o mérito é valioso. Todavia, quando seu papel sai de propriedade relacional que avalia ações dos sujeitos para critério organizador social, as vidas são totalmente afetadas. Rotas são alteradas, pensamentos e estima social são colocadas em xeque. A autoconfiança é destruída. Tudo isto em prol de um discurso que limita e data quem são perdedores, inferiores dotados de menor valor humano do que aqueles que possuem posições privilegiadas. Esta classificação/divisão entre perdedores e vencedores é sem dúvidas um dos maiores

males da meritocracia, marcando negativamente todas as relações entre o ato de realizar uma ação e conseguir alcançar algum objetivo através dela.

O grande desafio, porém, é descobrir, após tanto estrago, o que fazer e como lidar com os perdedores. Cheios não somente de ressentimentos, mas de um deslocamento social, de um sentimento de não pertença dentro de uma sociedade que humilha e segrega. E mais além no futuro, como dormir tranquilo, caso fracássemos em ajudar os ditos perdedores e combater os sintomas da meritocracia? Não estaremos sendo, nós os novos perdedores, derrotados pelos ideais de competição e humilhação?

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. *Dialética Negativa*. Zahar. 2009.

AGOSTINHO, Santo. A natureza do bem. Trad. Carlos Ancêde Nougé. ed. bilíngue. Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2005. 81 p.

AISLÃ, B.G.S. Problemas para a distinção entre “esquerda”, “direita” e “centro” In: *Uma ideologia de Centro*. Org. Rodrigo Reis Lastra Cid. Editora FI: Porto Alegre, Rs. pp 42-57.2002.

ARNESON, R. Equality and Equality of Opportunity for Welfare. In: *Philosophical Studies* Vol.56. pp. 74–94. 1989.

BARROS, L. A. O fim político da “Era de Ouro” nos Estados Unidos. In: *Leituras de Economia Política*, Campinas, Vol. 30, pp. 23-34, 2020.

BARZOTTO, L. F. Vida boa e bem comum: uma resenha a Michael Sandel. In: *Revista de Direito Brasileira*. Florianópolis, Vol. 30, n. 11. pp. 531-558, 2021.

BELL, D. On meritocracy and equality. In: *On Equity*. Washington: National affairs. Pp. 29-68. 2014.

BORBA, E. *Sobre a meritocracia: Uma investigação*. Dissertação de Mestrado-Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2007.

BOURDIEAU, P. *Sobre o estado*. Cursos no Collège de France (1989-1992).

BRANDÃO, B. L.; LOBO, L. S; O bem comum na Filosofia política contemporânea: Rawls, Sandel e Nussbaum. In: *VirtuaJus*. Belo Horizonte, vol. 3, n. 5. pp. 34-54, 2018.

COHEN, G. A. Self-Ownership, World Ownership and Equality. In: *Justice and Equality Here and Now*, ed. Frank Lucash. Cornell University. pp. 108-35. 1986a. Press.

_____. Self-Ownership, World Ownership and Equality: Part II. *Social Philosophy and Policy* Vol.3. pp. 77-96. 1986b

_____. On the Currency of Egalitarian Justice. In: *Ethics*. Vol. 99. pp. 906-944. 1989.

CUPIT, G. Desert and Responsibility. In: *Canadian Journal of Philosophy*, vol. 26, 1996 pp. 83–100.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo. 2016.

DANIELS, N. Merit and Meritocracy. In: *Philosophy & public affairs*. Spring, 1978. Vol. 7. No. 3. pp. 206-223

DWORKIN, R. *Levando os direitos a sério*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Sovereignty Virtue: the theory and practice of equality*. Cambridge Mass.: Harvard Press. 2000.

_____. *Uma questão de princípio*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. What Is Equality? I. Equality of Welfare. in: *Philosophy Public Affairs* Vol. 10. pp. 185-246. 1981a.

_____. What Is Equality?II. Equality of Resources. In: *Philosophy Public Affairs* Vol. 10. pp. 283-345. 1981.

FEINBERG, J. *Doing and Deserving*. Princeton University Press, Princeton.1970.

FONSECA, M.F.S.; FERREIRA, M.L.A. As Teorias da Justiça: um contraponto entre as concepções de John Rawls e Robert Nozick. In: *Revista eletrônica do curso de direito UFSM*. V.11, n.2. 2016

FOUCAULT, M. *O Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins fontes. 2008

FRANK, T. *Listen, Liberal – or What Ever Happened to the Party of the People?* Metropolitan books, New York. 2017.

GODIM, E; RODRIGUES, O. M. John Rawls e a Justiça como equidade: algumas considerações. In: *Diversa*: Ano I - nº 2 2008, pp 131-146.

GONZALEZ, J. L. Uma história do pensamento cristão. Volume 3. Da Reforma Protestante ao século 20. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

HAMMES, L.V.S. Pontos e contrapontos das concepções de justiça defendidas por Rawls e Dworkin. In: *Revista da Faculdade de direito da UFRGs*. V.34. Porto Alegre. 2016.

HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*. Nova York: Oxford University Press, 2005.

JAEGGI, R. Rethinking Ideology. In: *New wavez in Political Philosophy* Christopher zurn; boujdewijn de Bruijn (Eds). Palgrave, 2008. pp. 63-86.

KALECKI, M.; KOWALIK, T. (1971). Observations on the 'crucial reform'. In: OSIATYNSKI, J. (Ed.). *Collected works of Michal Kalecki*. Oxford, England: Clarendon Press, 1991. v. II.

KLEINIG, J. The Concept of Desert. In: *American Philosophical Quarterly*, 8: pp. 71–78, 1971.

KOLM, S. C. *Teorias Modernas da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LAMONT, J. The Concept of Desert in Distributive Justice. In: *The Philosophical Quarterly*, Vol. 44. pp. 45–64, 1994.

LISTER, A. Markets, Desert and Reciprocity. In: *Politics, Philosophy and Economics*. Vol 16. pp. 47-69, 2017.

LIPOVETSKY, G. *O império de Efêmero*. São Paulo: Companhia das Letras. 2009.

_____. *A sociedade da sedução*. São Paulo: Editora Manole. 2019.

_____; SERROY, J. *A Estetização do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras. 2015.

LUTERO, Martinho. *Obras Seleccionadas*. Volume 2. O Programa da Reforma. Escritos de 1520. São Leopoldo: Sinodal. Porto Alegre: Concórdia, 1989.

_____. *Somente a fé. Um ano com Lutero*. Devocionário. Editado por James C. Galvin. Viçosa: Ultimato, 2014

MARKOVITS, D. *A cilada da meritocracia: Como um mito fundamental da sociedade alimenta a desigualdade, destrói a classe média e consome a elite* Trad. Renata Guerra: Intrínseca. 2021.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Trad. Rubens Enderle, Nélío Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Manifesto comunista*. Org. de Osvaldo Coggiola. 4a reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2005.

MILLER, D. Desert and Merit. in: Routledge Encyclopedia of Philosophy, org. Edward Craig. vol. III. London and New York: Routledge. 1998.

NOZICK, R. *Anarquia, estado e utopia*. Editora Moderna. 2011.

OLIVEIRA, C. Justiça e equidade em John Rawls. In: *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, N. 30 USP. pp.114-128, 2017.

PARFIT, D. "Equality of Priority?", in: *The Ideal of Equality* New York Williams, A. & Clayton, M. (ed.): Macmillan, pp. 60-80, 2002.

QUINTANILHA, F. R. A concepção de Justiça de John Rawls. In.: *Intuitio*, v. 3 n. 1 São Paulo, pp. 33-44, 2010.

RACHELS, J. "What People Deserve," in John Arthur and William Shaw, eds., *Justice and Economic Distribution*, Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall: 167-196, 1978.

RAWLS, J. *Justiça e democracia*. Trad. Irene A. Peternot. São Paulo: Martins Fontes 2002.

_____. *O Liberalismo Político*. Trad. Alvaro de Vita. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011.

_____. *Justiça como Equidade: uma reformulação*. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Uma Teoria da Justiça*. Trad. Almiro Piseta e Lenita Maria Rimoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ROSENBERG, A. The Political Philosophy of Biological Endowments: Considerations. In: *Social Philosophy and Policy* . 5º edição. pp. 1-31. 1987.

SALLES, S. O que é ser uma pessoa de centro em política? In: *Uma ideologia de Centro*. Org. Rodrigo Reis Lastra Cid. Editora FI: Porto Alegre, Rs. pp 58-73.2002.

SANDEL, M. J. *A tirania do mérito: o que aconteceu com o bem comum?* Trad. Bhuvli Libanio: Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2021.

_____. *O que o dinheiro não compra: Os limites morais do Mercado*. Trad. Clóvis Marques: Civilização brasileira. Rio de Janeiro 2012.

_____. *Justiça: o que é a coisa certa a se fazer*. Trad. Maria Alice Máximo: Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2008.

SEN, A. Equality of What?. In: *Tanner Lectures on Human Values*. ed. S. McMurrin. Cambridge: Cambridge University Press; and Salt Lake City: University of Utah Press. pp. 197–220. 1980.

_____. Merit and justice. In: *Meritocracy and Economic Inequality*. Org. ARROW, K. J. Et al. Princeton: Princeton University Press; 2000.

SHER, G. *Desert: Desert studies in moral, political legal philosophy*. New Jersey: Princeton University Press. 1987.

_____. Effort, Ability and Personal Desert. In: *Philosophy and Public Affairs*. New York. pp. 361-376. 1979.

VALENTYNE, P. Brute luck, Option luck and Equality of initial Opportunities. In: *Ethics*. Vol. 112. pp. 529-557. 2002.

_____. Brute Luck Equality and desert. In: *Desert and Justice*. Org. Serena Olsaretti. Oxford University Press: Oxford. pp. 1-26. 2003

VITA, A. *A Justiça igualitária e seus críticos*. São Paulo: Martins Fontes. 2007.

_____. *O liberalismo igualitário. Sociedade democrática e justiça internacional*. São Paulo. Martins fontes. 2008.

WACQUANT, L. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. In: *Caderno CRH*. Salvador. Vol.25. Num. 66. pp. 505-518.

WEBER, M. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. 2ª ed. rev. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

WILSON, C. The role of a Merit Principle in Distributive Justice. In: *The Journal of Ethics*. Vol. 7. Pp. 277-314. 2003.

YOUNG, R. Egalitarianism and Personal Desert. In: *Ethics*. Vol. 102. Pp. 319- 341. 1992.

YOUNG, M. *The Rise of the Meritocracy - 1870-2033: An essay on education and society*. London: Thames and Hudson, 1958.

ZAITCHIK, A. On Deserving to Deserve. In: *Philosophy and Public Affairs*. Vol. 6 New York. pp. 370-388. 1977.

